

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO**  
**Área de Concentração: Fundamentos de Educação**

**CARNEIRO LEÃO E A PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO POPULAR BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

**JOSIE AGATHA PARRILHA DA SILVA**

**MARINGÁ**  
**2006**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO**  
**Área de Concentração: Fundamentos de Educação**

**CARNEIRO LEÃO E A PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
POPULAR BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

**JOSIE AGATHA PARRILHA DA SILVA**

**MARINGÁ**  
**2006**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO**  
**Área de Concentração: Fundamentos de Educação**

**CARNEIRO LEÃO E A PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
POPULAR BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada por JOSIE AGATHA PARRILHA DA SILVA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos de Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Gomes Machado

**MARINGÁ**  
**2006**

JOSIE AGATHA PARRILHA DA SILVA

**CARNEIRO LEÃO E A PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
POPULAR BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora) – UEM

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira – UFPR - Curitiba

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analete Regina Schelbauer – UEM

24 de março de 2006

Dedico este trabalho aos pesquisadores,  
professores e estudantes que se ocupam da  
pesquisa educacional.

## AGRADECIMENTOS

Quando criança ouvia falar de anjos, imaginava-os com asas, vivendo no céu, e que às vezes, raramente, vinham à terra para cumprir uma missão. Hoje, acredito que anjo não é apenas um 'ser' que vive no 'céu', mas um jeito de 'ser' das pessoas que vivem aqui na terra. Porque qualquer pessoa pode ser um anjo para alguém, ao fazer um gesto de carinho, dar um conselho, apoiar ou simplesmente estar por perto de braços abertos quando alguém está precisando. Aprendi isso pelo que vivi nos últimos dois anos, quando tive oportunidade de conviver com muitos anjos e gostaria de agradecer alguns desses:

Ao meu anjo único e especial, que me fez lembrar que Deus é amor e que, ao amarmos as pessoas mesmo que de diferentes maneiras, estamos nos aproximando ainda mais Dele;

Aos meus anjos pais, que me proporcionaram valores e ensinamentos de vida;

Ao meu anjo Nivaldo, pelo amor e carinho partilhado;

Aos meus anjos Ariela e Alana, pela compreensão das ausências;

Aos meus anjos amigos, pelo apoio e amor fraterno;

Aos meus anjos Ana Paula, Jani e Samuel, colegas de mestrado com os quais compartilhei batalhas, derrotas e conquistas;

Aos meus anjos professores, que partilharam um pouco do muito que sabem, em especial Amélia e Ângela;

Aos meus anjos Analete, Ednéia e Carlos Eduardo, que aceitaram contribuir com minha pesquisa como membros da banca examinadora na qualificação;

Ao meu anjo orientadora, Maria Cristina, que soube me guiar e que me fez acreditar que eu chegaria aqui, simplesmente por que acreditou em mim.

Agradeço a todos de coração e peço a Deus que abençoe meus queridos anjos!

E citarão, certamente, com aplausos e carinhos,  
palavras, trechos inteiros dos nossos trabalhos,  
para se valerem também da história e da tradição  
em defesa da sua campanha, tenaz e nessa época,  
provavelmente, quase vitoriosa. Nós  
indubitavelmente já não viveremos, mas lá, onde  
estivermos, se a *memória desta vida se consente*  
melhor identificados com as coisas eternas, e  
podendo julgar melhor o valor do tempo,  
compreendermos que séculos não contam na  
eternidade e, mesmo na vida dos povos, as muitas  
décadas de anos, que o Brasil levou para se  
convencer da necessidade de organizar a  
educação popular, nada valem em relação à  
existência dos mundos e ao destino do homem  
sobre a terra.  
(Carneiro Leão)

SILVA, Josie Agatha Parrilha da Silva. **CARNEIRO LEÃO E A PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2006.

## RESUMO

Este estudo analisa a campanha do intelectual e educador Antonio Carneiro Leão (1887-1966) em defesa da educação popular, enfocando seus esforços na implementação de uma nova proposta educacional no início do século XX. Carneiro Leão escreveu artigos, realizou conferências e editou livros voltados ao tema educacional, enfatizando a importância da organização da educação popular. Participou, ainda, da reforma do Distrito Federal (Rio de Janeiro) (1922-1926) e da de Pernambuco (1928-1930). Parte-se do pressuposto de que as idéias de um determinado autor são resultados das transformações que se processam na sociedade. Portanto, considera-se que, para entender a proposta educacional de Carneiro Leão, é preciso compreender a situação do país no seu contexto sócio-político-econômico e educacional brasileiro nas primeiras décadas do século XX. A análise do contexto revela a precariedade do ensino primário no país e a importância das campanhas implementadas pelos educadores em sua defesa, como a de Carneiro Leão, tomada como objeto de pesquisa. Delimitou-se a pesquisa entre 1917 a 1926, a primeira data refere-se à publicação da primeira obra do autor a ser utilizada, *O Brasil e a Educação Popular*, e a segunda a de *O Ensino na Capital do País*. Carneiro Leão defendia um novo modelo educacional, que propiciasse o ensino prático e profissionalizante e que introduzisse as ciências desde o ensino primário. Deveria essa educação ser integral e contribuir com a formação do homem em seus aspectos físico, moral e intelectual. Para tanto, sugeria a criação de um Conselho Nacional de Educação que organizaria a educação em todos os seus níveis, em especial a educação popular. A reforma elaborada pelo autor no Distrito Federal, também analisada, estava em sintonia com o movimento escolanovista, e propôs uma organização no setor administrativo, político e pedagógico da educação. Carneiro Leão destacou o importante papel do Estado em relação à organização e manutenção da educação que deveria ser obrigatória, gratuita e laica, de acordo com a Constituição brasileira. Com essa estrutura educacional, a escola prepararia o povo para inserir-se no processo de industrialização e urbanização do início do século XX. Acredita-se que a compreensão da proposta educacional de Carneiro Leão venha propiciar novas contribuições para o entendimento da organização do Sistema Nacional de Ensino brasileiro.

**Palavras-chave:** Educação; História da Educação; Carneiro Leão; Educação Popular; Conselho Nacional de Educação; Sistema Nacional de Ensino.

SILVA, Josie Agatha. **CARNEIRO LEÃO AND THE POLICY OF ORGANIZING BRAZILIAN POPULAR EDUCATION AT THE BEGINNING OF THE 20<sup>TH</sup> CENTURY**. 131 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2006.

### ABSTRACT

The campaign on popular education led by the scholar and educator Antonio Carneiro Leão (1887-1966) with special emphasis on his efforts in the implementation of a new educational policy at the beginning of the 20<sup>th</sup> century is analyzed. Although Carneiro Leão wrote articles, gave conferences and published books on the theme of education, principally on the importance of the organization of popular education, he also participated in the educational reforms of the Federal District (Rio de Janeiro) in 1922-1926 and of Pernambuco in 1928-1930. Current research presupposes that the ideas of an author are the result of transformations in a given society. So that Carneiro Leão's educational proposal may be understood, the social, political, economical and educational situation and context of Brazil in the first decades of the 20<sup>th</sup> century should be correctly understood. Analysis of the Brazilian context reveals the precarious situation of primary education and the importance of campaigns, similar to those headed by Carneiro Leão implemented by educators for its defense. Current research is restricted to 1917-1926. The former date coincides with the publication of the first work by the author, called *Brazil and Popular Education*; the latter date coincides with the publication of *Teaching in the Capital City of Brazil*. Carneiro Leão defended a new educational model that would provide practical and professional teaching and would introduce the learning of the sciences as from the primary school. In his opinion, education should be wholesome and should contribute towards the formation of the human being in his/her physical, moral and intellectual aspects. He thus suggested the establishment of a National Educational Board that would organize education at all levels, mainly popular education. The educational reform that Carneiro Leão prepared for the Federal District, also under analysis, was in accordance to the New School movement, and suggested an organization in the administrative, political and pedagogical sector of education. Carneiro Leão saliented the State's important role with regard to the organization and maintenance of education. Education must be mandatory, free and non-religious, according to the Brazilian constitution. Through the above educational structure the school would prepare the people to insert themselves in the industrialization and urbanization process at the start of the 20<sup>th</sup> century. The understanding of Carneiro Leão's educational policy would provide new contributions for the comprehension of the organization of the National Teaching System in Brazil.

**Key words:** Education; History of Education; Carneiro Leão; Popular Education; National Educational Board; National Teaching System in Brazil.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
2	ORGANIZAÇÃO E DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO: SOCIEDADE EM QUESTÃO.....	22
2.1	Antecedentes do Século XX .....	22
2.2	Em Destaque a Situação da Economia e Política Brasileira.....	26
2.3	O Debate sobre a Sociedade e a Educação.....	34
3	PROJETO PARA UM “NOVO PAÍS”: AS IDÉIAS RENOVADORAS DE CARNEIRO LEÃO.....	46
3.1	A Difusão do Ideário Escolanovista.....	50
3.2	A Posição de Carneiro Leão Quanto à Organização de um Sistema Nacional de Ensino no Brasil .....	56
3.3	Proposta da Criação do Conselho Nacional de Educação para Organizar um Sistema Nacional de Ensino.....	63
4	CARNEIRO LEÃO E O DETALHAMENTO DE SUA PROPOSTA EDUCACIONAL.....	70
4.1	Dos Fins da Educação e sua Organização .....	70
4.2	Carneiro Leão e a Proposta de Organização Escolar para o Distrito Federal .....	84
5	CONCLUSÕES.....	98
	REFERÊNCIAS.....	103
	APÊNDICES .....	111
	ANEXOS .....	119

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como ponto de partida os estudos realizados no curso de especialização de Educação Pública no Brasil, desenvolvido entre os anos de 2001 a 2002. Nesse estudo, foram analisadas as idéias de Antonio Carneiro Leão<sup>1</sup> (1887-1966) a respeito da educação popular contida nos livros: *O Brasil e a Educação Popular* (1917) e *Problemas de Educação* (1919). Delimitou-se como período do início do século XX à data de publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) por considerar que algumas das idéias apresentadas pelo autor figuravam em tal documento. Contudo, acredita-se que na monografia não se esgotou a amplitude da proposta educacional desse autor. Entende-se necessário aprofundar os estudos com o objetivo de relacionar as idéias de Carneiro Leão sobre a organização da educação popular com a proposta de organização de um Sistema Nacional de Ensino no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Carneiro Leão foi um educador que se envolveu na campanha pela educação popular. O termo educação popular utilizado por ele precisa ser entendido no contexto no qual se colocava. Saviani (2004) ao conceituar o significado de educação popular, afirma que, no início do século XX, tal termo se referia à educação primária, a educação comum destinada a toda população e que deveria ser organizada pelo governo. Na atualidade, corresponderia à educação pública, universal, obrigatória e laica. Carneiro Leão defendeu a necessidade de organização da educação popular no país e, para tanto, empreendeu conferências e palestras, produziu artigos e outros escritos sobre este tema. Contudo, esse material não é de fácil acesso e está espalhado em diversos arquivos e bibliotecas do país.

Ele é um autor importante também por ter participado, ao lado de Heitor Lyra e outros educadores, da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, que congregava além de educadores, profissionais liberais, políticos e demais segmentos da sociedade. Essa associação deu início às conferências nacionais que discutiam sobre questões educacionais. E foi a partir de uma das conferências, a quarta, em 1931, que se propôs a elaboração de um documento com proposta educacional sugerida pelos educadores brasileiros, dando origem ao *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932.

---

<sup>1</sup> Em Apêndice A: biografia do autor e resumo dos livros utilizados na pesquisa; Apêndice B: a relação dos livros escritos por Leão entre 1909 a 1936.

Carneiro Leão contribuiu, ainda, com as reformas educacionais, em especial nos Estados do Rio de Janeiro (Distrito Federal), entre 1922-1926, e no Estado de Pernambuco, entre 1928-1930. Em meio às idéias defendidas pelo autor está a proposta de criação do Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE seria um órgão vinculado ao governo, mas com certa autonomia e teria como objetivo ocupar-se da criação e desenvolvimento da educação, contribuindo com o Governo Federal na tarefa de organizar o ensino em todos os níveis e por todo o país.

Indaga-se assim, se a campanha de Carneiro Leão em defesa da educação popular buscava a implementação de uma nova proposta educacional. Levanta-se como hipótese que, para efetivá-la, seria necessária a criação de um CNE, o qual organizaria o ensino brasileiro, articulando os seus diferentes níveis, desde os jardins de infância ao ensino superior. Para tanto, o Estado deveria centralizar seu financiamento e sua organização. Efetivando, desse modo, o Sistema Nacional de Ensino.

Para responder a essa questão, delimitou-se como período de estudo as primeiras décadas do século XX, de 1917, data do primeiro livro do autor que se teve acesso, *O Brasil e a Educação Popular* até 1926, quando o autor escreveu sobre a reforma que havia realizado no Distrito Federal em seu livro *O Ensino na Capital do País*. No entanto, para melhor entendimento dessa questão, a contextualização inicia-se no fim do século XIX e estende-se até o ano de 1934, quando, pela Constituição do país, propôs-se um plano nacional de educação para ser desenvolvido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Elegeram-se para o estudo os seguintes livros do autor: *O Brasil e a Educação Popular*, 1917; *Problemas de Educação*, 1919; *São Paulo em 1920*, 1920; *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras*, 1923; *O Ensino na Capital do País*, 1926; *Palavras de Fé*, [192\_]²; *Formação de hábitos sadios nas crianças*, 1929, e, ainda, a conferência que realizou em Curitiba em 1918, intitulada, *Pela Educação Rural*.

Com o intuito de compreender as contribuições de Carneiro Leão no que se refere à defesa da educação popular, buscou-se recuperar seus escritos sem os desvincular das transformações que ocorriam na sociedade brasileira, por entender que a produção de suas idéias estava diretamente relacionada com as relações materiais que ele vivenciava, ou seja, seu processo de vida individual inserido num contexto social mais amplo (MARX, 1986). Desta forma, levou-se em conta a luta presente no meio social, marcado pelo

---

<sup>2</sup> No livro, não consta a data de edição. Mas, há citações de artigos extraídos de jornais com data de 1927, portanto calcula-se que o livro teria sido editado entre 1927-1928.

modelo econômico capitalista, em sua fase Imperialista, no Brasil e no mundo. Ao compreender que, para as mudanças materiais na sociedade, é preciso haver desenvolvimento das forças produtivas de modo a lhe dar suporte, tentou-se caracterizar as mudanças que ocorriam nas relações de trabalho com o início da industrialização e as implicações políticas e sociais dela decorrentes. Enfim, busca-se tratar das questões educacionais abordadas por Carneiro Leão não só pelo conhecimento de sua vida e obra, mas inserido-as no contexto político, econômico e educacional brasileiro.

Esta pesquisa utiliza como metodologia o materialismo histórico, e seu objeto de estudo aproxima-se do estudo dos intelectuais de cada época. Linha de pesquisa que, na atualidade, abre espaço para discussões sobre as idéias e ações dos intelectuais. Alguns autores que desenvolvem essa linha apontam que o intelectual não é desvinculado da realidade, mas se coloca acima de partidos e classes, como se formasse uma classe social distinta das demais (BASTOS, 1999). Pecaút explica que isso se dá porque os intelectuais, ao mesmo tempo em que estão arraigados em seu tempo e espaço, colocam-se um pouco à frente, visto possuírem um conhecimento privilegiado e, ainda, conhecerem a realidade dos países mais desenvolvidos (PECAUT, 1990).

Por ser Carneiro Leão um autor do início do século XX, é interessante ressaltar um estudo de Vieira (2001) que coincide com esse período. Segundo esse autor, apesar de se tentar nominar e homogeneizar as idéias das primeiras décadas do século XX, houve um conjunto diferenciado de intelectuais que produziram diferentes referenciais teóricos, algumas vezes contraditório. Vieira (2001, p. 57) coloca que, ao se estudar um intelectual:

[...] a ênfase deve recair sobre o grupo ou movimento com o qual ele se identificou e produziu as suas inserções na cena pública como parte de uma elite pensante, comunidade de técnicos, militantes de vanguarda, *philosophes* esclarecidos, *intelligentsia*, enfim de acordo com as várias denominações e autodenominações que os intelectuais assumiram ou com que foram representados em diferentes circunstâncias históricas.

Ao se estudar um intelectual, deve-se entender que ele teorizou objetivos de diferentes grupos e classes sociais. Desta forma, para a compreensão da proposta educacional de Carneiro Leão, faz-se necessário verificar o grupo ao qual ele pertencia e com os quais dialogava. Ao situá-lo, foram destacados autores que debateram suas idéias, alguns situados fora de seu período e outros contemporâneos a ele. Entre os que conviveram com Carneiro Leão destacam-se Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio

Teixeira (1900-1971). Teixeira, no seu texto *A Propósito da Escola Única*, escrito em 1924, esboçou as diferenças que mantinha com Carneiro Leão em relação à proposta de Escola Única. De acordo com Teixeira, Carneiro Leão defendia tal proposta como uma *aspiração universal*, uma vez que esta já era uma realidade na França, por meio da escola obrigatória para todos e com o ensino “integral e uniforme”. Teixeira criticava a proposta de um modelo único e igual para todos, enfatizando que as pessoas teriam *natureza desigual*, e acrescentou: “[...] como pensar em desenvolvimentos idêntico para todas as inteligências de um país, se uma delas vai constituir a inteligência do camponês, outra a do industrial, outra a do letrado, a do profissional, a do artista?” (TEIXEIRA, 2004, p.1). Para Anísio Teixeira, a Escola Única tinha como objetivo uniformizar as pessoas e isso não seria possível já que considerava as pessoas diferentes. Admitia que o ensino primário deveria propiciar ensino a todos, e os que tivessem capacidade teriam direito à continuidade dos estudos. O ensino primário deveria ser independente dos demais, e, na seqüência, teria dois caminhos: a escola primária superior, com formação profissionalizante e, o ensino secundário, com formação da cultura. Observa-se, assim, um embate entre as idéias de Carneiro Leão e Anísio Teixeira, enquanto o primeiro defendia uma escola para todos, Teixeira defendia que esta fosse diferenciada, por meio de um sistema dual.

Fernando de Azevedo<sup>3</sup> (1996, p. 635) fez referência a Carneiro Leão, com relação ao seu trabalho *Educação Rural* editado em 1918, em uma conferência realizada em Curitiba. Apontou que era um tema diferenciado sobre a formação da escola para o trabalho rural e que demonstrava as novas preocupações que se colocavam para a educação no período, que faziam parte das *novas correntes do pensamento pedagógico*. Apontou que tanto a reforma de Carneiro Leão, no Distrito Federal, entre 1923-1926, e a de Lisímaco da Costa, no Estado do Paraná, entre 1927-1928:

[...] já se orientavam por uma ação variável no grau de intensidade, como no conteúdo e objetivos, para a renovação escolar, semeando novas idéias e técnicas pedagógicas, promovendo realizações e organizando planos de reformas, parciais ou globais, mas todas limitadas ao ensino primário e aos seus problemas fundamentais (AZEVEDO, 1996, p. 633).

Para Azevedo (1996), as reformas contribuíram para semear novas idéias e técnicas, mas se restringiram ao ensino primário. Contudo o autor não se referiu à reforma

---

<sup>3</sup> A primeira edição desse importante livro para a historiografia da educação foi no ano de 1943.

promovida por Carneiro Leão em relação ao ensino normal e sua iniciativa de organização administrativa nas escolas. Esse autor substituiu Carneiro Leão no cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e, na seqüência, deu início à sua reforma entre 1927-1930. Sobre a mesma, explicou ter realizado uma reforma radical nos princípios e diretrizes da educação, propiciando nova concepção de vida e cultura e implantando uma nova política educacional. Azevedo (1996) considerava que foi apenas com a reforma de Anísio Teixeira, na Bahia, que se desenvolveu amplamente uma reforma escolanovista.

Paschoal Lemme (1904-1997) vivenciou o mesmo período de Carneiro Leão, chegando a ser nomeado professor primário quando ele era Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal. Escreveu anos, mais tarde, sobre aquele período, e assim referiu-se a Carneiro Leão (LEMME, 1984, p. 258):

Já em 1909, Antonio Carneiro Leão, um intelectual pernambucano que pode ser considerado como um pioneiro, publica um livrinho – Educação – em que pregava essas idéias de renovação escolar: de 1912 a 1919 percorreu o País, de norte a sul, fazendo conferências de propaganda da educação popular: em 1917, publica O Brasil e a Educação e Pela Educação Profissional; em 1919, Pela Educação; e, por fim, em 1923, Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras.

Para Lemme (1984), Leão foi um pioneiro nas idéias referentes às renovações escolares e importante propagador da educação popular.

Existem, ainda, os autores contemporâneos que, ao tratarem sobre a história da educação, levantaram importantes questões sobre Carneiro Leão, entre estes: Nagle (1976), Niskier (1995) e Romanelli (1991). Romanelli também destacou o primeiro livro de Carneiro Leão:

A publicação de um trabalho sobre educação nova representava o início de uma divulgação que se tornou intensa, logo depois, sobre o assunto, conquistando adeptos, como seria previsível, e possibilitando a descoberta de afinidades ideológicas no campo da educação. Mais tarde, em 1917, 1919 e 1923. Carneiro Leão continuaria a divulgar suas idéias através de O Brasil e a Educação Popular, Problemas de Educação e Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras, respectivamente. (ROMANELLI, 1991, p.129).

O livro de Carneiro Leão foi considerado pela autora como uma das primeiras edições brasileiras a discutir questões do novo modelo escolar que se queria implantar, a Escola Nova. E apontou que existia nesse livro uma afinidade entre ideologia e educação.

Romanelli (1991) informa que outros livros foram editados sobre o tema, como *Eduquemo-nos* de José Augusto, em 1922, e *Ensinar a Ensinar* de Afrânio Peixoto, em 1923.

Nagle (1978, p. 287), ao referir-se a Carneiro Leão, explica que, até a segunda década do século XX, não havia muitos trabalhos ligados ao tema educacional e muito menos os que relacionavam os problemas educacionais com o regime republicano e o papel do Estado frente a estes. Todavia, dentre os poucos livros que tratam sobre esta temática, aponta os livros de Carneiro Leão, *O Brasil e a Educação Popular e Problemas de Educação*. Ao abordar a questão das reformas, Nagle (1978, p. 271) trata sobre as modificações elaboradas na formação de professores pelo autor:

No Distrito Federal e em Pernambuco, fixa-se um curso de cinco anos, dividido num ciclo geral ou propedêutico de três anos e um ciclo especial ou profissional de dois anos. Em ambos os casos, novas matérias especializadas aparecem, como a História da Educação e Sociologia, bem como uma nova modalidade e um novo estágio na formação profissional do professor, com a criação da Escola Normal Rural (Distrito Federal) e a instituição da Escola Normal Superior (Pernambuco).

A autora explicou que Carneiro Leão preocupou-se com a formação dos professores, visto serem eles que iriam colocar em prática o novo modelo escolar. Reformulou a Escola Normal, que teria cinco anos de formação, sendo dois anos profissionalizantes, e incluiu as disciplinas de história da educação e sociologia. E, criou a Escola Normal Rural e a Escola Normal Superior. Nagle (1918) aponta, ainda, como novidades nas reformas de Carneiro Leão, a tentativa de separar o setor administrativo do setor técnico, criando uma Diretoria Técnica de Educação, que seria um órgão para dirigir e orientar a educação. A reforma de Carneiro Leão tinha como diferencial em relação às demais: a contribuição com a organização escolar.

Niskier, em seu livro *Educação brasileira - 500 anos de História 1500-2000* (1995, p. 245), também destacou a participação de Carneiro Leão no movimento renovador:

Para se ter uma idéia precisa da ação desenvolvida pelos homens incumbidos de reformar o ensino no Brasil, basta enumerar algumas denominações de capítulos do livro *Planejar e Agir*, de Antonio Carneiro Leão, que exercera o cargo de diretor-geral da Instrução Pública no Brasil: 'A união e sua missão educacional em nosso país; Renovação dos processos educativos e programas do ensino normal; Renovação dos programas primários, aspectos fundamentais da educação numa

reorganização do ensino; Um processo educativo em experiência no Brasil’.

Para Niskier (1995), Carneiro Leão fazia parte do grupo de reformadores do ensino brasileiro das primeiras décadas do século XX. No livro de Carneiro Leão, pode-se observar, por meio dos títulos dos capítulos, que a maior preocupação que se colocava era quanto a novos programas e métodos a serem empregados nas escolas, os quais, na realidade, já estavam em andamento em algumas das escolas brasileiras. No artigo intitulado *As Idéias da Escola Nova*, Niskier (2005), dá especial atenção à proposta educacional de Carneiro Leão, afirmando que se observam as idéias do movimento da Escola Nova já em seu primeiro livro, *A Educação*, de 1909. E cita algumas das idéias de Carneiro Leão: a importância do professores para formação da nacionalidade; novas propostas curriculares, mais ligadas à realidade; a higiene e a saúde dos alunos, entre outras. Assim Niskier (2005, p 1) resumiu o trabalho de Carneiro Leão:

Todo o seu trabalho se fundamentava na modernização do sistema educacional, no embasamento científico de todo o ensino e das atividades escolares, na introdução de métodos ativos e na permanente preocupação com a higiene e a saúde dos estudantes, com grande ênfase na Educação Física.

Niskier aponta a questão da modernidade no sistema de ensino, sua base científica, e a proposta de novos métodos e conteúdos, bem como a formação física, voltada à saúde. Destaca que, Carneiro Leão renovou, em especial, os programas dos cursos primários.

Foram poucos os autores da atualidade que trataram, especificamente, de Carneiro Leão, entre esses, destaca-se o livro de Araújo, *A Escola Nova em Pernambuco: Educação e Modernidade*, em 2002, que aborda o escolanovismo e sua implantação por meio de reforma educacional do Estado de Pernambuco. Araújo elaborou ainda, a biografia desse autor. Por outro lado, muitos autores contemporâneos, abordaram algumas de suas idéias, como as suas reformas, a questão do ensino feminino, sua posição sobre a formação de professores, entre outras. Pode-se citar Vidal (2003), Câmara (2003), Carvalho (2004), Rocha (2004) e Monarcha (1989).

Vidal (2003) em seu estudo *Projetos e Estratégias de Implementação da Escola Nova na Capital do Brasil* trata sobre as diversas reformas efetuadas no Rio de Janeiro. E, sobre a reforma de Carneiro Leão, apontou que esta contribuiu com o emprego de novos métodos para uma nova prática pedagógica. Tratou, ainda, de diversas questões de sua

reforma, como a formação dos professores, a necessidade de uma estrutura física escolar com novos prédios, entre outros. Em *As Reformas de Instrução Pública e a Educação Profissional Feminina do Distrito Federal durante os Anos 20*, Câmara (2003) destaca a importância dos intelectuais envolvidos no movimento modernista ligados à necessidade de criar uma identidade nacional. E, utiliza-se, entre as fontes de referência, as reformas de Carneiro Leão e de Fernando Azevedo no Distrito Federal, enfatizando que ambas tinham como “[...] objetivo instituir uma nova cultura escolar assentada na perspectiva da modernização da sociedade via modernização da escola” (CÂMARA, 2003, p. 403). Contudo, imprimiram um caráter individual em suas reformas, contribuindo com inovações para as escolas. Câmara (2003) observa a inclusão de valores nacionais nas escolas com Carneiro Leão, que favoreciam a formação das gerações futuras com menor influência estrangeira, o que demonstrava a preocupação com a formação do cidadão. Para Câmara, as reformas de Carneiro Leão e Azevedo se aproximam quanto à ênfase na escola como *regeneradora* do povo e se diferenciam quanto a *procedimentos e formas da escola atuar no Estado*. Isso porque Carneiro Leão defendia a responsabilidade do Estado pela organização do ensino, enquanto Azevedo propunha a liberdade das instituições de ensino em relação ao Estado.

Em *República e Imprensa: As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha - MG - 1922*, Uberabinha, Carvalho (2004) aborda a questão das reformas no período republicano. Utiliza-se da discussão de Carneiro Leão quanto aos professores, em especial as críticas referentes às dificuldades enfrentadas por esses.

Rocha (2004), ao escrever *Matrizes da Modernidade Republicana: cultura e pensamento educacional no Brasil* reporta-se aos escritos de Carneiro Leão, destacando a descrição que fez da situação do ensino brasileiro e da defesa da educação das classes populares. Observou que, nos livros de Carneiro Leão:

[...] a questão social da expansão de uma educação qualificada a todos os cidadãos aparece na obra de Leão (1981) como necessidade imperiosa e constante da época moderna, portanto de todas as gerações de então. Só o descaso da autoridade, fruto de sua incompreensão do destino do país, poderia explicar a ausência daquela conquista para a sociedade. Parece-me, entretanto, que as gerações que tratam do mesmo tema, antes ou depois de Leão, não falam a mesma coisa ao se referirem à educação (ROCHA, 2004, p. 5).

Rocha destaca a defesa de Carneiro Leão pela educação para os cidadãos como uma necessidade da sociedade moderna e a crítica ao descaso da autoridade, no caso o Governo Federal, com a educação qualificada para todo o povo, citado como o diferencial de Carneiro Leão em relação aos demais autores. Já Monarcha aponta Carneiro Leão como um importante nome do movimento escolanovista, assim refere a ele: “[...] destacado pensador reformador dos anos 20, que se notabilizou pelos escritos e reformas educacionais, fez considerações reveladoras que permitem, evidenciar a dimensão de classe presente na mensagem reformadora” (MONARCHA, 1989, p. 46). Utilizou o livro *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras*, de Carneiro Leão, para demonstrar a dimensão de classe existente em seu discurso. Por meio da referência desses estudiosos da história da educação, demonstra-se que Carneiro Leão estava incluído em um amplo campo de debates educacionais travados, no início do século XX. Entre as questões discutidas, estava o movimento da Escola Nova que se ligava ao projeto de modernização da sociedade, englobava entre outros temas, a educação popular, novos métodos e conteúdos para as escolas, a formação de professores e as reformas estaduais de ensino.

Para sistematizar amarrar essas e outras questões, optou-se por organizar a dissertação em três capítulos e, na seqüência, segue um esboço sobre cada um. No capítulo *Organização e Debates sobre a Educação: a Sociedade em Questão* realizou-se a contextualização política, econômica, social e educacional do Brasil, de modo a situar as discussões sobre a organização da escola pública nas três primeiras décadas do século XX. Ressalta-se que o Brasil permanecia no regime republicano (1889-1930), marcado pela descentralização do poder, pelo caráter oligárquico e regulado pela legislação da Constituição Republicana de 1891. No plano econômico, os interesses da oligarquia cafeeira tornaram-se nacionais e as crises, que se abateram sobre a comercialização do produto, refletiam-se nos demais setores econômicos, como na indústria. E o governo, visando minimizar a crise, criou a política de valorização do café. O país ampliava o processo de produção capitalista, ligado diretamente à economia mundial, em especial à européia e, na nova fase do capitalismo, o Imperialismo. As mudanças que ocorreram no período favoreceram o questionamento quanto à organização do ensino e à proposta de um novo modelo educacional ao país, que contribuiria para civilizar e modernizar a sociedade.

No capítulo *Projeto para um “Novo País”*: *As Idéias Renovadoras de Carneiro Leão*, demonstrou-se o novo ideário que perpassava pela sociedade, e o projeto de modernização implementado. Nele a educação desenvolveria um importante papel, bem

como teria um novo modelo em relação a métodos e técnicas. Carneiro Leão envolveu-se no debate quanto à necessidade de oferecer essa nova educação ao povo, para que contribuísse com a formação da nação brasileira. Destacou a necessidade de se organizar um Sistema Nacional de Ensino, a exemplo dos países europeus. Como, no Brasil, haviam surgido inúmeras propostas para a organização desse sistema, contudo sem efetivação. Ele apresentou sua proposta, enfatizando a necessidade de criação do Conselho Nacional de Educação. O Estado deveria responsabilizar-se pela organização e manutenção do ensino, em especial a educação popular, que deveria ser gratuita e obrigatória, ao menos para o ensino primário. Quanto a laicidade, sugeria que se seguisse a determinação da Constituição, mas não tomou uma posição radical quanto ao tema.

No capítulo, *Carneiro Leão e o Detalhamento de sua Proposta Educacional*, analisaram-se os conceitos de Carneiro Leão em relação à educação, que deveria substituir a instrução que, até então, era oferecida pela escola. Destacava que a preocupação maior da educação seria o aluno, e que o conteúdo a ser ensinado deveria ser adaptado a este, de acordo com suas condições físicas e mentais. Apresentou algumas iniciativas inovadoras no ensino que estavam sendo realizadas em alguns estados brasileiros, como Santa Catarina, Distrito Federal (Rio de Janeiro) e São Paulo, sendo que este último era o que apresentava mais inovações. Esboçou como seria a organização do ensino em seus diversos níveis: primário, secundário, superior, bem como a formação dos professores, a metodologia e os conteúdos a serem utilizados em sua proposta de ensino. Na seqüência, apresentou-se a reforma implementada pelo autor no Distrito Federal. Nela, Carneiro Leão colocou em prática suas idéias em relação à organização escolar, novos métodos e técnicas baseadas nas iniciativas escolanovistas. Evidenciou as maiores dificuldades para esta organização e propôs sugestões para enfrentá-las. Sua proposta educacional abrangia as questões políticas, administrativas e pedagógicas da educação.

Enfim, esse foi o caminho trilhado para demonstrar que Carneiro Leão, um intelectual e educador de seu tempo, empenhou-se em uma campanha a favor da educação popular, que era vista por ele, assim como por alguns de seus pares, como um dos caminhos para formar o novo homem que contribuiria para a construção da nação brasileira. E seria papel da escola propiciar uma nova educação, baseada nas ciências e na profissionalização, formando o homem em seus aspectos físico, moral e intelectual. Deveria ser função do Estado organizar e manter a educação para o povo, gratuita,

obrigatória, e laica. E, para isso Carneiro Leão sugeria a criação do Conselho Nacional de Educação que contribuiria com a organização escolar em seus diferentes níveis.

Sua proposta educacional aproximava-se assim, da organização do ensino no país em todos os seus níveis, um Sistema Nacional de Ensino (SNE), que segundo Saviani (2004) efetivou-se apenas em 1961.

## 2 ORGANIZAÇÃO E DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO: A SOCIEDADE EM QUESTÃO

### 2.1 Antecedentes Do Século XX.

A economia brasileira do século XIX era essencialmente agrário–exportadora e baseava-se na produção do café para exportação<sup>4</sup>. A cafeicultura sustentava a relação de capital e trabalho frente à economia mundial e o café, como produto de exportação, mantinha seu preço dependente do mercado externo. Os grandes produtores de café se organizavam em oligarquias, sobretudo no Estado de São Paulo, então, o maior produtor. Para entender a economia brasileira, deve-se partir da análise da economia e política mundial, em especial a européia, com a qual o país mantinha relações mais estreitas.

Na Europa, até a segunda metade do século XIX, o capitalismo, que era marcado pela livre concorrência e pela exportação de mercadorias, vai se transformando. Algumas indústrias vão atingindo tal desenvolvimento que conseguem superar suas concorrentes e acumular cada vez mais capital. Com isto, essas potências passam a organizar-se em monopólios, bem como em cartéis e trustes. Observa-se que, com a transformação da livre concorrência em monopólios, ocorre a concentração de capital nas mãos de grupos cada vez menores, localizados, na maioria das vezes, em países mais desenvolvidos, em particular a Inglaterra que, ao final do século XIX, tinha posição dominante no mercado internacional. O acúmulo de capital gerou um excedente de capitais, que precisava ser investido não apenas em outros setores econômicos do país de origem, como também fora dele. Desta forma, a exportação, que era apenas de mercadoria, passou a ser, também, de capital financeiro.

Todas essas mudanças marcaram uma nova fase do capitalismo, denominada por Lênin (1987) de Imperialista. Isso porque os países mais desenvolvidos precisavam dominar cada vez mais territórios para poder exportar mercadorias e capitais excedentes. Todavia, à medida que os países desenvolvidos garantiam a expansão territorial, estabeleciam uma dicotomia, de um lado, expandiam sua produção e capital e, de outro, protegiam-se e fechavam-se, organizando um estado centralizador. Alguns países europeus

---

<sup>4</sup> No Brasil, havia pouca integração entre os estados pela falta de vias de transporte, por isso, na maioria das vezes, o acesso ao exterior, pelos portos, era mais fácil do que para o interior de alguns estados (FAUSTO, 1984).

adotaram, por exemplo, a política de protecionismo para sua indústria, de modo a favorecer suas economias.

O desenvolvimento capitalista que, por um lado, contribuía para o acúmulo de capital nas mãos de pequenos grupos capitalistas, ao mesmo tempo, acentuava a pobreza da classe operária. Isto porque o capitalismo, representado pela classe burguesa, detinha os meios de produção e acumulava capital mediante a exploração da classe operária que era obrigada a vender força de trabalho por um valor mínimo para garantir sua sobrevivência. Com o desenvolvimento industrial, diminuiu a necessidade de mão-de-obra para a produção de mercadorias. No entanto, ao invés de reduzir a carga horária dos operários, fez-se o oposto, foi ampliada e passou-se a exigir maior eficiência do trabalhador, reduzindo ainda mais o número de operários necessários nas indústrias e provocando o desemprego. O número de excluídos do mercado de trabalho foi gerando um contingente de operários que não tinha nem o direito de vender sua própria mão-de-obra, e uma das saídas encontradas foi à imigração<sup>5</sup>.

O Brasil tornava-se cada vez mais dependente da economia mundial, se os preços internacionais do café estivessem em alta, o país ampliava suas importações e sua receita tributária, caso se encontrasse em baixa, o oposto ocorria (FAUSTO 1977). Machado (2002, p. 158) ao referir-se sobre relação entre capitalismo e mudanças políticas e econômicas no Brasil, assim explicita:

O modo de produção capitalista, na segunda metade do século XIX, pressionava os países para que modernizassem seu processo de trabalho a fim de se adequarem ao mercado mundial, exigindo mudanças internas. No Brasil, particularmente, foi necessário romper com o trabalho escravo, com o Império que adotava uma política contrária às novas necessidades e fomentar o desenvolvimento da indústria.

O Brasil precisava modernizar suas relações de trabalho para atender às imposições econômicas mundiais de criar um mercado capitalista e, em 1888, efetivou a abolição da escravidão<sup>6</sup>. Isso favoreceu ainda mais a vinda de imigrantes, em especial o europeu. As

---

<sup>5</sup> Queiroz (1979) destaca que eram muitas as causas da imigração no século XIX, mas a principal era a vida miserável. Isso porque a população pobre, acreditando em melhores condições de vida, partia para os países menos desenvolvidos, como as Américas, em busca de trabalho, contribuindo com a modernização nas relações de produção do país.

<sup>6</sup> Houve uma pressão mundial para acabar com a escravidão no Brasil, já que eram necessários operários com remuneração para poderem consumir os produtos das nações desenvolvidas. E o país que mais fazia pressão, era a Inglaterra, “coincidentemente” o país que mais precisava expandir seu mercado, exportar capital, mercadorias e mão-de-obra excedente (LEONEL, 1994).

novas relações capitalistas, aliadas às questões políticas do país, não condiziam mais com modelo político do Brasil do período Imperial. Desta forma, em 1889, foi proclamada a República, que recebeu apoio de parte da camada dominante do café e de militares, além da aceitação do povo (RIBEIRO, 1986). Foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1891, que se fundamentava na descentralização do poder e, que, conseqüentemente, refletiu-se na organização do ensino.

Pela Constituição, a Igreja foi separada do Estado, por isso retirava o ensino religioso das escolas públicas. Contudo, a religião católica permanecia como oficial e possuía grande poder na sociedade brasileira, bem como mantinha diversas instituições de ensino sob sua responsabilidade. Pelo artigo 70, poderiam votar os cidadãos maiores de 21 anos, sendo, contudo, impedidos de voto e de se candidatarem a cargos políticos os mendigos, os analfabetos, os soldados rasos do exército e os religiosos (BARBOSA, 1946). Desta forma, manteve-se o povo distante da democracia.

A economia brasileira foi marcada por grandes crises do café, para minimizar o impacto dessas crises o governo desenvolvia uma política de valorização do produto. A primeira grande crise do café foi no final do século XIX e seus resultados foram sentidos no comércio e nas arrecadações públicas, na baixa do câmbio e conseqüente dificuldade de importação. Em seguida a essa crise, realizou-se a primeira valorização do café, na primeira década do século XX. Teve início com a assinatura do Convênio de Taubaté<sup>7</sup> em 1906, pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Segundo o convênio, o governo federal poderia entrar em acordo com os estados para regular o comércio do café e garantir sua valorização<sup>8</sup> (LUZ, 1975). Apenas o Estado de São Paulo<sup>9</sup> manteve o convênio e, apesar das dificuldades iniciais, acabou alcançando bons resultados e impôs sua política em nível federal. Pela primeira vez, conseguiu-se identificar os interesses cafeeiros com os

---

<sup>7</sup> Em Taubaté, dias 26 e 27 de fevereiro de 1906, os presidentes de Minas Gerais (Francisco Sales), São Paulo (Jorge Tibiriçá) e do Rio de Janeiro (Quintino Bocaiúva) reuniram-se para assinar o Convênio Taubaté, um acordo para a valorização do café. O Convênio foi efetivado pelo Decreto n.º 1489, de 6 de agosto de 1906, e teve como principais pontos: “[...] a) manutenção do preço entre 55 a 65 francos, por saca de 60 quilos de café tipo 7 [...] b) negociação de um empréstimo externo de 15 milhões de libras esterlinas para custear compras destinadas a manter o preço; c) imposição de uma sobretaxa de 3 francos sobre cada saca de café exportado, arrecadado pela União [...]” (FAUSTO, 1977, p. 215).

<sup>8</sup> Desta forma, na primeira valorização do café, retirou-se de parte da produção desse produto do mercado, visando reduzir a oferta e garantir os preços.

<sup>9</sup> São Paulo era o Estado que mais produzia café, por isso seu grande interesse em valorizar o produto. Seguindo as diretrizes do Convênio Taubaté, o Estado adquiriu grande estoque de café e ainda criou “[...] uma sobretaxa de três francos sobre cada saco desse produto exportado, em qualquer dos Estados contratantes, e proibição de novas plantações” (LEÃO, 1920, p. 126).

interesses nacionais. A política adotada deu resultados positivos<sup>10</sup> e, ao final da década de 1910, a crise estava sob controle, sendo o ano de 1912 o auge da exportação de café. O acúmulo de capital da cafeicultura propiciou investimentos em diversos setores da economia, em especial na indústria (CUNHA, 1980). Com a ampliação nas indústrias aumentou a discussão quanto à defesa da indústria nacional<sup>11</sup>, por meio de novas tarifas aduaneiras<sup>12</sup>.

Carneiro Leão (1920, p. 143) assim se referiu à questão industrial:

No ano de 1915, as indústrias manufatureiras que, em 1914, sofreram muito em virtude da crise financeira, reanimaram-se de novo, com as dificuldades criadas pela guerra européia a importação de artigos estrangeiros. Várias fábricas que estavam paralisadas desde meados de 1913, recomeçaram a trabalhar e não poucas se fundaram para fornecer aos mercados nacionais produtos que ainda não fabricávamos.

Ao observar o desenvolvimento industrial, Carneiro Leão entendia que a guerra, apesar das dificuldades iniciais impostas, favoreceu a criação de novas indústrias. O que não é um consenso entre os autores que estudam o período. Mas é certo que o governo brasileiro sentiu a necessidade de investir na indústria nacional como forma de suprir as necessidades de alguns produtos que não podiam mais ser importados (FAUSTO, 1984).

Todas essas dificuldades do país foram suplantadas por um grande acontecimento que marcou o mundo no século XX, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A guerra iniciou-se devido aos conflitos existentes entre os grupos capitalistas que, para sua manutenção, necessitavam disputar o mercado internacional<sup>13</sup>, tanto para exportação de mercadorias como de capitais. A disputa se deu entre dois blocos, de um lado, França, Inglaterra e Rússia e, de outro, Alemanha e o Império Austro-Húngaro. Lênin (1987, p. 10)

<sup>10</sup> Ressalta-se, todavia, que os resultados positivos foram maiores para as empresas importadoras e banqueiros, na maioria estrangeiras, grandes produtores de café e muito pouco para os pequenos produtores.

<sup>11</sup> Discutiam-se subsídios preferencialmente para a verdadeira indústria nacional, assim considerada, por utilizar como matéria-prima produtos nacionais, em oposição a indústria artificial, que utilizava como matéria-prima produtos importados (LUZ, 1975).

<sup>12</sup> A questão das tarifas aduaneiras já era discutida desde o século XIX. Rui Barbosa (primeiro Ministro da Fazenda do governo provisório da Primeira República) em 1890, propôs, por meio do Decreto n. 947-A, novas tarifas aduaneiras como forma de proteger a indústria nacional. Barbosa, apesar de partidário do liberalismo, concordava com a necessidade de proteção da indústria nacional para que essa pudesse enfrentar a concorrência estrangeira. Para ele, o protecionismo para a indústria deveria ser moderado para não prejudicar o patrimônio público e as relações do Brasil com os outros países.

<sup>13</sup> De acordo com Lênin (1987, p. 106): “O imperialismo do princípio do séc. XX pôs termo à partilha do globo entre um punhado de Estados, dos quais, atualmente, cada um explora (no sentido de que obtém um sobre lucro) uma parte do mundo interior pouco ou menos do que aquela que a Inglaterra explorava em 1858; cada um deles, graças aos trustes, aos cartéis, ao capital financeiro, as suas relações credor-devedor, ocupa uma situação de monopólio no mercado mundial; cada um deles em certa medida goza de um monopólio colonial [...]”.

ressaltou que a guerra foi essencialmente imperialista, “[...] isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem, de pirataria [...]”.

Apesar de o conflito se dar no continente europeu, desde o primeiro ano de guerra, o Brasil sentiu seus reflexos por causa do bloqueio comercial, na diminuição das exportações e dificuldades nas importações. O café passou a ter concorrentes, visto os EUA, maior comprador do produto, terem passado a importá-lo de outros países como México, Venezuela e Colômbia (Leão, 1920).

O Brasil entrou oficialmente na Primeira Guerra Mundial em 1917, data que delimita o início do período do estudo, por ser a mesma da edição do livro de Carneiro Leão, *O Brasil e a Educação Popular*, e a partir da qual se centrará essa discussão.

## **2.2 Em Destaque a Situação Econômica e Política Brasileira.**

Em 1920, Carneiro Leão no livro *S. Paulo em 1920*, intitulou um de seus capítulos de *A vitória das forças econômicas sobre a força política*. Para ele, a preocupação econômica dominava a política na Europa e acreditava que “dentro de poucos anos, por toda à parte, no Brasil, o que importará a governos e classes será, antes de tudo, as possibilidades da agricultura, a capacidade de produção, a energia do povo, e a indústria”. (LEÃO, 1920, p. 181-182). Entendia que a preocupação com a economia ainda não era uma constante para os políticos e a sociedade brasileira em geral, mas isso em breve viria acontecer no país.

Com a entrada do Brasil na Guerra, aumentou o desequilíbrio econômico, pois o país utilizava grande parte do seu capital para saldar dívidas e, ainda, deixara de receber investimentos externos, pela diminuição da exportação e empréstimos. Para equilibrar sua balança econômica, o governo brasileiro aumentou a emissão de papel moeda, utilizada para os investimentos na produção do café e na indústria. Carneiro Leão, ao referir-se sobre como resolver os problemas de câmbio, escreveu:

Estudemos os problemas brasileiros com olhos capazes de ver, com a preocupação voltada para as necessidades nacionais e não pessoais, economizemos, para evitar o *déficit* orçamentário - a maior causa dos nossos desequilíbrios financeiros e crises econômicas - vivamos dentro dos nossos recursos, ou, quando sacarmos sobre o futuro, façamo-lo baseado em realidade, e no propósito firme de batalharmos de verdade, de

criarmos a riqueza suscetível de nos fazer, afinal, economicamente independentes (LEÃO, 1923, p. 27).

Acreditava que o país poderia ser independente se conseguisse controlar sua balança comercial, bem como evitasse dívidas externas. Ao enfrentar as dificuldades do período de Guerra, o governo preocupou-se em investir nas indústrias básicas, como a de extração do carvão mineral e a siderurgia, por meio de isenção de impostos (LUZ, 1975). De acordo com Carone (1977), apesar do crescimento das indústrias brasileiras, estas foram atingidas por intensas crises, essencialmente as têxteis. Algumas fábricas reduziram o horário de trabalho, demitiram operários e chegaram a fechar, parcial ou totalmente, suas portas. Enquanto isso, os trabalhadores se politizavam e organizavam movimentos. Assim Carneiro Leão (1917, p.13) se expressa sobre os efeitos advindos com a guerra:

A guerra européia produziu uma grande crise no mundo inteiro, que veio se refletir, aqui, aumentada ainda por vários outros desarranjos, na nossa vida interna e da nossa índole impressionável. Crise não só financeira, mas de ânimo, de abatimento e de ceticismo, em que caíram todas as almas nobres pelo fracasso do direito, do princípio de justiça e dos grandes triunfos morais que pareciam tão bem assegurados [...].

Para Carneiro Leão, a crise mundial provocada pela guerra foi além da questão financeira e política, abalou o próprio homem. Foi tanto financeira quanto moral, e a maioria das pessoas, desanimadas, desacreditou nos princípios de justiça. Em parte, isso explicaria, para o autor, a adesão de muitas pessoas ao socialismo, que se iniciara como experiência na Rússia no ano de 1917. Essa revolução ficou marcada na história mundial porque “[...] vinha acenar com novos caminhos para a humanidade, com o surgimento de um novo regime econômico, político e social – o chamado socialismo – que se deveria opor ao até então estabelecido regime capitalista” (LEMME, 1984, p. 256). A Revolução Russa contribuiu para que muitos países capitalistas levantassem questionamentos frente ao modelo econômico que vivenciavam (HOBBSAWM, 2002).

Para minimizar a crise financeira no país, entre os anos de 1917-1920, realizou-se a segunda valorização do café. O Governo Federal, confiando que a safra de 1917-1918 alcançaria altos índices, em parceria com o Estado de São Paulo, efetuou a retirada de parte da produção do café de circulação. Devido às fortes geadas que diminuíram a produção e provocaram o aumento dos preços internacionais do café, houve grande lucro para o Estado de São Paulo e o Governo Federal. O aumento nos preços do produto, bem como o

seu incentivo propiciaram uma grande expansão no seu plantio. Carneiro Leão entendia ser:

A monocultura perigosa do café, que fazia depender a situação financeira do Estado e o seu próprio futuro econômico das oscilações do preço da rubiácea, está sendo substituída por uma policultura inteligente e promissora. Ninguém desconhece o perigo de assentar a riqueza de um país sobre um produto único. (LEÃO, 1920, p. 134).

Apontava Leão a monocultura do café como um perigo para a economia do país. Observa-se que havia um questionamento crítico por parte de alguns segmentos da sociedade pela política de valorização do café adotada pelo governo.

Desde a primeira valorização do café, ao lado do investimento nacional, houve a entrada de capital estrangeiro para financiamentos no setor e, aos poucos, os bancos nacionais e estrangeiros foram penetrando em todos os setores da economia brasileira, isto porque, ante a dificuldade de importação durante a guerra, o governo havia estimulado a indústria básica do país (SILVA, 1986). O próprio governo fez dívidas para investir na infra-estrutura do país, como: portos, ferrovias, produção de energia elétrica, bem como no setor social e na economia. Mesmo com esses investimentos, Carneiro Leão (1920) relata que as estradas de ferro construídas não eram suficientes para ligar todos os estados ou cidades. Era preciso construir rodovias para se chegar às propriedades rurais mais longínquas. Ele afirmava que seria “impossível qualquer desenvolvimento sem comunicações e sem transporte” (LEÃO, 1920, p. 154).

Em 1919, acabada a guerra, as potências capitalistas vencedoras estabeleceram a partilha da maior parte do território do planeta para poderem dominar e explorar, sistematicamente, os países não industrializados. A partir da década de 1920, o Brasil foi atingido de forma mais intensa pela crise capital *versus* trabalho, que era vivenciada de forma crítica na Europa. A crise foi marcada pela grande safra do café, pela recessão no mercado exterior e por dificuldades financeiras enfrentadas nas indústrias. Era a terceira grande crise do café, contudo as indústrias também foram prejudicadas (CARONE, 1977).

Aconteceram, com o agravamento da crise da cafeicultura, desentendimentos entre o governo do Estado de São Paulo, o Governo Federal e a burguesia do café. Com isto, abriu-se espaço para agitações de alguns segmentos da sociedade que exigiam seus direitos ou se manifestavam contra a proteção excessiva do governo com a cafeicultura. Entre

esses, o movimento tenentista<sup>14</sup>, que foi definido como um movimento da classe média, isso porque apesar de muitos tenentes não pertencerem a esta classe identificavam-se com ela. Teve como ponto forte o protesto dos militares do Exército do Rio de Janeiro, em 1922<sup>15</sup>, manifestações contrárias à política adotada no país pelas oligarquias agrárias. Constava no programa do movimento: voto secreto reforma administrativa, independência do Judiciário e reforma do ensino (FAUSTO 1984).

Dois anos mais tarde, em 1924, foi à vez dos militares de São Paulo se mobilizar contra o governo, criticavam, sobretudo, a inflação e a política adotada. O grupo foi perseguido e derrotado pelas forças armadas federais, ficando conhecido esse movimento como *Coluna Prestes* (LEMME, 1984). O presidente Artur Bernardes (1922-1926) embora tenha conseguido controlar os rebeldes precisou realizar algumas mudanças em sua política financeira, como, por exemplo, retirar parte do papel-moeda de circulação (DEAN, 1991). Assim Carneiro Leão (1923, p. 19-20) se referiu essa política:

Infelizmente todos os planos não se baseiam senão sobre as panacéias conhecidas: - empréstimos e emissões. Empréstimos, para, satisfazendo as necessidades nacionais por meios da entrada de ouro, melhorar o câmbio; emissões visando custear o incremento da nossa economia, criar fontes novas de produção, amparando as existentes e enriquecendo pelo ouro enviado do estrangeiro em troca de produtos que o papel moeda criou.

Carneiro Leão considerava que o Governo realizando apenas empréstimos e emissões não resolveria as finanças do país. Buscando equilibrar a economia o Governo Federal realizou entre 1921-1924, a terceira valorização do café. Essa foi diferente das demais, visto propor a valorização permanente do produto. Essa política criticada por outros setores da sociedade, por realizar empréstimos no exterior para garantir os preços do produto. O governo obteve lucros com o esquema de valorização, visto as safras subsequentes, de 1921-22 e 1922-23, serem reduzidas e, ainda, pelo aumento de

---

<sup>14</sup> Nagle (1976) explica que o movimento tenentista defendia as idéias liberais e questionava a política do governo que, segundo eles, não respeitava a liberdade de todos os cidadãos. O grupo mostrava-se preocupado com os problemas urbanos que surgiam devido as mudanças econômicas do país. A classe média colocou-se ao lado desse movimento. O grupo tenentista atingiu grande poder no início de 1930. Dean (1991) explica que a classe média era em pequeno número e desorganizada enquanto classe, contudo mostrou-se *radicalmente insatisfeita* com a política adotada pelo governo em relação a economia do país.

<sup>15</sup> O movimento realizado em julho de 1922, foi um protesto dos alunos da escola militar contra a prisão de 24 horas do presidente do Clube Militar, Hermes da Fonseca, decretada pelo presidente da República. Apresentou três focos, a Vila Militar, a Escola Militar do Realengo e o Forte de Copacabana. O protesto foi contido violentamente pelo Governo de Federal (LEMME, 1984).

importação do café pelos Estados Unidos da América (EUA). A partir de 1924, a defesa do café passou a ser feita pelo Estado de São Paulo, por meio do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, que mais tarde foi denominado Instituto do Café do Estado de São Paulo. A instituição tinha como principal objetivo regular a entrada do café no porto de Santos, e esse Estado assumiu sozinho dívidas externas para manter o preço do produto (FAUSTO, 1977).

A indústria nacional impôs-se na economia brasileira e os industriais passaram a se organizar em entidades estaduais. Discutiam seus problemas e faziam algumas reivindicações, mas não eram atendidos, visto a cafeicultura ser prioridade no governo. Não havia organização de tarifas alfandegárias e proteção às indústrias. Apesar de não se unirem enquanto classe, os industriais pediam ao governo planejamento na economia e proteção. Sugeriam, para isso: o desenvolvimento do mercado interno, novas relações com o mercado internacional, novas formas de ampliar os créditos, a legislação do trabalho e a elaboração de novas estatísticas (CARONE 1977).

Foram adotadas algumas medidas políticas para estabilizar, parcialmente, o câmbio como forma de favorecer as indústrias. Quanto mais a classe industrial se enriquecia mais entrava em conflito com outras classes sociais, em especial a operária. E, ainda procurou-se rever as questões sociais ligadas aos trabalhadores, oferecendo pequenas concessões, entre estas a proibição do emprego antes dos 14 anos e do trabalho noturno para menores. (DEAN, 1991).

O Governo Federal, que até então conseguira defender os interesses cafeeiros, comprando seu excedente, não conseguia mais manter sua valorização, porque a crise era agora mundial (CARONE, 1977). Passavam pela bolsa de Nova Iorque os grandes investimentos mundiais e, com sua *quebra* (1929), os problemas financeiros refletiam-se pelo mundo todo, em especial nos países dependentes de investimentos externos. No Brasil, a superprodução do café, a queda dos preços e a diminuição da exportação, contribuíram para acentuar a crise do café e da economia nacional, com reflexos em toda economia do país. Com essa crise, houve uma conseqüente diminuição do poder político dos produtores e exportadores de café; outro reflexo da crise foi a diminuição da necessidade de mão-de-obra na agricultura, o que contribuiu para que os imigrantes se voltassem para o trabalho das fábricas nas grandes cidades.

A terceira grande crise do café atingiu seu ápice em 1929, e o presidente Washington Luís, acuado mediante dificuldades financeiras que o país enfrentava, tomou

medidas como a ampliação da exportação e a política deflacionária, que agravou ainda mais o problema. O país sofreu desequilíbrio econômico-financeiro e realizou grandes empréstimos externos, ampliando a dívida externa<sup>16</sup>. A crise refletiu-se no aumento do custo de vida, ampliando ainda mais as diferenças entre industriais e operários <sup>17</sup> (FAUSTO 1984).

Por meio das propostas de alguns industriais e políticos brasileiros observou-se à defesa de idéias de Keynes<sup>18</sup> na economia brasileira, para que o país controlasse e planejasse sua economia. Se a economia brasileira transformava-se e almejava avanços, a política visava efetivar a democracia, por meio de partidos fortes ou ligados a compromissos políticos, que deveriam ir além de uma política vinculada à burguesia do café. Tanto os partidos quanto o Governo Federal adotaram medidas que não alteravam as bases econômicas e sociais e as eleições mantinham resquícios do *voto de cabresto*, em que os grandes proprietários conseguiam votos mediante a vassalagem. Mas sob forma mais *moderna*, na qual os presidentes de Estado e da República eram os principais responsáveis pelos arranjos e indicavam os candidatos aos postos. Como os Estados mais ricos eram São Paulo e Minas Gerais, os candidatos indicados por estes revezavam-se no poder do país, era a política *Café com Leite*. O candidato oficial sempre era eleito com grande vantagem no número de votos, além disso, os votos, na realidade, não representavam 10% da população total do país, já que a alfabetização era um requisito para o exercício do voto (NAGLE, 1976).

As dificuldades econômicas aliadas a alguns acontecimentos políticos favoreceram a organização da chamada Revolução de 1930<sup>19</sup>. A Revolução de 1930 adquiriu forças à

---

<sup>16</sup> Na década de 1920 a maioria dos países americanos ampliaram suas dívidas. Os credores propiciavam crédito, confiantes que as exportações desses países iria aumentar e assim saldariam suas dívidas. Os Estados Unidos era um dos maiores credores dos países da América Latina, com exceção da Argentina e Brasil, que tinham maiores dívidas com a Inglaterra (TOUSSAINT, 2002).

<sup>17</sup> Ampliou-se a discussão entre sindicatos e industriais, que tinham seus interesses cada vez mais distantes.

<sup>18</sup> A teoria de Keynes surgiu a partir da necessidade de enfrentar a crise econômica que assolava o mundo, visando encontrar uma solução para a manutenção do sistema capitalista. Keynes criticava a política liberal dos anos 1920, na Inglaterra. Ele defendia uma política de investimentos públicos e suas análises sobre a quebra de 1929 reforçavam sua tese. Para ele, dever-se-ia “[...] desenvolver o consumo e o investimento, por meio de uma forte intervenção pública” (TOUSSAINT, 2002, p. 242). Suas idéias foram aplicadas em vários países até a década de 1970.

<sup>19</sup> Pela primeira vez um movimento político de oposição conseguiu vitória, mas de forma violenta. Iniciou-se quando o presidente Washington Luís, paulista, apoiou outro paulista para concorrer à presidência, em total em desacordo e quebrando a política Café com Leite. Organizou-se a Aliança Liberal, que se opunha à política econômica do governo. Esse movimento de oposição era formado pela união de diferentes forças políticas, pelo Partido Democrático de São Paulo, por alguns partidos regionais e, ainda, pelo movimento tenentista, entre outros grupos. A Aliança teve mais força no Rio Grande do Sul, estado que não estava ligado à cafeicultura, sendo um gaúcho, Getúlio Vargas, o candidato à presidente. A eleição foi realizada e venceu o

medida que conseguia uma aliança entre parte da burguesia desvinculada do café, classe média, classes populares e, ainda, o setor militar tenentista. Isto porque, ao criticar a política econômica do país e ao defender a representação popular, a aliança havia conquistado a classe média e os assalariados. A massa operária mostrou-se simpática aos revolucionários, mas não tomou posição como organização de classe. Em 24 de novembro de 1930, o poder militar depôs o presidente Washington Luís e não permitiu que Júlio Prestes fosse empossado, assumiu seu lugar a *Junta Governativa Militar*<sup>20</sup>, iniciava-se a Segunda República ou República Nova. Getúlio Vargas foi nomeado chefe do governo do Brasil, em caráter provisório<sup>21</sup>, no dia três de outubro de 1930 (FAUSTO, 1984). O novo presidente enfrentou sérias dificuldades tanto no setor econômico como no político e procurou solucionar a crise econômica contendo as despesas do governo e, ainda, queimando parte do estoque de café para manter os preços do produto.

As indústrias também estavam com muitas dificuldades. De acordo com o Relatório do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão de 1930, a indústria algodoeira enfrentava sérios problemas como a falta de crédito, altos impostos, má qualidade do algodão, preço muito alto para exportação. No próprio Relatório, o Centro fez algumas sugestões para melhorar a situação nas primeiras semanas do governo provisório, pedia maior proteção às indústrias e ensino profissional para qualificar o trabalhador. Sugeriram, ainda, a utilização de algodão nacional pelos órgãos públicos. Porém os industriais, praticamente, não foram atendidos em suas reivindicações (CARONE, 1977).

Com a Revolução, grande parte dos brasileiros acreditou que se inaugurava um novo momento para o país que o levaria à modernização e ao desenvolvimento tão esperado desde o início da República, e que o povo e a classe média teriam mais espaço político. Por outro lado, alguns grupos não acreditavam que a *Revolução de 30* fosse provocar todas as grandes mudanças almejadas pela sociedade brasileira. Luis Carlos Prestes (1898-1990), por exemplo, que liderava o partido comunista<sup>22</sup>, defendia o socialismo e não apoiou o movimento.

---

candidato do governo, o paulista Júlio Prestes. A oposição anunciou que não aceitaria o resultado e a revolta iniciou-se no Rio Grande do Sul, logo após o assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidência pela Aliança Liberal (FAUSTO, 1977).

<sup>20</sup> A Junta que assumiu o governo do país, entre 24/10/1930 a 02/11/1930, era composta pelo General Augusto Tasso Fragoso, General João de Deus Menna Barreto e Contra-Almirante José Isaías de Noronha.

<sup>21</sup> Tinha o compromisso de moralizar o processo eleitoral e convocar eleições o mais breve possível para eleger uma Assembléia Constituinte e um novo Presidente da República.

<sup>22</sup> O Partido Comunista Brasileiro, PCB, foi criado em 1922.

Em 1932, São Paulo posicionou-se contrário ao Governo Federal e iniciou o conflito quando foi imposto ao Estado de São Paulo um interventor, o tenente João Alberto. Este fato, além do descontentamento com a política do novo governo, contribuíram para que setores da burguesia, a aristocracia do café e o grupo industrial paulista tomassem uma postura revolucionária. O Estado de São Paulo ficou sozinho na luta armada e, apesar de derrotado, teve parte de suas reivindicações<sup>23</sup> atendidas pelo governo federal (FAUSTO, 1984). Esse fato demonstra que não havia aceitação total do novo governo, bem como não existia homogeneidade no interior do novo governo, que era formado por diferentes grupos e interesses. Vargas procurou encontrar o equilíbrio político em meio às disputas entre o tenentismo e os quadros políticos tradicionais, isso porque os tenentistas tinham propostas políticas de conteúdo considerado radical<sup>24</sup>. E acreditando que não conseguiriam conquistar suas reivindicações caso um novo governante assumisse o poder através das eleições, preferiram contribuir com a manutenção do governo já estabelecido.

No governo de Vargas, observou-se um relacionamento diferenciado entre Estado e classe operária, tendo em vista minimizar conflitos. Entre as medidas políticas adotadas encontram-se a criação do:

[...] Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio é criado em 26-11-30 (Decreto nº. 19 433), as Juntas de Conciliação e Julgamento são instituídas a 12-5-32 (Decreto nº. 21 396), dispõe-se acerca do horário de trabalho no comércio (Decreto nº. 21 186, de 22-3-32) e na indústria (Decreto nº. 21 364, de 4-5-32), acerca do trabalho das mulheres (Decreto nº. 21 417-A, de 17-5-33) e dos menores (Decreto nº. 22 042, de 3-11-32), a regulamentação dos sindicatos começa a ser definida (Decreto nº. 19 770, de 19-3-31) (FAUSTO, 1984, p. 252).

A classe trabalhadora recebeu diversas concessões. Mas o objetivo político do governo foi conciliar os diferentes setores sociais: burguesia do café, industriais, classe média e trabalhadores. Essa política, aliada aos investimentos nos setores sociais e na economia, propiciou um visível desenvolvimento no país. Acredita-se que os investimentos se tornaram possíveis pelo bloqueio que o governo Vargas fez ao pagamento das dívidas

---

<sup>23</sup> “O esmagamento pelas armas da revolução de 1932 não produziram a liquidação do grupo cafeeiro. Pelo contrário, obrigou o governo a ouvir os interesses de São Paulo capazes de se expressar de maneira tão perigosa e, entre esses interesses estavam os do setor cafeeiro (FAUSTO, 1984, p. 249).

<sup>24</sup> Entre as propostas tenentistas estava “[...] a nacionalização dos bancos estrangeiros, das minas e quedas de água, o combate gradativo ao latifúndio, reformas na área trabalhista, como a instituição da jornada de trabalho” (FAUSTO, 1984, p. 248).

externas<sup>25</sup>. Dívidas essas acumuladas pelos empréstimos realizados para se investir na infra-estrutura para modernização, nas duas primeiras décadas do século XX, como apontado anteriormente.

Vargas permaneceu no poder de 1930 a 1934, no Governo Provisório; de 1934 a 1937, no Governo Constitucional e, de 1937 a 1945, no Estado Novo. Mas, para isso, foi necessária uma política forte, que não admitisse manifestações sociais de cunho político. Desta forma, o governo procurou *controlar* os sindicatos para que ficassem voltados às questões profissionais. Frente às influências das correntes anarquistas e comunistas<sup>26</sup> dos trabalhadores, o governo preocupou-se em contê-las sem utilizar a força e sim buscando conquistar essa classe por meio de concessões (FAUSTO, 1984). Encerra-se essa contextualização política e econômica, pelo marco já definido.

### 2.3 O Debate Sobre a Sociedade e a Educação

Carneiro Leão (1923, p. 27-28) destacava a importância da cultura para a sociedade, escreveu:

A cultura universal, sobretudo nos fenômenos sociais, se generaliza de tal modo, na imprensa, em conferências, em congressos contínuos, nos quais os povos concorrem com a sua experiência e o reclamo das suas necessidades, que se tem hoje, quase tangível, diante dos olhos da inteligência, a marcha da civilização e a visão do caminho mais curto ao evoluir de cada país, segundo o seu tipo social e cultural.

O caminho para o desenvolvimento de cada país, pela sua própria cultura e sociedade tornava-se acessível para Carneiro Leão nessa nova civilização, pela facilidade de se expor e propagar idéias das mais diferentes formas. Mas essa ainda não era a realidade cultural e social brasileira em 1917, uma vez que em torno de 80% dos brasileiros não sabiam ler e escrever e apenas os 20% restantes eram instruídos e cultos. Carneiro Leão (1917, p. 23) complementou:

---

<sup>25</sup> Com a crise econômica de 1930, o Brasil ao lado de mais três países, decidiu bloquear os pagamentos de sua dívida externa que só foi renegociada com o fim da Segunda Guerra Mundial (TOUSSAINT, 2002).

<sup>26</sup> “[...] a existência do Partido Comunista, fundado em 1922, abre a possibilidade de uma nova opção no seio dos movimentos revolucionários existentes, como acontece no caso da mais importante ruptura no interior do tenentismo, quando Prestes se nega a apoiar a Revolução de 1930 e proclama sua adesão ao socialismo, embora não imediatamente ao P. C. B., o que se verificaria em 1934” (FAUSTO, 1984, p. 245-246).

Se a limitada educação que possuímos, literária e teórica, só nos habilita para as carreiras públicas, só nos cria o gosto e o interesse pelas funções burocráticas! Vivemos para um mundo que já passou, quando havia o escravo da gleba, o homem que trabalhava o solo para os senhores continuarem uma vida de despreocupações e de letras.

Na sua visão, além do reduzido número de pessoas instruídas, a maioria delas tinha uma formação voltada para o funcionalismo e a burocracia. Organização educacional que atendia a antiga sociedade brasileira, na qual havia o senhor e o escravo. Bem diferente das necessidades da nova sociedade que se formava no Brasil, a sociedade urbano-industrial.

Com a nova divisão social do trabalho, formam-se diferentes camadas sociais: as *classes* operária e média; ampliam-se alguns setores terciários; surgem novas profissões, entre outras mudanças. E o país foi ganhando outros contornos: cidades maiores e planejamento urbano. É importante destacar o papel da imigração para a organização da sociedade brasileira. O Brasil acolheu povos de diferentes nacionalidades, contudo a maioria era de europeus que se fixaram nas diversas regiões do país e com diferentes objetivos. As duas grandes tendências da imigração européia no Brasil foram: a lavoura, nos grandes latifúndios, e os povoamentos coloniais, no sul do país, em pequenas propriedades (FERREIRA, 1988). Em cada região do país, a integração dos imigrantes se deu de maneira diferenciada, mas a preocupação de nacionalizar os estrangeiros mantinha-se. Carneiro Leão abordou o tema da imigração<sup>27</sup> em seu livro *S. Paulo em 1920*, expunha que, no Estado de São Paulo, a maioria dos imigrantes eram de origem italiana, seguida da portuguesa, e espanhola (LEÃO, 1920).

Todas essas mudanças favoreceram o questionamento quanto ao modelo educacional do país. Entre as discussões educacionais estava a questão da necessidade do Estado responsabilizar-se pelo ensino primário. Questão esta que se confrontava com a política educacional do Governo Federal, voltada para o ensino secundário e superior, conforme previsto na Constituição.

Apesar do Estado não manter o ensino primário, isso não significou a inexistência de algumas instituições patrocinadas por ele, bem como inúmeras particulares. Tradicionalmente, grande parte do ensino era mantida por instituições particulares de cunho religioso, na sua maioria católica. Como a Constituição do início da República definiu a laicidade no ensino, alguns integrantes do grupo católico temiam perder espaço

---

<sup>27</sup> Leão, em 1920, apontou dois tipos de imigração existente, as espontâneas, patrocinadas pelos próprios imigrantes, e as subsidiadas, realizada pelo Estado.

para as escolas públicas. E, preocupados com a manutenção de suas escolas, optaram por ampliar o cristianismo na sociedade brasileira, estendendo o ensino religioso a todos os níveis de ensino. Segundo Carneiro Leão (1923), metade dos alunos frequentavam escolas particulares e essas instituições tinham tal autonomia que o Estado não sabia o que se passava em seu interior. O Estado de São Paulo era uma exceção:

Em São Paulo pela última reforma executada, o estabelecimento de ensino particular será registrado na Diretoria Geral da Instrução Pública, depois de ter sido o prédio, onde vai funcionar, submetido à inspeção médica e o programa, o regime interno e o pessoal docente conhecido e julgados bons pela autoridade estadual, competente (LEÃO, 1923, p. 290).

Nesse estado, as escolas particulares eram fiscalizadas desde as suas instalações até seu corpo docente. Para Carneiro Leão, todo país deveria adotar essa medida.

O ensino brasileiro, apesar de muitas iniciativas de renovação, mantinha as características livrescas e humanistas<sup>28</sup>, bem como o dualismo de uma educação diferenciada para o povo e para a elite, herdada do período Imperial. Para o povo, eram pequenas as oportunidades de ensino, por meio das poucas escolas primárias e técnico-profissionais<sup>29</sup>, fazendo com que a maioria da população continuasse analfabeta. De outro lado, a elite podia contar com escolas superiores<sup>30</sup> de boa qualidade e, ainda, com as escolas secundárias, em sua maioria particulares, que tinham como grande preocupação preparar o aluno para o ensino superior (NAGLE, 1978).

Como a maior preocupação do Governo Federal voltava-se ao ensino superior e secundário, a maioria das reformas educacionais era dedicada a esses dois níveis de ensino. As reformas tinham dois objetivos, retirar da escola secundária seu caráter de curso preparatório para o ensino superior e cientificar o ensino secundário como forma de adaptá-lo às necessidades econômicas do novo modelo de sociedade brasileira que se constituía. Mas esses objetivos, praticamente, não foram atingidos (NAGLE, 1978).

---

<sup>28</sup> Livresco por restringir-se em decorar a teoria dos livros e humanista por se fundamentar apenas nas ciências humanas.

<sup>29</sup> Essas escolas funcionavam desde o período Imperial. Em 1909, pelo Decreto nº 7.566, criaram-se nas capitais, escolas dos aprendizes artífices. Pelo Decreto n.º 7.329, de 1926, as escolas dos aprendizes artífices ofereciam gratuitamente o ensino profissional primário, elementar (quatro anos) e complementar (dois anos). Já o ensino agrícola não teve o mesmo desenvolvimento. Observa-se que o ensino técnico-profissional organizou-se de modo independente dos demais ramos escolares (NAGLE, 1976).

<sup>30</sup> Dean (1991) explicou que, ao lado das tradicionais Faculdades de Direito, foram incorporadas as de Engenharia Civil, Medicina e Agricultura.

Carneiro Leão preocupava-se com o grande número de analfabetos, mas acreditava que a educação deveria ir além de propiciar a leitura e escrita, dever-se-ia preparar para o trabalho. Contudo, devido ao grande número de analfabetos, mantinha-se a preocupação de alguns intelectuais e políticos era com a alfabetização. Sugeriu Carneiro Leão (1917, p. 199-200):

É preciso uma agitação nacional. Que todas as forças inúteis se movimentem e atuem e marchem para o progresso. Como obter esse prodígio? Sacudindo o povo, tirando-o da inércia, dando-lhe possibilidade de movimento, educando-o, preparando-o para a civilização e para a vida. Que ele se torne uma força produtora. Se nós não fazemos mais do que criar consumidores!

Defendeu a necessidade de formar o homem para o trabalho. Para ajudar o Brasil a deixar de ser apenas exportador de produtos agrícolas e importador de produtos industrializados. Carneiro Leão queria que o país se tornasse capaz de produzir e exportar produtos industrializados visto ser essa uma necessidade imediata frente aos acontecimentos mundiais provocados pela guerra, bem como as novas necessidades capitalistas, como apontado anteriormente.

Carneiro Leão comparava os investimentos destinados à educação no Brasil com a educação, de outros países, como os EUA. Na Argentina, o Estado que investisse 1/10 com a instrução e, ainda assim, não a tivesse bem organizada poderia receber auxílio do Governo Federal. Já, na Suíça, o governo não podia intervir na organização, administração e fiscalização do ensino primário por lei, mesmo assim fazia subvenções a este. Enquanto isso, no Brasil, os estados nada recebiam da União para a educação popular. Na opinião de Carneiro Leão, não seria anticonstitucional o Governo Federal contribuir com a educação popular, uma vez que constava no art. 35, § 2º, da Constituição: “[...] cumpre à União animar o desenvolvimento, no país, das letras, artes, ciências e indústrias” (LEÃO, 1919, p. 55). Carneiro Leão abre, assim, a questão de uma *brecha* para *burlar* a lei a favor da educação popular.

Como a responsabilidade da educação era dos estados, era visível a diferença existente entre a organização do ensino entre eles, sendo que o mais desenvolvido era o Estado de São Paulo. Carneiro Leão evidenciou que esse estado era mais *empreendedor*, com muitas indústrias, e sua educação contribuía para a formação dos futuros operários, tanto por meio de cursos profissionalizantes como das escolas primárias, que visavam propiciar *o amor pelas ocupações práticas*. Carneiro Leão (1919) informou que São Paulo

investia 1/4 de seu orçamento com a educação e, mesmo assim, faltavam vagas. O próprio diretor da instrução pública de São Paulo, Oscar Thompson, admitia a existência do sorteio para se conseguir vagas nas escolas.

Mesmo com todas essas dificuldades, a maioria das leis referentes ao ensino voltava-se para o nível secundário e superior. Entre essas reformas está a Reforma Carlos Maximiliano de 1915. Visava reoficializar o ensino secundário<sup>31</sup> e restringir<sup>32</sup> a organização de universidades nos estados que haviam se expandido em nível estadual. Com essa lei, tanto a Universidade de Manaus quanto a do Paraná não foram aceitas oficialmente por não possuírem o número de habitantes estipulado para seu reconhecimento. A Universidade do Paraná deixou de existir em 1915, já a de Manaus permaneceu por mais tempo, mesmo sem o reconhecimento de seus cursos. A reforma deu origem ao Decreto, nº. 14.347<sup>33</sup> e criou, em 1920, da Universidade do Rio de Janeiro<sup>34</sup>. A universidade caracterizava-se pela reunião de cursos isolados, não ligados por mecanismos administrativos e acadêmicos e com caráter visivelmente profissionalizante, tornando-se modelo para o país. A reforma manteve o Conselho Superior de Ensino<sup>35</sup> (CSE), mas com novas atribuições. O que demonstra a importância do ensino superior para o governo, visto ser essa organização o único órgão em nível nacional que havia, nas primeiras duas décadas do século XX.

Em 1925, realizou-se a Reforma Rocha Vaz, aprovada pelo Decreto nº. 16.782-A. Nessa reforma, percebe-se a tentativa do Estado em conter o acesso ao ensino superior. Visava reorganizar o ensino brasileiro em seus diversos níveis, abrangendo desde o ensino primário até o superior. A Reforma extinguiu o Conselho Superior de Ensino e criou o Conselho Nacional de Educação, bem como, a seção ensino Secundário e Superior, em

---

<sup>31</sup> Sobre o ensino secundário, na Reforma Carlos Maximiliano, observa-se que, ao considerar as disciplinas em conjunto, “[...] pode-se chegar à conclusão de que as ciências e as letras se equilibram; observando, todavia, a distribuição das matérias pelas séries a conclusão se altera, pois, enquanto Português, Latim, Francês, Inglês ou Alemão são lecionadas em três séries, a Aritmética, e a Física e Química são lecionadas em duas e Álgebra [...] em uma série” (NAGLE, 1976, p. 279).

<sup>32</sup> Pelo Decreto “[...] foram colocadas barreiras à multiplicação das escolas que postulavam equiparação. Essa possibilidade seria negada às que funcionassem em cidades de menos de 100 mil habitantes, a não ser no caso de serem capitais de estados de mais de um milhão de habitantes” (CUNHA, 1980, p. 168).

<sup>33</sup> Teve base legal da orientação da Reforma Carlos Maximiliano de 1915. O Decreto havia proposto ao Governo Federal, “[...] reunir em universidades, no Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e uma das escolas de Direito” (CUNHA, 1980, p. 189).

<sup>34</sup> Considerada a primeira universidade oficial do Brasil, foi organizada a partir das faculdades: Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

<sup>35</sup> O Conselho Superior de Ensino foi criado a partir do Decreto 8659, de 05 de abril de 1911, pela Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República, elaborada por Rivadália da Cunha Correa (Ministro do Interior). Essa lei reformou o ensino secundário e superior do país.

1926. Esse órgão patrocinou a Conferência Nacional de Educação, em 1927 e fundou a Museu de Rui Barbosa, denominado mais tarde, Casa de Rui Barbosa (NISKIER, 1995).

É interessante observar a contradição entre os meios acadêmicos e não acadêmicos. Enquanto, no ensino escolar, as renovações de processavam lentamente, fora dele eram rápidas e intensas. Organizaram-se diversos movimentos artísticos e literários que defendiam maior liberdade de expressão. Denominaram-se *Modernismo* as novas e diferentes correntes artísticas, que se propunham interpretar e acompanhar as mudanças da sociedade, contudo, a maioria dessas manifestações estava ligada às classes dominantes (ARGAN, 1992).

O movimento modernista vinculado à arte e cultura teve como ponto forte a *Semana de Arte Moderna*, realizada na cidade de São Paulo em 1922. Foi uma exposição aberta ao público que tinha como objetivo difundir as novas idéias artísticas<sup>36</sup>. O *Modernismo* não ficou restrito a São Paulo, estendeu-se por todo o Brasil e criou uma nova maneira de se pensar a arte e valorizar a cultura em suas diferentes manifestações. O movimento visava contribuir para que a sociedade acompanhasse o *progresso* que se dava no mundo e no país.

O movimento modernista brasileiro recebeu influência das novas correntes que se formaram na Europa, nas artes plásticas, na literatura e na música, conhecidas como surrealismo, futurismo, dadaísmo, entre outras. Tarsila do Amaral<sup>37</sup> trouxe algumas dessas idéias para o país e, apesar de não ter participado efetivamente da Semana, tornou-se um dos maiores nomes do modernismo brasileiro (NAGLE, 1976). O movimento tomou um caráter nacionalista no Brasil, na literatura, por exemplo, passou-se a valorizar a arte e a língua nacional em oposição à imitação do estrangeiro (LEMME, 1984).

Se, por um lado, havia as manifestações da burguesia e elite brasileira, de outro, organizava-se a classe operária. Havia grupos militantes, com a organização de sindicatos<sup>38</sup>, influenciados, na maioria das vezes, pelas idéias dos imigrantes<sup>39</sup>. Aos poucos

---

<sup>36</sup> Entre os muitos artistas que participaram, destacam-se: Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Anita Malfatti.

<sup>37</sup> O modernismo deu origem a diferentes grupos. Tarsila do Amaral (1890-1973) foi uma das líderes do grupo antropofágico, que tinha cunho político e social. Seu quadro *Abapuru*, 1928, por exemplo, fez uma crítica do que se esperava do trabalhador brasileiro: com pés e mãos grandes para trabalhar e cabeça pequena para não pensar.

<sup>38</sup> Hardman (1984) destacou a presença anarco-sindicalista na classe operária entre os anos de 1906 a 1920, que contribuiu para a criação de ligas de resistência e sindicatos.

<sup>39</sup> Um número expressivo de imigrantes eram de operários de nível profissional e cultural mais elevado, sendo que muitos deles tinham idéias socialistas formadas, como os anarquistas italianos. Esses imigrantes influenciaram a formação ideológica dos operários brasileiros (LEMME, 1984, p. 257).

os operários organizaram-se por meio dos sindicatos e reivindicavam seus direitos, participavam de manifestações, entre estas, as greves gerais de 1917 e 1919. Os sindicatos faziam críticas ao sistema de trabalho imposto nas fábricas, bem como ao próprio capitalismo. Alguns capitalistas, para minimizar conflitos com os operários, forneciam complementos, como creches e restaurantes. Jorge Street foi um exemplo nessa prática, oferecia concessões ao invés de pagar altos salários aos funcionários (DEAN, 1991).

Havia, ainda, as manifestações realizadas por diferentes formas de expressão, que refletiam a formação de uma cultura popular nas grandes cidades, como os festivais<sup>40</sup> para operários, a literatura popular e a imprensa<sup>41</sup> com propagandas libertárias. A maioria das manifestações populares eram entendidas pela elite e pelo governo como uma desorganização social. Muitas vezes, seus manifestantes eram comparados aos anarquistas ou socialistas. Carneiro Leão dizia que o socialismo brasileiro era artificial e não combinava com a realidade brasileira. E descreveu esse grupo como:

Homens, vindos de outros climas, habituados a outras leis, martirizadas por males que aqui não medram, agitam-se e agitam, no momento propício, como seja o de carestia a da dívida. Intercorrentemente produzido pela guerra européia, a falar de reivindicações de direitos, que lhes foram negados, a reclamar contra situações que não existem (LEÃO, 1920, p. 57-58).

Para ele as manifestações dos operários eram influenciadas pelos imigrantes que haviam vivido outra realidade em seu país de origem e traziam suas idéias. Acreditava que, no Brasil, não havia motivos para as reivindicações desses grupos, já que considerava que o trabalho estava bem organizado e que os operários recebiam o suficiente, bem como tinham boas moradias, energia elétrica e higiene. Carneiro Leão (1920, p. 57) defendia que não existia no Brasil, como na Europa, uma divisão de classes tão definida, “Não possuímos a linha divisória intransponível de outros países onde o operário jamais atinge a situação do capitalista”. Enfim, ele acreditava que o trabalhador com seu capital, o trabalho poderia chegar a atingir classes mais altas. O maior problema em relação ao trabalhador

---

<sup>40</sup> Festivais públicos já eram organizados, no final da década de 1910, pelos e para operários. De acordo com Hardman (1984), tais festivais contribuíram para que os operários fossem conquistando espaços públicos, como ruas, jardins, praças.

<sup>41</sup> A imprensa se expressava, quase sempre, por meio do parnasianismo, um movimento literário que começou na França no início do século XIX. Resgatava a razão e o antropocentrismo e negava a subjetividade e o romantismo. O poeta Olavo Bilac foi um dos maiores representantes deste movimento no Brasil (JANSON, 2001).

concentrava-se na zona rural, onde não havia boas condições de vida e trabalho para os trabalhadores. Pensava Carneiro Leão (1919, p. 46) desses trabalhadores:

No sertão de quase todo o Brasil, nessas terras de uma riqueza prodigiosa, a população analfabeta, bronca e doentia, sem consciência de direitos nem de deveres, sem o sentimento de pátria – ela que tem de ser sustentáculo da nossa nacionalidade – passa lamentavelmente alheia ao progresso, à civilização e à vida.

Faltava ao trabalhador do campo formação para contribuir com o progresso e reivindicar seus direitos. Monteiro Lobato (1918), combatendo a visão idílica do sertanejo brasileiro divulgada pelos escritores românticos, em *Urupês*, escreveu sobre a miséria moral, econômica e social do *caboclo* brasileiro que vivia fora do mercado de trabalho capitalista, levando vida de *bicho*. Contudo, era preciso mudar essa realidade enriquecendo materialmente o país, para tanto, colocava como fundamental o desenvolvimento da indústria nacional (LOBATO, 1951). Carneiro Leão compartilhava<sup>42</sup> com Monteiro Lobato de sua visão do homem rural e advogava que a escola deveria estar atenta às novas necessidades que se colocavam nas fábricas e contribuir com a preparação profissional de modo que algumas práticas do *taylorismo* fossem utilizadas nas escolas profissionalizantes. O *taylorismo* era um sistema de organização do trabalho ligado em especial ao industrial, que exigia o controle do tempo e dos movimentos dos trabalhadores no interior das fábricas, tendo em vista aumentar a produtividade (MORAES NETO, 1989). Para Carneiro Leão, a indústria e a grande cidade eram um ideal a ser seguido, aqui, diferentemente da Europa, precisava-se de braços para o trabalho e acreditava que, por meio do trabalho, os operários teriam melhores condições de vida, desde que se enquadrasse no modelo capitalista e vendessem sua mão-de-obra.

A questão social passou a ser discutida nos diferentes segmentos da sociedade. A classe média, que havia se expandido com esta nova realidade social, passou, também a preocupar-se e discutir as dificuldades sociais, entre elas a opressão e a miséria dos operários (DEAN, 1991). A exploração da mão-de-obra nas fábricas é, descrita por Dean (1991, p. 163) em termos de abrangência e números.

---

<sup>42</sup> Leão (1923, p. 177) transcreveu as palavras de Paulo Pestana, em artigo publicado no *Estado de São Paulo*, sobre importância de uma nova educação para o jeca-tatu: “[...] gravai no cérebro do jeca-tatu o alfabeto e ele não se modificará: continuará enfermo, indolente, fatalista, incapaz. Educai-o e vereis como adquire saúde e desperta e de transforma ao impulso de energias renascentes”. Monteiro Lobato chamava de Jeca-tatu o caboclo brasileiro que morava na zona rural e vivia à parte do desenvolvimento econômico das cidades. Seria preciso uma educação capaz de tirá-lo na inércia e fazê-lo contribuir para a nova sociedade brasileira.

Em 1920, o industriário paulista médio percebia cerca de quatro mil-réis (sessenta centavos de dólar) por dia e, para ganhá-lo, trabalhava dez horas ou mais, durante seis dias por semana. As mulheres representavam cerca de um terço da força de trabalho, e havia muitas crianças; é possível que a metade de todos os operários fosse de menos de dezoito anos e quase 8% eram menores de catorze.

A exploração deixou de ser apenas do trabalhador para se estender a toda a família, mulheres e filhos. Segundo Carneiro Leão (1919, p. 250), esse trabalho prejudicava o crescimento físico e moral das crianças.

E que multidão de transgressões para os organismos em formação numa vida de centro de fábrica ou de oficina! Que miséria para os homens futuros assim tornados pecos, para as descendências e para a própria nacionalidade que consentir, no seu seio, o número cada dia mais crescente de míseros ex-homens, que não chegaram a ser nem crianças.

A falta de cuidados com a infância acarretava problemas para os adultos no futuro e à própria nação. Carneiro Leão criticava essa *exploração* do trabalho infantil que, segundo ele, trazia vantagens apenas momentâneas para o país. Preocupou-se, especialmente, com a situação da infância brasileira que, devido à miséria, era deixada abandonada nas ruas ou explorada nas fábricas. Colocou a necessidade de leis para equacionar tais questões, não se podia deixar as crianças serem exploradas nas fábricas, mas igual ou pior seria deixá-las nas ruas<sup>43</sup>. Eram necessárias medidas urgentes para solucionar o problema das crianças brasileiras, entre as soluções, estaria a organização de instituições<sup>44</sup> preparadas para atender as crianças carentes em todo o país. Para resolver as questões trabalhistas, o Estado de São Paulo regulou o código sanitário, que propôs, entre outras medidas:

[...] o dia de oito horas, a determinação do trabalho da mulher e do menor, a assistência ao trabalho, a regulamentação dos acidentes do trabalho e todas as questões que foram discutidas no Congresso da Paz em 1919 e nos vários congressos trabalhistas pelo mundo, já ficaram reguladas, em começo de 1918 (LEÃO, 1920, p. 54).

Desta forma, a partir de 1919, determinou-se como seria o trabalho do menor e da mulher, bem como se limitou a jornada de trabalho para oito horas. O código proibiu o

<sup>43</sup> Para Leão (1919), seria trocar uma população fraca, mas digna e honesta, por outra delinqüente e mendiga. As crianças e jovens, devido às necessidades, acabavam por mendigar, vender jornais, furtar e provocar desordens.

<sup>44</sup> Leão (1919) citou o exemplo do Paraná, com o Dr. Lindolfo Pessoa, que conseguiu autorização para fundar o Instituto Disciplinar Paranaense para crianças carentes e delinqüentes.

trabalho nas fábricas de menores de 12 anos e de mulheres no último mês de gravidez e no primeiro mês após o parto. Determinou, ainda, como deveria ser a higiene das moradias nas cidades e no campo (LEÃO, 1920).

O presidente Arthur Bernardes (1922-1926) adotou algumas medidas políticas em relação às classes trabalhadoras e criou o *Conselho Nacional do Trabalho*, para assessorar o governo em questões trabalhistas (DEAN, 1991). As iniciativas do Governo Federal em relação ao trabalhador foram poucas, mas eram complementadas com as estaduais. O Estado de São Paulo, por exemplo, contribuiu, em conjunto com as iniciativas privadas, para a organização de núcleos para os agricultores<sup>45</sup>, as vilas rurais, e com as vilas operárias, instaladas nas proximidades das fábricas. O objetivo dos núcleos, de atrair novos imigrantes, não foi atingido, conseguiu apenas instalar os antigos, que, raramente, conseguiam ampliar suas propriedades para a produção do café (HARDMAN, 1984). Se no período de guerra, havia diminuído a imigração para o Brasil, logo após houve um aumento de imigrantes que fugiam do desemprego e da desorganização econômica e social européia.

O final da Primeira Guerra Mundial marcou grandes transformações na estrutura do ensino e da cultura brasileira. Isto porque a maioria das pessoas, desejando evitar novos conflitos, acreditava que, com a formação de um novo homem, mais ligado a outros povos, poder-se-ia alcançar a paz mundial (LEMME, 1984, p. 259). Alguns políticos e intelectuais acreditavam que a educação apresentava-se como o caminho mais rápido para o Brasil alcançar o mesmo desenvolvimento econômico da Europa. A proposta de formação do homem visava disciplinar o trabalhador. Seria necessário, contudo, que o trabalhador se desligasse de sua organização enquanto classe para se organizar como cidadão da nação e do mundo. Assim, observou-se que a educação estava ligada às questões políticas e sociais e vinha ao encontro das necessidades de reforçar a estrutura da sociedade burguesa.

Um dos últimos decretos relacionado ao ensino, na Primeira República foi o nº. 5617, de 28 de dezembro de 1928, que regulou a criação de universidades nos estados, pelo art. 1º: “As universidades que se criarem nos estados, com personalidade jurídica e que satisfizerem os requisitos constantes do art. 2º, terão administração econômica e didática com perfeita autonomia e os diplomas que expedirem reconhecidos pela União” (NISKIER, 1995, p. 239). As universidades a serem criadas a partir de então teriam

---

<sup>45</sup> Os núcleos se espalharam por todo interior do Estado de São Paulo e deveriam ficar próximos às grandes fazendas de café, o que demonstra o interesse em manter os agricultores disponíveis aos grandes fazendeiros.

autonomia administrativa, econômica e didática. Entretanto deveriam seguir normas do governo federal para seus diplomas serem reconhecidos.

Encerrou-se a Primeira República sem que o Governo Federal realizasse uma política educacional que abrangesse todos os níveis de ensino, talvez pela maior valorização do ensino secundário e superior, como se pôde observar pelo número de reformas empreendidas nesses graus de ensino. Logo após Vargas assumir o governo, criou, pelo Decreto nº. 9.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério dos Negócios, da Educação e Saúde Pública. Iniciava-se, assim, uma organização nacional para o ensino brasileiro. No ano seguinte, 1931, realizou-se a Reforma Francisco Campos, que, pelo Decreto nº. 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Conselho Nacional de Educação, órgão que viria contribuir com o Ministério da Educação e Saúde Pública. O ensino superior mereceu o Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. Entre seus artigos, encontra-se o que pôs fim à discussão da criação de novas universidades no país: “As universidades poderão ser criadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais, estaduais e livres” (NISKIER, 1995, p. 250). O Decreto ainda forneceu os parâmetros para a organização das universidades<sup>46</sup>. A partir de então, poderiam ser criadas e reconhecidas as universidades estaduais e particulares.

A nova Constituição brasileira, de 16 de julho de 1934, estabeleceu novas atribuições para o Conselho Nacional de Educação. Os Artigos 148 a 158 tratavam sobre a educação e a cultura e o Art. n.º 150 especificou um plano nacional de educação. Os estados e o Distrito Federal organizariam seus sistemas de ensino de acordo com as diretrizes da União, e ficaria sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Educação a fixação de um plano nacional de educação.

Para entender um pouco mais sobre as primeiras décadas do século XX, é preciso aprofundar sobre as transformações pelas quais a sociedade brasileira atravessou. Havia um movimento de modernização que incluía os diversos segmentos da sociedade, além da economia e política, e visava envolver todas as classes sociais. A modernização, ligada ao capitalismo, sugeria a formação de um novo homem para uma nova sociedade, que

---

<sup>46</sup> “O ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto [...] regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos” (NISKIER, 1995, p. 250).

contribuiria, por um lado, no atendimento às novas exigências mundiais e, por outro, para aproximar o Brasil das nações mais desenvolvidas.

### 3 PROJETO PARA UM “NOVO PAÍS”: AS IDÉIAS RENOVADORAS DE CARNEIRO LEÃO

No início do século XX, ampliou-se, no país, a discussão sobre o processo de modernização. Modernizar seria preparar o homem para viver na nova sociedade urbana e industrial, e reorganizar o trabalho. Para a compreensão do que se entendia por modernização nesse momento, é interessante a colocação de Anísio Teixeira (2000, p. 27), sobre as mudanças observadas na sociedade.

O que se deu foi a aplicação da ciência à civilização humana. Materialmente, o nosso progresso é filho das invenções e da máquina. O homem conseguiu instrumentos para lutar contra a distância, contra o tempo e contra a natureza. A ciência experimental na sua aplicação às coisas humanas permitiu que uma série de problemas fossem resolvidos, e cresceram essas enormes cidades que são a flor e o triunfo maior da civilização.

O mundo estava se transformando graças ao desenvolvimento das ciências e suas aplicações melhoravam as condições materiais do homem. Para Anísio Teixeira esta era uma conquista da civilização moderna e, para acompanhar todas as transformações, era necessário preparar o homem para viver e trabalhar nessa nova sociedade.

Monarcha (1989, p. 19), ao discutir as dimensões da modernidade na década de 1920 e 1930, verificou que a modernidade era “[...] identificada como processo de industrialização e este com os interesses da Nação”. Para ele com a República, formou-se uma teoria sobre a necessidade do país modernizar-se, saindo do modelo patriarcal e rural para o urbano-industrial. Todavia, para que esse projeto de modernização se concretizasse seria preciso formar um novo homem, e coube à escola o papel de prepará-lo para viver nessa nova sociedade, dando especial atenção à sua formação para o trabalho e para a nacionalidade.

Identificava-se a nacionalidade com a necessidade de tornar a população brasileira mais saudável, disciplinada e produtiva. Discutia-se, assim, a necessidade de formar o cidadão republicano para contribuir com a organização da nação brasileira, para tanto, ele precisava estar consciente de seus direitos e deveres. O nacionalismo não era uma novidade do século XX, desde o final do Império já se colocava essa preocupação, mas

com a República tomou um novo impulso (ROCHA, 2004). O termo nacionalismo havia sido utilizado num primeiro momento na Europa para:

[...] descrever grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas, e a favor daquela expansão agressiva de seus próprios Estados, que viria a ser tão característica de tais movimentos. (HOBSBAWM, 2002, p. 203-204).

Ligava-se o nacionalismo a grupos que se identificavam com sua nação, sua raça e pátria, e que eram contra os que não faziam parte dela. Esse movimento não se limitou a uma nação, adquiriu força em outros países, além da França e Itália, espalhando-se pelo continente europeu. Observa-se que o nacionalismo identificava-se com:

[...] todos os movimentos que consideravam a 'causa nacional' como de primordial importância política: mais exatamente, para todos os que exigiam o direito à autodeterminação, ou seja, em última análise, o direito de formar um Estado independente, destinado a algum grupo nacionalmente definido (HOBSBAWM, 2002, p. 204).

Hobsbawm explica que os movimentos nacionalistas eram os que se identificavam com a formação dos Estados, portanto tinham estreita relação com a política. Aos poucos, adquiriu tais proporções que as pessoas de um país sentiam-se responsáveis por este a ponto de guerrearem para defender sua nação. Alemães, franceses e ingleses, ao enfrentarem a Primeira Guerra Mundial, faziam-no pelo sentimento de patriotismo que haviam adquirido, eram cidadãos e defendiam a sua nação. Dessa forma, o nacionalismo colocava a lealdade ao Estado acima das demais organizações, como a religiosa ou a de classe.

O nacionalismo brasileiro identificava-se com o caracterizado por Hobsbawm e, dessa forma, estava intimamente ligado à política e à economia. A escola teria papel fundamental nessa tarefa: contribuir com a construção da identidade nacional. Precisava-se formar a unidade nacional tão necessária ao país, devido à mistura de raças que compunha o povo brasileiro, a imigração, a grande extensão territorial do país, a diferenciação de clima, a Primeira Guerra Mundial, entre outras questões. Assim, um dos caminhos apontados para fortalecer o movimento nacionalista no país foi a educação, com ênfase no ensino da língua nacional, bem como a utilização de livros didáticos com conteúdo moral e cívico, voltado à formação moral, ligada aos sentimentos. Carneiro Leão (1919, p. 223)

citou o exemplo do livro didático *Cuore*, de Edmundo Amicis, elaborado para agir sobre a *inteligência* e o coração das crianças.

É extraordinária, é fundamental a influência do livro didático na formação moral e cívica do indivíduo e da nacionalidade.[...] O livro, em que a criança aprende, deve ter um valor real para a formação do seu espírito e do seu caráter, e nunca servir de simples pretextos para o conhecimento do alfabeto e a capacidade de ler por cima.

O livro didático, trabalhando com os sentimentos das crianças, seria o caminho certo para a educação cívica e o conseqüente *despertar* do amor à pátria, e favoreceria o nacionalismo. Carneiro Leão apontava, além do ensino da língua nacional, a necessidade de formação para o trabalho. Afirmava: “Organizemos a educação nacional, eduquemos o nosso povo, ensinando-lhe coisas práticas e úteis, fazendo-o trabalhar, individualizar-se e viver” (LEÃO, 1917, p. 83). Ao destacar a importância da educação, fez a seguinte reflexão:

Oitenta por cento de analfabetos, já é uma percentagem na desorganização de um povo. Como, de homens que nem ao menos sabem ler, podemos exigir deveres e direitos que não conhecem e de que nunca ouviram falar? Daí esta anomalia perigosa: de um lado uma minoria: de um lado uma minoria dirigente, mas sem acentuados pontos de vista com a grande parte da nação; e do outro, a maioria absoluta, descontente, porém inapta a agir e a cooperar eficazmente no desenvolvimento da pátria (LEÃO, 1917, p. 127).

Justificava Carneiro Leão a necessidade da educação popular, afirmando que uma minoria culta e uma maioria inculta poderia ser um risco para a nação. Seria necessário formar o cidadão para desenvolver a pátria brasileira. Defendeu a criação da *Liga da Defesa Nacional*, organizada em 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, com a finalidade de *fomentar sentimentos patrióticos entre os brasileiros*. A liga defendia, ainda, o trabalho nacional, a instrução militar, o desenvolvimento do civismo e do heroísmo. Apesar das críticas recebidas, deu origem às Ligas Estaduais<sup>47</sup> e contribuiu com algumas iniciativas para as escolas, entre essas: educação cívica do primário ao ensino profissionalizante; ensino da língua, história e geografia brasileira em escolas estrangeiras e, ainda, a educação física. Organizaram-se outras manifestações da elite cultural brasileira

---

<sup>47</sup> Destaca-se, entre essas, a Liga Paulista que se propôs combater o analfabetismo, estimular o alistamento eleitoral e contribuir com o direito do voto obrigatório e secreto para todos.

ligada ao movimento nacionalista, como o grupo da *Revista Braziléia*, a *Propaganda Nativista* e a *Ação Social Nacionalista* (NISKIER, 1995).

Questionava-se a necessidade de nacionalizar todas as regiões do país, mas segundo Carneiro Leão, dever-se-ia dar especial atenção aos estados do sul, onde, em muitas colônias de imigrantes, falava-se apenas a língua de origem. Para isso, o Governo Federal deveria responsabilizar-se pelo ensino, visto que no Estado de Santa Catarina, por exemplo, apesar das boas propostas de ensino e de estar investindo 1/4 de seu orçamento na educação, as escolas alemãs ainda eram maioria. Assim, complementava Carneiro Leão (1923, p. 121-122):

O nosso esforço deve ser justamente atrair toda a gente nova estrangeira e filha de estrangeiros às escolas nacionais, para que e então, por meio de uma educação demorada, e completa, possamos assimilá-la à nacionalidade, preparando a homogeneidade da raça. E ninguém dirá possível tal conquista numa escola elementar de dois anos.

A escola deveria propiciar uma formação completa, adequada aos estrangeiros, de modo a contribuir com a formação da nacionalidade. Dessa forma, conduziria os povos para a civilização e contribuiria com a manutenção da sociedade capitalista. De acordo com Carneiro Leão (1923), o governo buscou soluções para a questão *dos núcleos alemães do sul* com o ensino obrigatório da língua portuguesa e geografia, mas apenas isso não solucionava o problema. Era preciso organizar um ensino completo e para todos, capaz assim de substituir as escolas alemãs.

O nacionalismo produziu algumas correntes que iam além da educação, como o nacionalismo econômico. Os industriais, por exemplo, utilizavam o discurso nacionalista para defender a produção da indústria nacional com caráter antiimperialista (LUZ, 1975). Originou, ainda, o movimento regionalista, que visava ajustar o ensino, em especial o primário, à região a que pertencia, com ênfase na ruralização da escola. Sob essa influência, foram editados livros regionais para serem adotados nas escolas (NAGLE, 1976, p. 272).

Diversas idéias e propostas foram importantes dentro do projeto modernista, mas em relação a educação o principal foi o movimento escolanovista.

### 3.1 A Difusão do Ideário Escolanovista

Para o projeto de modernização dessa nova sociedade, defendia-se um novo modelo educacional denominado escolanovismo. A escola nova englobava diferentes projetos de renovações nos métodos e conteúdos escolares. As iniciativas escolanovistas:

[...] se apresentaram como métodos de ensino, estratégias educativas e projetos de escolarização. Em todas essas formas, a expressão escola nova designou um movimento de renovação dos processos educacionais, apoiado no progresso das ciências biológicas e psicológicas, nas atribuições sociais da escola, no industrialismo, na atividade infantil e no trabalho em solidariedade (VIDAL, 2003, p. 375).

O movimento escolanovista mostrou-se como uma ampla mudança na escola, que não se limitava aos conteúdos e métodos. Fundamentava-se nas conquistas das ciências biológicas e psicológicas. Assim Carneiro Leão (1917, p. 121) se refere a essa proposta:

[...] não existe um tipo fixo de escola moderna, mas que esta, no infinito das suas variantes, mantém uma finalidade única e definida – favorecer, aperfeiçoando, o desenvolvimento espontâneo e natural do corpo e do espírito infantil.

Carneiro Leão apontava ainda, que não deveria haver um tipo fixo de escolas. Demonstrando que várias iniciativas de se organizar um novo ensino poderiam ser englobadas nesse movimento. Mas em comum tinham a preocupação em desenvolver a criança de forma espontânea e respeitando seu desenvolvimento físico e mental. Muitos educadores e intelectuais passaram a destacar a importância desse novo modelo educacional, que ia além de métodos e técnicas. Para Monarcha (1989, p.19-20), o movimento escolanovista:

[...] expressa um amplo programa cultural de largo alcance pedagógico, com a finalidade de *construir a identidade nacional*. Vista desse ângulo, a cultura assume caráter instrumental, voltada para a reforma da realidade imediata. No ideário contra-revolucionário, a luta de classes é substituída pelo tema da cooperação e solidariedade social, e o motor das transformações sócio-históricas passou a repousar na antinomia Tradição *versus* Modernidade. A luta de classes foi substituída pela batalha de idéias, onde a modernização, sucedâneo da industrialização, surgiu como uma *tarefa intelectual*.

O movimento escolanovista tinha como maior objetivo criar a identidade nacional. Desta forma, contribuiria com a organização da sociedade moderna, que deveria substituir a velha sociedade. Observa-se que não se questionava o modelo social, de classes, mas sim a necessidade do homem se ajustar a esse novo modelo por meio de uma escola moderna. A escola era vista como importante para a instauração política e o desenvolvimento econômico do país. Estreitava-se a relação entre educação, cidadania e república. A escola passava a assumir claramente uma função social.

Apesar de sugerirem novas idéias, em algumas situações recuperavam práticas anteriormente existentes, como, por exemplo, a *Lição das Coisas*<sup>48</sup>, método utilizado nas escolas públicas paulistas desde a segunda metade do século XIX. Schelbauer (2005, p. 145) explica:

Esse é o momento, como argumentou Vidal (2000), e que se aprofunda a ‘viragem’ iniciada pelo ensino intuitivo no fim do século XIX, na organização das práticas escolares, que antes haviam deslocado a ênfase do ‘ouvir’ para o ‘ver’ e agora passam a associar o ‘ver’ ao ‘fazer’. O período republicano é considerado pela autora como o momento da consagração do método intuitivo. As mudanças destacadas como novidades pelo ‘escolanovismo’, nos anos 1920, estavam presentes desde o final do século XIX no imaginário da escola.

O método intuitivo para Vidal ganhou destaque com as reformas implantadas na década de 1920, ligadas ao movimento da Educação Nova ou Escola Nova.

Para Carneiro Leão (1923, p. 347), a Escola Nova existia mais como um ideal do que como uma realidade e faltava muito para se efetivar, “[...] já pela necessidade de uma escola nova, um espírito educativo que não existe senão excepcionalmente em raros pontos do país e no cérebro de poucos mestres, abnegados e capazes”. O movimento da Escola Nova passou de idéias à prática com as reformas estaduais, que foram, assim, palco para essas inovações. Essas reformas:

Constituíram uma reforma dos costumes, alargando a linguagem escolar (além das salas de aula, as bibliotecas, as rádios educativas, o cinema, o laboratório, os teatros, os salões de festa, as quadras de esporte, os

---

<sup>48</sup> Schelbauer explica que o método intuitivo, conhecido como Lições das Coisas, destacou-se como o método adequado para o ensino das classes populares. E que foi amplamente divulgado quando: “[...] foi colocado em circulação nas Exposições Internacionais, Conferências Pedagógicas, Relatórios Oficiais, Compêndios de Pedagogia e Manuais de Ensino, cujos resultados se espalharam pelo mundo, como a célebre Conférence sur l’enseignement Intuitif, proferida por Buisson durante a Exposição de Paris, em 1878” (SCHELBAUER, 2005, p. 133-134).

refeitórios, as ruas, as praças, os estádios) e provocando intervenções nos aspectos materiais e simbólicos da escola através dos novos prédios, dos materiais didáticos, da produção de uma literatura pedagógica e de uma dramaturgia que demonstrava ser a escola um estado de espírito, mais do que reunião de equipamentos. Criaram um sistema de ensino (NUNES, 2003, p. 47).

As reformas foram além de uma nova proposta pedagógica, alterações estruturais e administrativas. No Brasil, as reformas foram estaduais e tiveram um caráter individualista, na medida em que agrupavam idéias de um único ou de um pequeno grupo de educadores. Além das reformas de Carneiro Leão, no Distrito Federal de 1922-1926 e em Pernambuco de 1928-1930. Destacam-se as reformas: em 1920, a realizada por Sampaio Dória, em São Paulo; em 1923, a de Lourenço Filho, no Ceará; entre 1923-1928, a de José Augusto, no Rio Grande do Norte; em 1925, a de Anísio Teixeira, na Bahia; em 1927, a de Francisco Campos, em Minas Gerais; em 1928, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal; em 1929, a de Lourenço Filho, em São Paulo (NAGLE, 1978, p. 264). A maioria das iniciativas foram realizadas nas escolas públicas, enquanto a maioria das escolas particulares mantinha o ensino tradicional. Porém os dirigentes de algumas escolas particulares, entre estes os que participavam da ABE, implementaram algumas reformas educacionais.

A primeira reforma estadual ligada à Escola Nova foi a de Sampaio Dória<sup>49</sup>, realizada no Estado de São Paulo em 1920. Apesar de apresentar os princípios escolanovistas, recebeu inúmeras críticas<sup>50</sup>, pela iniciativa de reduzir a escola primária gratuita e obrigatória para dois anos, como forma de alfabetizar a todas as crianças em idade escolar. Assim, Sampaio Dória, cumpria uma das metas da liga nacionalista de São Paulo da qual fazia parte. Carvalho (2000, p. 207) afirma que:

[...] Sampaio Dória não pretendeu destruir o modelo da escola graduada que já se consolidara em São Paulo, como fruto das iniciativas republicanas [...] Um dos objetivos principais da reforma era reorganizar as escolas que, localizadas principalmente nas zonas rurais, funcionavam em uma única sala de aula em que eram reunidas turmas de alunos de adiantamento desigual.

---

<sup>49</sup> Em 1920, Sampaio Dória foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública do Estado. Ele era professor na Escola Normal Secundária, também fazia parte da Liga Nacionalista. A Liga defendia, entre outras coisas, a nacionalidade por meio do voto secreto e do serviço militar obrigatório, bem como o combate ao analfabetismo e a propagação da instrução pública (CARVALHO, 2000).

<sup>50</sup> Rossi (2003) ao estudar as escolas primárias no Estado de São Paulo (1912-1920) analisou essa reforma, levantando as várias críticas recebidas da imprensa paulista, acusando-a de fomentar o aligeiramento do ensino.

Carvalho explica que Dória não queria mudar a estrutura existente nas escolas paulistas, mas propiciar escola para a população<sup>51</sup> que, até então, ficara marginalizada. Enfim, queria organizar um modelo escolar que se estendesse a todos, como forma de fortalecer a unidade nacional. Essa reforma, entendida como alfabetizante, não teve longa duração, e serviu de contraponto para as demais reformas estaduais realizadas, como a de Anísio Teixeira, Francisco Campos, Lourenço Filho e Carneiro Leão.

Havia, na década de vinte, intenso movimento de renovação educacional e um grupo de educadores, preocupado em abrir mais espaço para esse debate no país, criou a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, no Rio de Janeiro. O líder da ABE foi Heitor Lira e, ao seu lado, estavam ainda: José Augusto, Venâncio Filho, Everaldo Backeuser, Edgard Sussekind de Mendonça e Delgado de Carvalho, entre outros. Carneiro Leão fazia parte do grupo de educadores e foi eleito um dos primeiros presidentes<sup>52</sup> da ABE. O grupo passou a discutir temas relevantes sobre a educação com os educadores e buscou levar as discussões para o poder público. Pascoal Lemme (1984, p. 261) escreveu sobre a ABE:

A Associação Brasileira de Educação (A.B.E.), onde se congregaram os educadores brasileiros mais eminentes e atuantes, desde a sua fundação, em 1924, assumiu a liderança de todos esses movimentos de renovação da educação e do ensino no País, apoiando e promovendo a realização de palestras, debates, cursos e conferências, convocando para isso autoridades e especialistas, nacionais e estrangeiros. E, a partir de 1927, iniciou a série de conferências nacionais e estrangeiras, em várias das capitais dos estados brasileiros, onde eram debatidos os mais importantes problemas referentes à educação, ao ensino e à cultura do país.

Os encontros realizados pelos integrantes da ABE, possibilitaram a discussão de problemas educacionais e a propagação de idéias e experiências ligadas à renovação escolar. A ABE demonstrou que os educadores, bem como outros profissionais que a ela se

---

<sup>51</sup> “Sampaio Dória abandona a ênfase na extensão enciclopédica do currículo necessário à formação do cidadão. Segundo o novo modelo, a escola primária obrigatória de dois anos deveria ser: ‘1º instrumento de aquisição científica, como aprender a ler e escrever; 2º educação inicial dos sentidos, no desenho, no canto e nos jogos; 3º educação inicial da inteligência no estudo da linguagem, da análise do cálculo e nos exercícios de logicidade; 4º educação moral e cívica, no escotismo, adaptado a nossa terra e no conhecimento de tradições e grandezas do Brasil; 5º educação física, pela ginástica, pelo escotismo e pelos jogos” (ANTUNES, 1976, *apud* CARVALHO, 2004, p.208).

<sup>52</sup> Leão foi eleito presidente da ABE, ao lado de mais três companheiros, mas pediu para retirar-se devido aos inúmeros compromissos que assumira anteriormente. Até 1930, eram quatro o número de presidentes da ABE, cada um presidindo por três meses. A partir desse ano, optou-se por eleger dois presidentes que ficariam no cargo por seis meses (PINTO, 2005).

afiliaram estavam preocupados com a organização e expansão do ensino público. Seus integrantes realizavam palestras, conferências e obras sobre o tema educacional, nas quais discutiam novos métodos e técnicas, visando garantir qualidade à educação escolar e à profissionalização por meio do ensino técnico. A ABE favoreceu a formação dos *profissionais* da educação, educadores que se voltavam inteiramente à causa educacional. A partir de 1927, a ABE passou a realizar as conferências de educação. A 4ª Conferência<sup>53</sup> convocada pela ABE, teve como tema: *As Grandes Diretrizes da Educação Popular*, em 1931. O presidente Vargas foi convidado a participar e, atendendo às reivindicações de educadores, solicitou que se organizasse um documento com as propostas para o ensino brasileiro. Um grupo ficou encarregado de elaborar o documento<sup>54</sup> voltado “[...] às diretrizes de uma verdadeira política nacional de educação e ensino, abrangendo todos os seus aspectos, modalidades e níveis”.

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* foi um documento que tinha como proposta a criação de um sistema educativo que atenderia às novas diretrizes econômicas e sociais brasileiras, a Escola Nova. Deste modo, a escola se adaptaria ao novo modelo econômico de produção capitalista e contribuiria para consolidar a democracia no Brasil. Apesar de manter a descentralização, o Estado poderia assumir o papel educativo, nos locais em que faltassem escolas. Pelo documento, o Estado, seria o *grande educador*, contribuindo financeiramente para que todos os estados brasileiros tivessem as mesmas condições para oferecer ensino a sua população. A escola deveria ser gratuita, obrigatória até os 18 anos e leiga (LEMME, 1984, p. 265).

Em junho de 1932, Fernando de Azevedo, publicou o documento, seguido de uma introdução, em que fez alguns comentários e esboçou um programa educacional, elaborou, ainda, um resumo em dez itens. No documento explicou que, era visível a idéia de educação integral, a co-educação dos sexos e a organização de um sistema nacional, e previa a criação de creches e jardins de infância para assistência dos educandos na fase pré-escolar. A escola primária deveria desenvolver as aptidões individuais dos alunos, independente de sua classe social, e teria maior importância por se fundamentar na

---

<sup>53</sup> Lemme (1984) colocou que a 4ª Conferência contribuiu para dois importantes fatos na educação. O primeiro seria a elaboração do Manifesto dos Pioneiros e o segundo, a assinatura de um convênio para que os estados elaborassem e organizassem os dados estatísticos sobre o ensino.

<sup>54</sup> Vinte e seis educadores assinaram o Manifesto, muitos deles se tornaram importantes na história da educação brasileira, como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Paschoal Lemme, Cecília Meireles, Afrânio Peixoto, Sampaio Dória, Nóbrega da Cunha, Anísio Teixeira, entre outros. Este último divulgou amplamente o ideário escolanovista, tinha como pressuposto que a educação era a base de qualquer sociedade civilizada.

democracia (AZEVEDO, 1932). O *Manifesto* criticava o modelo adotado pela escola tradicional e trazia a proposta de novos métodos e conteúdos. Partia da idéia de formação integral e natural dos indivíduos, que eram naturalmente diferentes entre si. Enfim, esse novo modelo escolar deveria ter em comum a noção de que todos teriam deveres para com a sociedade, para tanto deveriam trabalhar, serem disciplinados, cooperativos e solidários, e, mais importante do que o conteúdo a ser ensinado estava à formação moral do indivíduo. Esboçava, assim, o que os educadores buscavam organizar e realizar em relação à educação.

A conferência educacional realizada em 1931, bem como o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* provocaram a ruptura com o grupo de católicos que até então integrava a ABE. Em grande parte, essa ruptura foi causada pela discussão quanto a laicidade e fez com que em 1933, os católicos fundassem a Confederação Católica e Brasileira de Educação, a qual em 1934, realizou o I Congresso Nacional Católico de Educação.

Carneiro Leão, apesar de propagar idéias renovadoras com relação à educação e, ter elaborado a reforma do Distrito Federal e de Pernambuco, com propostas ligadas ao escolanovismo, não fez parte do grupo de educadores que assinou o *Manifesto*. Contrariando o pedido expresso de Fernando Azevedo<sup>55</sup> para que Anísio Teixeira solicitasse seu apoio e assinatura. Silva (2004) discutiu as contribuições de Carneiro Leão para o documento, apontando as divergências e convergências entre as suas idéias e as do *Manifesto*. Concluindo que existiam mais idéias em comum do que contrárias, contudo, a grande divergência de Carneiro Leão seria quanto à descentralização do ensino defendida no documento.

Acredita-se que as questões apontadas anteriormente sobre a política e a economia e a educação favoreceram o entendimento do desafio enfrentado no que se refere à expansão do ensino para as classes populares. Em países europeus, essa questão fora resolvida com a organização do SNE, mas, no Brasil, essa questão estava em discussão desde o final do Império, sem nenhuma ação concreta até a década de 1930. Assim, é fundamental destacar a preocupação de parte da sociedade, em especial, de políticos, intelectuais e educadores, com a sua criação.

---

<sup>55</sup> Em Anexo A: a carta de Fernando Azevedo endereçada a Anísio Teixeira. Na carta Azevedo, pedia que Teixeira conseguisse a assinatura de Carneiro Leão e Afrânio no Manifesto, contudo não se encontrou a resposta de Teixeira ao pedido e sabe-se que apenas Afrânio assinou o Manifesto.

Na seqüência, será evidenciada a discussão realizada em torno da estruturação de um Sistema Nacional de Ensino (SNE) no Brasil, mediante a proposta renovadora de organização da educação popular realizada por Carneiro Leão.

### **3. 2 A Posição de Carneiro Leão Quanto à Organização de Um Sistema Nacional de Ensino no Brasil**

Carneiro Leão, no início do século XX, discutiu a necessidade de expandir a educação popular. Sua proposta traduzia os anseios de se organizar um SNE no país, a exemplo do que se havia feito nos diferentes países europeus. Nesses países, os Sistemas Nacionais de Ensino estabeleceram-se em conjunto com a organização da sociedade burguesa e a sua democratização.

A escola foi criada com a finalidade de contribuir com a organização do Estado burguês e, para tanto, deveria perpetuar as relações sociais existentes, criando no povo deveres para com o Estado. Isso porque as nações que se formavam, desligadas do poder da Igreja, implantaram a laicidade nas escolas. Passou-se a questionar quais seriam os conteúdos morais que substituiriam a moral religiosa. Alimentava-se assim, o debate de qual seria o conteúdo a ser implantado nessas escolas<sup>56</sup>. Debate esse observado na organização do SNE na França.

Na grande discussão sobre o conteúdo unificador que a escola deveria veicular, ganha força a polêmica entre utilitaristas e humanistas. Os primeiros afirmam que a ciência é o conteúdo mais importante a ser ensinado na escola, apesar de discordarem da forma como ela vem tradicionalmente ensinada, e os últimos garantem que são as humanidades, principalmente a filosofia e a moral e cívica, que têm a virtude de unificar as almas. (LUCAS, 1999, p. 88).

---

<sup>56</sup> Lucas (1999) resgata um interessante debate entre utilitarista e humanista, destacando o conteúdo da escola pública no final do século XIX. E enfatiza dois representantes desse debate: Spencer (1820-1903) e Fouillée (1838-1912). Spencer criticava o ensino clássico e defendia o utilitarismo. Para ele, a escola deveria propiciar conteúdos que pudessem ter aplicação para a vida, com base nas ciências. Do outro lado, Fouillée, embora criticasse o ensino clássico, defendia o ensino das humanidades e a filosofia para contribuir com a formação moral e cívica. Croiset, ao tratar sobre a questão do conteúdo escolar, concordava com Fouillée, e afirmava que a escola deveria formar o futuro cidadão, criando neste: “1º Um bom senso realista e metódico, 2º Um individualismo ao mesmo tempo enérgico e social, 3º Um amor ao belo que não seja sob uma outra forma, senão o amor da verdade e da grandeza moral” (CROISET, 1993, p. 12). A educação escolar, para ele, seria apenas uma parte da educação como um todo, mas, mesmo assim, entendia ter esta grande importância para a formação do homem.

No embate sobre o conteúdo a ser implementado na escola, dois grupos se destacam nesse questionamento, os que defendiam as ciências e os que defendiam a humanidades. Esses autores concordavam que se deveria moralizar o homem, contudo apontavam caminhos diferentes, para os utilitaristas, pela ciência e, para os humanistas pela filosofia. Essa discussão manteve-se durante toda a organização do ensino em muitos países da Europa e chegou ao Brasil, influenciando intelectuais e educadores. Englobava, além dos conteúdos, os métodos e as técnicas mais apropriadas.

O primeiro país a organizar seu SNE foi a França, após percorrer um longo caminho para sua efetivação, desde o século XVIII. Século esse, marcado por grandes transformações na economia, na política e, especialmente, nas idéias dos homens. Entre essas idéias a proposta de educação do filósofo Condorcet (1743-1794), que vivenciou os conflitos para a organização de um novo modelo político, a República francesa. Ainda na monarquia, apresentou um projeto educacional, pois, para ele, a organização do ensino poderia contribuir com a organização da nova sociedade que se formava. A instrução, segundo Condorcet, deveria desligar-se da Igreja que, até então, mantinha a maioria das instituições escolares. Seria do Estado a responsabilidade de oferecer ensino para todos, tendo em vista minimizar as diferenças existentes entre os homens, criadas e mantidas pelo modelo econômico organizado pela burguesia. E, ao invés de se educar pela fé, dever-se-ia educar pelo sentimento, criando no homem a necessidade de fazer o bem e ajudar às pessoas, contribuindo com a organização da sociedade (CONDORCET 1993). Enfim, considerava que a educação teria um importante papel para o novo regime político que se instalaria na França e esboçou um projeto completo para sua organização. Contudo, as idéias contidas na proposta de Condorcet não foram aceitas em seu tempo e só retomadas nas três últimas décadas do século XIX.

Outra importante personalidade para a organização do ensino francês foi Guizot (1787-1874), Ministro da Instrução Pública francesa que, no início do século XIX, defendeu a educação popular. Acreditava que a instrução seria uma das formas de conter a revolta das massas, inconformadas com a situação econômica e social que o país atravessava, sobretudo pelo antagonismo: a miséria do povo e a riqueza da burguesia (LUZURIAGA, 1966). Leonel (1994) explica que Guizot representava uma alteração radical nas concepções burguesas: *de homem revolucionário para o homem contra-revolucionário*, isso porque a burguesia havia atingido o poder e, agora, queria mantê-lo. Mas não mais com armas externas e sim com armas internas, era preciso que os limites

estivessem no interior do próprio homem. Com isso, seria preciso conteúdos moralizantes, imbuídos de direitos e deveres para com a sociedade burguesa. A escola foi incumbida de formar o cidadão que soubesse quais seriam seus direitos e deveres para com a sociedade burguesa.

Entre os anos de 1881-1882, aprovaram-se as leis que tornaram o ensino francês laico, obrigatório e gratuito. Destacou-se, nessa iniciativa, o ministro da Instrução Pública, Jules Ferry (1832-1893), que defendia a educação como meio de igualar os homens (LEONEL, 1994). A educação teria o papel de proporcionar a *igualdade* e a *liberdade* para todos os homens, propagadas pela revolução francesa, mas que a sociedade burguesa não conseguira cumprir. Assim, a escola se incumbiria de propiciar a igualdade por meio da educação para todos. Quanto à liberdade, assim Constant (1994, p. 19-20) explicou seu sentido:

O objetivo dos antigos era a divisão do poder social entre os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso que denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança das posses privadas; e denominam liberdade as garantias acordadas pelas instituições a essas posses.

A liberdade moderna, diferente da antiga que propagava a divisão do poder para com todos os cidadãos, voltava-se à garantia de posses. Portanto, essa liberdade limitava-se a classe que detinha as posses e poder, a burguesia. E para garantir essa liberdade a burguesia defendia o regime político democrático.

Além da França, outro país europeu que enfrentou muitas dificuldades para organizar seu ensino foi à Inglaterra. Entre os diversos fatores que contribuiram para a criação de seu SNE destacam-se dois. O primeiro, em 1889, com a fundação da *Board of Education*, que mais tarde seria denominado de Ministério da Educação e, no ano de 1902, a eliminação dos Conselhos Escolares Autônomos (*Schools Boards*), para substituí-los “pelas autoridades locais e provinciais ordinárias, ampliando-lhes os poderes no ensino primário e estendendo-os ao secundário” (LUZURIAGA, 1966, p. 88).

Ao lado da França e da Inglaterra, outros países organizavam seu SNE na Europa. Entre estes se destaca a Alemanha, que se diferenciava dos demais sistemas pelo caráter autoritário, burocrático e ligado à Igreja. Esse país conseguiu erradicar o analfabetismo e criou a educação profissional e técnica, com escolas para as diversas profissões, baseada nas ciências (LUZURIAGA, 1966). Organizou, ainda, cursos de aperfeiçoamento para os operários, os quais eram obrigados por lei a frequentar (LEÃO, 1917).

A organização dos SNEs europeus influenciou as iniciativas do continente americano. Nos EUA, a organização do ensino foi defendida em seus diferentes estados, devido à descentralização existente no modelo político do país. Explicou Luzuriaga (1966, p. 94) sobre esta organização: “Em geral, a primeira metade do século XIX pode ser considerada como de luta pelo estabelecimento de sistemas de educação pública em todos os Estados. A seu favor estavam os políticos liberais e os trabalhadores e contra, os conservadores e os eclesiásticos”. Horace Mann destacou-se na luta pela educação pública nesse país, ele combatia o sistema tradicional e propunha o modelo pestalozziano (LUZURIAGA, 1966). O ensino nos EUA era composto pelos jardins de infância, orientados pela teoria de Froebel<sup>57</sup>; pelas escolas primárias, com instrução educativa e prática e com ensino e materiais gratuitos e, ainda, com o técnico e profissional. Na educação profissional de suas escolas, os alunos aprendiam *vendo fazer e fazendo*. O ensino estava dividido em três graus diferentes: inferior, médio e superior e, nas Faculdades e Academias existiam diversos cursos (LEÃO, 1917).

Carneiro Leão, atento à necessidade de organização de um sistema de ensino no país, relatou a luta travada desde o século XIX para a tentativa de efetivação dessa organização. Destacou a diferença existente entre a preocupação com a educação do Brasil e das nações mais desenvolvidas: “[...] enquanto essas tinham a ventura de juntar o pensamento de alguns homens à ação dos administradores e ao interesse geral, nos isolávamos, dentro dos seus sonhos, os generosos visionários da nossa grandeza, pela cultura e pela inteligência”. (LEÃO, 1923, p. 76). Enfatizava que “idéias e planos não nos tem faltado nunca. O que nos escasseiam de um modo positivamente lastimável, é continuidade de esforços” (LEÃO, 1919, p. 32). Era essa a interpretação que fazia da diferença existente entre a organização do ensino brasileiro e de países europeus: na Europa, uniam-se ideais e prática, enquanto, no Brasil, havia uma distância entre ambas. Ele justificou essa afirmação explicando que, mesmo antes da República, surgiram ótimas propostas para a organização do ensino, entre essas, destacou as de Liberato Barroso, em 1867, Tavares Bastos, em 1870, e de Rui Barbosa, em 1882.

Bastos (1839-1875) escreveu *Instrução Pública*, em 1870, reforçando a necessidade da instrução para atender às novas necessidades econômicas que se colocavam no país. Fez críticas às escolas existentes por serem *atrasadas e tradicionais*, bem como por

---

<sup>57</sup> Augusto Frederico Froebel (1782-1852) criou os jardins de infância e é apontado como um dos precursores da Escola Nova (LOURENÇO FILHO, [196\_]).

proporcionarem o ensino primário a uma pequena parte da sociedade. Bastos defendia, ainda, a liberdade de ensino, a abertura de escolas particulares, a criação de impostos que seriam utilizados no ensino, a obrigatoriedade onde houvesse escolas para todos e, ainda, novos currículos. Sugeriu, “[...] um sistema inteligente de ensino público, professores bem remunerados, em número correspondente ao dos alunos, escola em cada distrito dentro de certa área [...]” (BASTOS, 1975, p. 160).

A melhor proposta de organização de sistema de ensino no período imperial, para Carneiro Leão, foi a de Rui Barbosa (1849-1923), com os pareceres sobre a reforma de Leôncio de Carvalho, em 1882. Era uma proposta de reforma completa na educação de todo o país. Para Rui Barbosa, a *instrução popular* contribuiria para a ampliação das *forças produtivas*, e conteria *os ânimos* do povo, favorecendo o desenvolvimento harmônico do homem e da sociedade, portanto, precisaria ser estendida a todo o povo (BARBOSA, 1947). Dessa forma, a educação popular, longe de ser um perigo, seria uma forma de favorecer a democracia, visto preparar o povo para exercê-la. Rui Barbosa defendia a adoção da federação nas províncias, que favoreceria a participação dos diversos segmentos sociais, assim como descentralizaria o poder. Apesar do seu perfil liberal com relação à educação, propôs a intervenção do Estado tanto na organização quanto na aplicação de recursos (MACHADO, 2002).

Carneiro Leão colocou que, no Império, apesar de muitas iniciativas, não se conseguira organizar o ensino no país. E, com a República, ampliou-se a preocupação dos governantes e intelectuais com a educação, em especial, com a organização da educação popular. Para Carneiro Leão (1923, p. 79), o livro *A Educação Nacional*, de 1890, havia sido escrito “[...] em momento de grande oportunidade para a organização da educação brasileira, porque era no alvorecer da República”. De acordo com Veríssimo (1985), seria fundamental a organização da educação nacional, visando preparar o povo para a República. Esse sugeriu novos conteúdos que deveriam ser oferecidos pela escola, como a educação moral, a educação física, a geografia e a história do Brasil. Os novos conteúdos teriam o objetivo de proporcionar amor à nação por meio do conhecimento do seu solo, clima, povo e principais acontecimentos históricos. O livro apresentava a necessidade da educação do caráter, entendendo caráter como o conjunto de qualidades morais que poderiam ser adquiridas por meio da cultura moral. A educação, assim, contribuiria para a unidade nacional. Veríssimo (1985, p. 145) afirmava que “Não somente à Escola cabe a tarefa da educação, assim entendida, senão a todas as forças e órgãos sociais: à família, às

religiões, ao governo, à política, à ciência, à arte, à literatura”. Enfim, admitia que a educação não se realizava apenas na escola e que essa não poderia responsabilizar-se sozinha por essa tarefa.

Carneiro Leão citou ainda o livro de Primitivo Moacyr, *O Ensino Público no Congresso Nacional*, em que constavam projetos referentes à educação e apresentava grande número de projetos que existiram durante as primeiras décadas da República sobre o tema. Destacou, entre esses projetos, os de: Barbosa Lima, Medeiros e Albuquerque, Manoel Bomfim, Tavares de Lyra, Miguel Calmon, Monteiro de Souza, José Bonifácio e José Augusto (LEÃO, 1919). Apontou que, entre os anos de 1889 a 1917, foram elaborados mais de 80 projetos e muitos referentes à reforma da instrução. Apesar de vários projetos referirem-se apenas a aspectos específicos, como, por exemplo, direitos dos professores e aspectos burocráticos, havia os que apontavam para uma nova diretriz para ensino, pois não sugeriam apenas a criação de novas escolas e sim alterações em sua estrutura. Alguns políticos e intelectuais responsabilizavam a Constituição pela falta de organização nacional do ensino, todavia Carneiro Leão, até o final da década de 1910, rejeitava esta crítica, já que muitos projetos e leis haviam sido elaborados e aprovados pelo Congresso, embora não tenham sido executados.

Destacou, ainda, a solicitação do deputado José Bonifácio, em 1911, para autorizar a criação e manutenção de escolas nos distritos e povoações e subvencionar escolas municipais e *particulares*. Esta lei autorizava o Governo Federal, em parceria com os estados, a organizar o ensino primário, para isso os estados deveriam aplicar 15% dos recursos para a instrução pública e o governo federal contribuiria com subvenção anual (LEÃO, 1919). José Bonifácio, nas últimas sessões legislativas de 1915, na Câmara Federal, propôs a formação de uma Comissão para tratar sobre o analfabetismo, “para estudar os meios práticos de debelar o analfabetismo” (LEÃO, 1919, p. 59). O relator desse parecer foi José Augusto<sup>58</sup> e Carneiro Leão colocou-se favorável ao parecer que tendia para a educação integral. Entendida com a formação do homem em seus aspectos físico, moral e intelectual.

Carneiro Leão deu especial atenção a três projetos voltados à educação, que foram apresentados ao Congresso pelos deputados José Augusto, Raul Alves e Ramiro Braga. Sobre o projeto de José Augusto, concordava integralmente, pois este pedia: “[...] uma organização do ensino elementar, pelo governo federal, em todo o território da República e

---

<sup>58</sup> José Augusto era deputado, eleito pelo Estado do Rio Grande do Norte.

a criação de um Conselho Nacional de Educação” (LEÃO, 1919, p. 74). Esse projeto de José Augusto, vinha ao encontro de seu pedido de criação desse órgão, como será analisado no item 3.3 desse capítulo. Leão colocou-se contrário ao parecer de Raul Alves, que criticava e enumerava problemas sobre o projeto de José Augusto sem um entendimento adequado desse. Sobre o projeto de Ramiro Braga, afirmou que se tratava de um projeto vago, que solicitava ao Governo Federal a criação e subvenção das escolas primárias onde houvesse necessidade e a fiscalização das escolas ficaria a cargo do Conselho Superior de Ensino. Criticou, ainda, o baixo valor sugerido por Ramiro para ser destinado às escolas. Enfim, Carneiro Leão (1919, p.76) não concordava com estes dois últimos porque considerava que: “[...] não é somente questão de criar escolas, mas de saber como as criar [...] Escolas com professores mal pagos e ignorantes, fundados pelo governo ou apenas por ele subvencionado, que valor terão na formação da grandeza nacional?”.

Ao final da década de 1910, a preocupação de Carneiro Leão com a educação intensificou-se, causada, especialmente, pela crise financeira e política que a Primeira Guerra Mundial havia trazido, como apontado no capítulo anterior. A educação deveria contribuir para fortalecer a nação, pensamento esse ligado ao nacionalismo. Carneiro Leão defendia uma mobilização maior por parte do Governo Federal para a organização do ensino, já que pouco se havia avançado até o final da década de 1910. A maioria das iniciativas continuava em nível estadual e não resultava em uma organização nacional do ensino popular (LEÃO, 1917). Ele argumentava (1919, p.76) “[...] o que se tem a fazer é criar escolas, é subvencionar escolas. Mas, com um programa determinado, com uma direção estabelecida”. Para isto, o primeiro passo seria conhecer a realidade e as necessidades brasileiras, saber qual a população escolar e qual o número de escolas necessárias para atendê-la. O segundo passo seria escolher pessoas com capacidade para organizar o ensino no país.

Carneiro Leão buscou demonstrar que, durante a República, foram apresentados ótimos projetos para o ensino primário, contudo a maioria não teve continuidade (LEÃO, 1919). Criticava a diferença existente entre idéias, realizações e as barreiras para a organização do ensino, como a descentralização mantida na República e a manutenção pelo Governo Federal apenas do ensino secundário e superior. Observa-se, assim, que Carneiro Leão entendia que havia grande dificuldade para implantar um Sistema Nacional de Ensino, mas não os atribuía às diferenças materiais existentes entre o Brasil e países mais desenvolvidos. Assim, explica Machado (2002, p. 159) essa diferenciação:

A criação da escola pública para o povo deu-se na Europa, carregada de caráter político, para manter a unidade rompida como acirramento da luta de classes; diferentemente no Brasil, alguns intelectuais e políticos levantaram a bandeira em sua defesa para mobilizar a criação de uma unidade que congregasse os homens para a modernização da sociedade. Era necessário forçá-los a produzir para o mercado mundial, através da adoção do trabalho assalariado, tornando o trabalhador também consumidor [...].

Na Europa, em meio às lutas de classes, a escola viria contribuir com a organização da sociedade, dever-se-ia unir as diferentes classes em torno da nação. Já, no Brasil, não havia essa necessidade, queria-se modernizar a sociedade por meio da educação. Com isso, mesmo com muitos projetos e decretos, essa organização não se efetivou. Visto que a modernização não poderia ser alcançada apenas pelo caminho educacional, seria preciso materialidade econômica, política e social que lhe desse suporte.

Evidenciou Carneiro Leão que a organização do ensino era uma preocupação constante desde o período Imperial, e que permaneceu na República. Contudo, nas primeiras décadas do século XX, apesar dos projetos e decretos, não foi efetivado um Sistema Nacional de Ensino no país. E, na defesa da educação popular, considerava essa organização fundamental e para tanto propõe que se crie um órgão capaz de contribuir para a mesma, o Conselho Nacional de Educação.

### **3.3 Proposta da Criação do Conselho Nacional de Educação para Organizar um Sistema Nacional de Ensino**

Carneiro Leão sugeriu a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>59</sup>, em 1915. Esse órgão organizaria e desenvolveria o ensino popular em todo o país. Explicou sobre o conselho:

[...] criado aqui no Rio, e composto das mais notáveis competências em coisas pedagógicas, poderia iniciar este manifesto em coisas pedagógicas,

---

<sup>59</sup> Leão no artigo intitulado Conselho Nacional de Educação dirigido ao Congresso Federal, apresentou a proposta de criação dessa organização. Foi editado provavelmente em um dos dois jornais para os quais ele escrevia, *Jornal do Comércio* e *O País*, no ano de 1915 e, mais tarde, editado no livro *Problemas de Educação* (1919).

poderia iniciar este movimento de organização, estudar as necessidades educativas do país e, por meio de representantes, meros delegados nos Estados chegarem ao conhecimento preciso, de população escolar, de número de escolas existentes, de número de escolas a fundar, recursos financeiros desses meios e enfim, tudo que se refere à criação e desenvolvimento da educação popular (LEÃO, 1919, p. 51).

O CNE deveria conhecer o funcionamento e estrutura do ensino para, então, buscar organizá-lo de acordo com as necessidades de todo o país, criando, assim, um verdadeiro sistema de ensino. O Conselho seria composto de sete membros, vindos de estabelecimentos públicos e com vasto conhecimento educacional. Cada membro ficaria responsável por três estados, com a função de acompanhar os passos das escolas nesses estados, estudando seus métodos. Receberia a entidade verbas do Governo Federal, mas teria autonomia para investir onde julgasse melhor, como nos salários. As vagas deveriam ser preenchidas pela escolha de seus próprios integrantes, dessa forma não seriam simples funcionários públicos. A ensino nos estados deixaria ser organizado por vários funcionários que cumpriam cada um sua função independente, para seguir, por intermédio do CNE, uma orientação geral. Carneiro Leão destacava que o Conselho deveria ser diferenciado do existente Conselho Superior de Ensino e, não teria *caráter permanente*, teria fixo apenas o presidente. Para Carneiro Leão (1919) o funcionamento desse órgão realizaria grandes progressos na área educacional, em especial na educação popular.

Carneiro Leão colocava que, apesar de a Constituição responsabilizar o Governo Federal somente pelo ensino secundário e superior, “[...] sem sermos inconstitucionais, poderemos, entretanto, pedir a fundação do *Conselho Nacional de Educação*, sem que a União se intrometa no Estado e nem *o subvencione ilegalmente*” (LEÃO, 1919, p. 55). Os estados mais necessitados receberiam subvenção do Conselho, e os estados que não precisassem de tais recursos seriam apenas orientados sobre a organização escolar. Carneiro Leão (1919, p. 56), por conhecer as dificuldades financeiras do Governo Federal, afirmava: “[...] se o Tesouro não pode subvencionar a instrução primária, agora, ao menos que se vote à verba capaz de criar o *Conselho*, pois só a existência dessa agremiação orientadora será capaz de iniciar um período de regeneração”. Enfim, pedia que o governo patrocinasse ao menos a criação do CNE.

Embora Carneiro Leão tenha colocado o CNE apenas como sugestão, José Augusto<sup>60</sup> formulou um projeto de lei entre 1915-1916 sobre sua criação. Contudo, havia algumas diferenças entre eles, como a questão da remuneração. José Augusto, diferentemente de Carneiro Leão, sugeria que os membros integrantes do Conselho trabalhassem sem remuneração, previa voluntários e verbas não vindas do *tesouro*, mas: “[...] donativos ou legados, taxas pagas pelos alunos das escolas normais federais, cinco por cento de toda renda dos impostos de consumo, e dotações orçamentais” (LEÃO, 1919, p. 69). Carneiro Leão elogiava o projeto de José Augusto pela proposta de “[...] influir diretamente para organizar a educação nacional” (LEÃO, 1919, p. 63). O parecer abrangia dois pontos que prejudicavam a interferência da União na educação primária: constitucionalidade e questão financeira. Em meio à precariedade da organização do ensino no país, considerava que o Governo Federal não deveria deixar interferir na organização do ensino, alegando motivos de ordem financeira ou legal. Pelo projeto, o Conselho Nacional de Educação teria como atribuições: “[...] impulsionar e desenvolver a educação no país, auxiliando e subsidiando escolas mantidas por particulares e associações, e criando-as diretamente, onde não existirem [...]” (LEÃO, 1919, p. 68). Desta forma, além da educação mantida pelo Estado, o órgão seria responsável pelo ensino particular, ou seja, abrangeria todo o ensino brasileiro em seus diferentes graus.

O projeto de José Augusto, apesar de aprovado pelo Congresso em 1916, não se efetivou e Carneiro Leão continuou a defender a necessidade de criação do CNE. Como foi observado no Congresso Interestadual do Ensino Primário, realizado no Rio de Janeiro, de 12 de outubro a 15 de novembro de 1922, que volta a refletir sobre a questão.

O Congresso foi convocado por Alfredo Pinto<sup>61</sup>, visando coordenar os esforços entre Governo Federal e estadual. Foram elaboradas seis teses iniciais pela *Comissão Preparatória* para serem apresentadas no Congresso. As *Comissões Parciais* estudaram e adaptaram as teses às necessidades estaduais e nacionais e, ao final, foram levantadas as conclusões das teses discutidas. A primeira tratava sobre a interferência do Estado no

---

<sup>60</sup> Na sessão da Câmara dos deputados do dia 02 de dezembro de 1915, o deputado José Augusto, em seu discurso referiu-se ao texto editado por Leão e endereçado ao Congresso Nacional, em que o autor discutia o problema da educação popular e sugeria a criação de um órgão que contribuísse para a organização da educação no país, o Conselho de Educação. Na sessão de 15 de dezembro, José Augusto fez a leitura do projeto, que se aproximava muito da proposta de Carneiro Leão. E, na sessão de 10 de agosto de 1916, é aprovada a criação do Conselho Nacional de Educação, que seria subordinado ao Ministério do Interior. Contudo, não foram encontrados documentos que apresentassem o resultados da efetivação desse projeto (ARQUIVO NACIONAL, 1960).

<sup>61</sup> Ministro da Justiça e Negócios Interiores entre 1919-1921.

ensino. A segunda fixava o número de anos para a conclusão dos estudos nas escolas federais, sendo quatro anos nas urbanas e três nas rurais; e sugeria que a União subvencionasse os estabelecimentos estaduais. A terceira tese tratava sobre a criação do ensino normal federal. A quarta, sobre patrimônio escolar, solicitava ao governo aumentar a receita e investir 30 mil contos para iniciar a *organização educativa*. A quinta tese discutia que o ensino primário deveria ser ministrado em língua nacional, excetuando quando destinado às crianças estrangeiras. Por fim, na sexta e última tese, levantou-se a importância da criação de um CNE. As duas teses mais importantes, para Carneiro Leão, foram a primeira e a última, sendo que a última complementava a primeira. Ressaltava que, para a concretização do CNE, seria necessário um mínimo de arrecadação e deveria ser este ligado ao Estado, contudo Carneiro Leão não especificou de onde viriam tais recursos.

Sobre a proposta de Leão referente ao CNE<sup>62</sup>, observa-se que foram realizadas algumas alterações em relação à sua primeira proposta, como, por exemplo, a questão da remuneração, que havia sido proposta por José Augusto. Carneiro Leão (1923) descreveu como deveria ser organizado o órgão, destacando os títulos: Constituição do Aparelho Administrativo; Das atribuições do Presidente; Do Conselho; Da Inspeção; Do Conselho e Ensino Particular.

Tendo em vista respaldar a criação do CNE, citou exemplos de países que possuíam essa organização e ressaltou as melhorias educacionais surgidas. Nos EUA esse órgão federal era composto de: departamento nacional e estadual, juntas municipais e juntas seccionais. Cada um com função diferenciada trabalhavam em conjunto para melhorar a instrução, e explicou, detalhadamente, a função de cada departamento (LEÃO, 1923). Atento a esta e a outras iniciativas de organização do ensino, Carneiro Leão (1923, p. 61) escreveu:

[...] enquanto a Argentina, cujo Conselho Nacional de Educação mantém mais de três mil escolas primárias federais, funda uma Universidade popular gratuita, para levar a todas as classes a melhor e a mais dilatada cultura; a Bélgica desenvolve a sua Universidade do Trabalho. A Inglaterra, a França, a Alemanha, a Suíça, a Escandinava, os Estados Unidos, o Japão, o mundo inteiro, tem a obsessão do maior desenvolvimento da capacidade do povo, nós, no Brasil, país de analfabetos, conservamos um *Conselho Superior de Ensino* para investigações policíes de colégios e academias (grifo do autor).

---

<sup>62</sup> Em Anexo B: Projeto de Carneiro Leão para a criação do CNE.

Explicou que a Argentina possuía um CNE e organizava a universidade popular, bem como outros países voltavam seu ensino para o povo, enquanto que o Brasil ainda tinha como maior preocupação o ensino secundário e superior. Para Carneiro Leão (1923, p. 353), o modelo educacional que mais se aproximava da realidade do país era o argentino, em que funcionava: “[...] o conselho nacional sob a dependência do Ministério de Instrução Pública com inspetores e conselhos escolares de distrito subordinados diretamente ao Governo Federal”. Segundo o presidente do Conselho argentino, todo esse aparato federal garantiu vaga a todas as crianças em idade escolar. Baseado no exemplo argentino, Carneiro Leão (1923, p. 355) sugeriu:

[...] a organização de um Conselho Nacional de Educação, com todo o seu aparelhamento para criar, subvencionar, orientar, administrar, inspecionar, fiscalizar o ensino primário e normal no país. Julgo ainda acertado fundar, subordinado ao Conselho Nacional, Conselhos e juntas distritais, não remuneradas, mas que compostas por individualidades de certo relevo social e dedicadas ao bem público, possam sob a presidência do inspetor federal, fazer muito, nos Estados e Municípios, em prol do desenvolvimento e melhoramento contínuo da instrução.

O Conselho Nacional de Educação deveria responsabilizar-se pelo ensino primário em todo o país, para tanto, precisaria estar presente em todos os estados e municípios. Diferenciava Conselho Nacional de Educação de Conselho Superior de Ensino (CSE). O Conselho Superior de Ensino era responsável pelo ensino superior, enquanto o CNE seria responsável por organizar o ensino como um todo, em especial a educação popular. Criticava as atribuições do CSE, afirmando ser inadmissível, numa época com tantas necessidades de cultura e profissões práticas, que houvesse “[...] uma instituição para dirigir o ensino de um país novo, com poucas atribuições, sem se preocupar, sequer, dos problemas que exurgem continuamente e demandam a solução imediata para a formação de uma nacionalidade?” (LEÃO, 1923, p. 56). Além de criticar, explicitou como era o funcionamento do CSE:

O nosso Conselho Superior de Ensino é uma instituição *sue generis*. Tendo de efetivo apenas o presidente, porque os outros membros são os representantes das escolas superiores, ou secundárias, oficiais, interessados diretamente nos estabelecimentos que representam, ele se reúne, duas vezes ao ano, para examinar relatórios de fiscais, e fiscalizar os acontecimentos durante o semestre anterior, ocorridos nos ginásios e academias do país. E... Nada mais (LEÃO, 1923, p. 56).

Para ele, o Conselho apenas defendia interesses dos próprios membros e muito pouco fazia pelo ensino superior. Isso porque não possuía uma política educacional definida para o país, apenas representava algumas instituições de ensino. E, restringia-se a fiscalizar e validar diplomas, todavia não buscava desenvolver o ensino superior, pelo contrário era “[...] um Conselho de Ensino anacrônico e contrário ao seu progresso material, moral e social” (LEÃO, 1923, p. 57). Carneiro Leão destacou que o próprio presidente do Conselho Superior de Ensino sugeriu reformas. E, no relatório elaborado pelo Ministro da Justiça, Alfredo Pinto, constavam essas sugestões:

‘A remodelação do Conselho Superior de Ensino, a reorganização do ensino secundário, restabelecendo o curso do bacharelado e extinguindo-se o pernicioso processo de exames parcelados, que deve ser substituído por um sistema de um exame por grupos de matérias, evitando-se a superficialidade no preparo dos discentes, e obrigando-os estes a estudo metodizado e a indispensável estabilidade nos institutos, onde fizeram o curso; e a instituição de uma Escola Normal Superior’ (LEÃO, 1923, p. 72-73).

O Ministro sugeriu a introdução de diversas atribuições para o CSE, que contribuiria com a educação superior e o ensino primário.

Apesar de todo o empenho de Carneiro Leão para a organização do CNE, esse órgão só efetivou-se na década de 1930, pelo Decreto nº. 19.850, de 1931, da Reforma Francisco Campos. O órgão teria como objetivo contribuir com o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Pelo Art. 2º: “O Conselho Nacional de Educação destina-se a colaborar com o Ministro nos altos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira e de fundamentar, no valor intelectual do indivíduo e na educação profissional apurada, a grandeza da nação” (NISKIER, 1995, p. 249).

A Constituição de 1934<sup>63</sup> voltou a tratar sobre o CNE. Em seu Art. 150 definia como competência da União: “[...] fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; [...]”. Assim, especificou-se um Plano Nacional de Educação, de competência da União e que abrangeria todos os graus de ensino. Os dois artigos subseqüentes também foram importantes:

---

<sup>63</sup> No capítulo II: Da educação e da cultura, apontava as novas direções em relação à educação do país, abrangendo os Artigos 148 a 158.

Art. nº. 151 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art. nº. 152- Compete privativamente ao Conselho Nacional de Educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao governo as medidas que julgar necessárias para melhor solução dos problemas educativos, bem como a distribuição adequada dos fundos especiais. Os Estados e o Distrito Federal terão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autônomos de administração do ensino (NISKIER, 1995, p. 262-263).

O Governo Federal se incumbiria de fixar um Plano Nacional de Educação e os estados e os estados e o Distrito Federal contribuiriam com sua execução. Teria o CNE o papel de estudar e propor soluções para os problemas educacionais do país. Observa-se que o Brasil passou a ter, pelo menos como diretriz, um plano de ensino em nível nacional com a Constituição de 1934, demonstrando um caráter centralizador e diferenciando-se da descentralização das oligarquias da Primeira República. E, o CNE, teria uma importante função para sua efetivação, todavia o Governo Federal não garantia o funcionamento desses planos e metas na prática, caberia aos estados executá-las. Com essa nova função do CNE, uma das principais reivindicações de Carneiro Leão para a organização da educação popular foi atendida. Contudo, essa Constituição teve pouca duração, até 1937, quando se deu a golpe de Estado, dando início ao Estado Novo (NISKIER, 1995).

Esse capítulo descreve a discussão de alguns temas que se debatiam na sociedade brasileira, como o movimento de modernização que se queira implantar no país e o papel que a educação nele desempenharia. Carneiro Leão destacou-se pela participação nas reformas estaduais da década de 1920, bem como, na criação da ABE, que contribuiu com a organização do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, documento que continha a proposta de uma política educacional para o país. Carneiro Leão acreditava na necessidade da organização educacional para poder estendê-la a todo o povo, a exemplo dos países europeus, e, para tanto, propôs a criação de um Conselho Nacional de Educação. A proposta educacional de Carneiro Leão remete assim a organização de um Sistema Nacional de Ensino no país.

## **4 CARNEIRO LEÃO E O DETALHAMENTO DE SUA PROPOSTA EDUCACIONAL**

Carneiro Leão considerava o ensino popular fundamental para a organização e desenvolvimento da nação brasileira. Em seus livros, pode-se verificar as críticas e sugestões que fazia para sua organização. Para ele, o ensino brasileiro estava atrasado em relação aos países mais desenvolvidos, enquanto no Brasil discutia-se a organização de um SNE, em países europeus e americanos, ele já havia sido criado e apresentava novos caminhos para o ensino, por meio de conteúdos, métodos e técnicas diferenciados para sua efetivação.

Acredita-se que, para entender a proposta educacional de Carneiro Leão, faz-se necessário compreender alguns conceitos por ele utilizados e com base nesses conceitos evidenciar o tipo de homem que buscava formar. E na seqüência, para entender os desdobramentos práticos de sua idéia, é preciso analisar os pormenores de sua experiência na organização do ensino no Distrito Federal.

### **4.1 Dos Fins da Educação e Sua Organização**

Para Carneiro Leão, havia necessidade, primeiramente, da instrução dar lugar à educação. Ele entendia a instrução como o desenvolvimento da inteligência e a educação como a formação completa do indivíduo, abrangendo os aspectos físico, intelectual e moral. Assim Carneiro Leão (1917, p. 95) explicava a diferença entre estes conceitos:

A instrução – o mero desenvolvimento da inteligência – transforma-se em educação: uma formação completa do indivíduo físico, intelectual e moral. E a educação já se compreende como a elaboração completa da personalidade – uma disciplina que se deve dirigir inteligentemente para auxiliar a formação do homem em todas as fases do seu desenvolvimento. Daí a decisiva transformação na concepção da escola atual.

A educação seria muito mais abrangente que a instrução, iria além de ensinar a ler e escrever, deveria contribuir com a formação completa do homem. E, ao pensar em educação, pensava em um novo modelo escolar para realizá-la. Apesar de Carneiro Leão

(1918, p.13) diferenciar instrução de educação, em alguns momentos utilizava os termos como sinônimos, ou como conceitos complementares, como se observa nesta passagem: “[...] ou a instrução, confundida com a educação há de nos servir para promovermos a nossa riqueza e, com ela, o bem estar, o engrandecimento nacional ou então não compreendo a sua finalidade no Brasil”. A instrução para ele seria útil desde que permeada pela educação.

A visão de Carneiro Leão em relação ao papel da educação estava de acordo com o pensamento e as discussões travadas por outros educadores e filósofos do período. Mostrava-se atento à discussão realizada na Europa, em especial na França, sobre o questionamento do conteúdo a ser oferecido pela escola, se utilitarista ou humanista, como apresentado no capítulo terceiro, e defendia uma posição a esse respeito:

Por toda parte o ensino de humanidades está mais ou menos em crise, mas é principalmente nos povos que participam do espírito da civilização latina, onde a instrução, quando não é meramente livresca e abstrata, é uma homenagem ao espírito clássico, que ele corresponde menos às exigências da vida atual (LEÃO, 1923, p. 43-44).

O autor colocava que o ensino das humanidades estava em crise nos países mais desenvolvidos, enquanto que o Brasil insistia nesse ensino, que servia apenas à classe dominante. A educação humanista não se preocupava com a idade, condições orgânicas, capacidade, não conhecia cada um individualmente, atendia-se ao programa, à ordem e às matérias. Nessa educação, a “[...] velha escola, sem saber o que a criança podia fazer, decretava o que devia, lhe deixando, não raro, uma impressão penível no seu espírito” (LEÃO, 1917, p. 97). Carneiro Leão criticava essa educação e defendia que para os 80% restantes da população, as classes populares, dever-se-ia proporcionar um ensino diferente do literário e teórico. A base dessa educação seria moralizar o homem e complementava “[...] na escola moderna o princípio fundamental deve ser adaptar o ensino e a educação ao desenvolvimento natural-físico, intelectual e moral do aluno” (LEÃO, 1917, p. 98). A educação deveria respeitar e se adequar ao desenvolvimento físico e intelectual do aluno. Sugeriu, ainda, a introdução das ciências no conteúdo escolar, em seus diversos níveis. E, como Compayré<sup>64</sup>, propôs conciliar humanidades e ciências:

---

<sup>64</sup> Compayré entendia que tanto ciências quanto humanidades eram necessárias à formação do homem, sugeriu que se colocasse humanidade nas ciências e as ciências nas humanidades, ou seja, deveria haver equilíbrio entre estas áreas. Essa tendência de conciliar ciências e humanidades, muitas vezes, causou

A civilização força a humanidade a uma cultura de características utilitárias. Não estará aí, certamente, a condenação de uma cultura de características utilitárias. Não estará ali, certamente, a condenação de uma cultura clássica e artística, mas a necessidade do desenvolvimento dia a dia maior de uma instrução em bases positivas (LEÃO, 1923, p. 159).

Abordou a importância da educação com bases positivas, referindo-se à importância de embasar o ensino nas diversas ciências que estavam se desenvolvendo no período, e carregadas de conteúdos prático-científicos.

Carneiro Leão (1917, p. 98), além de falar sobre a educação e seu conteúdo, explicava como deveria ser a escola: “[...] um lugar de aprendizado para alunos e mestres. Aqueles aprendem a educar-se e estes observam e orientam”. Destacam-se duas importantes concepções do autor, a primeira é que a escola seria um local de aprendizagem também para o professor, isso porque o conhecimento não estava pronto, deveria ser aprofundado e formulado continuamente. A segunda seria o papel de sujeito que o aluno teria na aprendizagem, o professor deveria orientar o aluno para que esse investigasse e formulasse novos conhecimentos. Enfim, o professor não deteria mais o conhecimento, aluno e professor deveriam *construí-lo*. A escola precisaria de uma nova prática, ligada ao conteúdo científico e, seus métodos deveriam adequar-se aos novos conteúdos. Enfim, a escola deveria “[...] favorecer, aperfeiçoando, o desenvolvimento espontâneo e natural do corpo e do espírito infantil” (LEÃO, 1917, p. 121). Com isso, a escola moderna seria aquela que adaptaria o conteúdo ao aluno, diferente da escola tradicional onde o conteúdo estava pronto e o aluno deveria apenas procurar absorvê-lo, por meio da memorização e da repetição.

Essa nova proposta educacional previa a preparação do povo para as transformações que ocorriam na sociedade, para adaptar o homem à nova sociedade que se formava no país, a sociedade urbano-industrial. Por isso, afirmava que “[...] educar não é ensinar apenas a escrever e a ler. É formar, desenvolver e dirigir as aptidões individuais, melhorando, dando-lhes possibilidades novas, adaptando-as às necessidades da época, às exigências do momento e do meio” (LEÃO, 1917, p. 24). A educação deveria preparar o desenvolvimento do homem enquanto indivíduo e enquanto ser social, capaz de contribuir com sua sociedade, e teria uma estreita relação com a adaptação. Carneiro Leão (1923, p.

---

dificuldades para a organização do ensino ou mudanças drásticas entre uma reforma educacional e outra, dependendo da tendência mais utilitarista ou humanista adotada (LUCAS, 1999).

13) reforçou estes aspectos ao colocar que: "Quem diz educação, diz formação, diz organização, diz adaptação".

Acreditava em uma estreita relação entre a educação e o desenvolvimento do país e citou exemplos de países que, ao investirem em educação, tiveram um grande desenvolvimento. Entre esses o Japão que, após milênios de sua cultura oriental, havia, em quatro décadas, assimilado a cultura ocidental por meio da educação. E, já no início do século XX, competia em igualdade com os países europeus, tanto no comércio quanto na indústria. Contudo a realidade brasileira estava distante da educação para todos. Apontava que, mesmo no Estado de São Paulo, com todo seu potencial econômico e investindo 1/4 de sua renda no ensino, faltavam escolas para 40% das crianças e adolescentes em idade escolar. Isso contribuía para que o ensino do estado continuasse elitizado. Tentando minimizar essa deficiência, o Estado fornecia subvenções às escolas municipais com parceria estado-município e pelo fundo escolar (LEÃO, 1919). O problema da falta de recursos para a educação no Estado buscou ser solucionado no século anterior, por meio de algumas iniciativas. E em 1887, foi aprovada a Lei nº. 84<sup>65</sup>, que estabelecia um imposto escolar municipal que durou até a Proclamação da República.

Afirmava o autor que mesmo São Paulo, o estado mais rico do país, não conseguia solucionar suas dificuldades financeiras com a educação. Reportou-se ao Estado de Pernambuco, que mesmo investindo 25% da receita estadual para a educação, continuava com dificuldades, uma vez que Pernambuco era um dos estados mais pobres do país. Carneiro Leão acreditava que o caminho para minimizar as desigualdades estaduais dos investimentos na educação seria o Governo Federal responsabilizar-se pela organização do ensino em seus diversos níveis e em todo o país.

---

<sup>65</sup> Art. 91. - Fica criado, em cada município, um fundo escolar para ser aplicado à construção de casas, aquisição de móveis, utensílios e outros objetos de que precisarem as escolas do mesmo município, o qual fundo constituir-se-á pelos meios seguintes:

1º - Pelos donativos para a instrução pública;

2º - Pelo produto das multas criadas por esta lei;

3º - Pelo produto das multas que por lei que não têm destino especial;

4º - Pelo produto do imposto de capitação criado por esta lei e pelas dotações feitas nos orçamentos provincial e municipal;

Art. 92. - Fica criado o imposto anual de um mil réis por contribuinte em toda a província;

Parágrafo 1º - Este imposto recairá sobre todos os indivíduos varões, nacionais ou estrangeiros, maiores de vinte e um anos, que viverem de seu trabalho, ou de suas rendas.

Parágrafo 2º - Pagarão também o imposto as mulheres que tiverem economia própria.

Art. 93 - As quantias a que de refere o artigo antecedente serão arrecadadas pelas estações fiscais;

Parágrafo único - O contribuinte que não pagar o imposto no prazo que lhe for designado incorrerá na multa de dez mil réis" (LEÃO, 1919, p. 118-119).

A questão financeira prejudicava em muito a organização do ensino, desde a questão pedagógica pelos poucos professores contratados, até a de falta de prédios escolares. Faltavam salas, carteiras, livros, entre outros. O Governo Federal, ao investir apenas no ensino secundário e superior, que atingia a minoria *privilegiada*, favorecia as classes altas que podiam manter um filho até os 24 ou 25 anos na escola. Enquanto isso, os filhos de operários, camponeses e demais classes trabalhadoras continuavam analfabetos ou com um ensino precário (LEÃO, 1923).

Carneiro Leão apontava a necessidade de se criarem impostos ou taxas que fossem integralmente destinados ao ensino e, ainda, sugeria a criação de um fundo escolar, especial para educação. Para a criação desse imposto, dever-se-ia realizar um levantamento estatístico sobre as necessidades escolares; dessa forma, poder-se-ia “[...] dar a verba necessária para o número de professores, indicado pelas necessidades reais do ensino, o que deveria ser feito após um recenseamento geral da nossa população escolar” (LEÃO, [192\_], p. 161). Com base nesses números, dever-se-ia estipular um valor a ser destinado ao ensino de acordo como o número de alunos, Carneiro Leão queria partir de números reais para organizar e concretizar a prática educacional.

Ele era favorável à gratuidade do ensino, e colocou que havia um impasse quanto à gratuidade e obrigatoriedade, a falta da primeira impedia a exigência da segunda. Isso porque, com a falta de investimento no ensino, não havia escolas para todos, com isso, não se podia impor a obrigatoriedade e um tempo mínimo de formação. Apoiou-se no pensamento de Oscar Rodrigues<sup>66</sup> que, em São Paulo, sugeria obrigatoriedade de frequência, mas admitia que esta obrigatoriedade só seria possível quando se fizesse o mesmo que nos países adiantados: o Estado forneceria condução, material, alimento, roupa e calçados para os alunos necessitados. Carneiro Leão (1919) concordava com a sugestão de Oscar Rodrigues, mas foi além, argumentando que não adiantava *subvencionar* escolas sem programas, direção e unidade definida.

Sobre o tempo necessário para formação ou *estágio* como dizia Carneiro Leão, nos países mais desenvolvidos era em torno de seis a oito anos. Na Inglaterra e Alemanha, era de oito anos. Nos EUA, pela descentralização entre os estados, diferenciava-se entre estes de oito a nove anos. Citou, também, exemplos sul americanos: Uruguai, sete anos; Argentina: oito anos; Chile cursos de seis anos obrigatórios, e mais três facultativos. No

---

<sup>66</sup> Oscar Rodrigues Alves foi secretário da Presidência do Estado de São Paulo entre 1912-1916 e assumiu, em seguida, a Secretaria de Negócios do Interior entre 1916-1920.

Brasil, alguns estados já estavam adotando mais tempo para o ensino, como em Santa Catarina, sete anos e o Distrito Federal, com seis. Para Carneiro Leão, as escolas deveriam ter duração entre sete e nove anos, iniciando-se com o jardim de infância, passando pela escola primária e os cursos complementares. E, se possível, oferecer ensino secundário e superior.

Carneiro Leão (1926, p. 8) ainda sobre a questão de diminuir o tempo de formação da escola primária, argumentou:

É, pois, impropriedade e até perigosa toda campanha que busque fixar em 2, 3 ou 4 anos o curso primário, no Brasil. O próprio São Paulo que, por motivos financeiros, julgou solucionar o problema com a redução do estágio gratuito, voltou atrás, estabelecendo o ensino primário em 6 anos, compreendendo os 2 do curso complementar.

Explicou que não era uma medida adequada diminuir o tempo de formação das escolas e que São Paulo ao fazer esta experiência não havia atingido os objetivos esperados. A justificativa do Estado de São Paulo para a mudança era a falta de recursos financeiros para estender o ensino a todas as crianças e adolescentes em idade escolar. O Governador<sup>67</sup> do estado explicou sobre a reforma:

Dar instrução a alguns, declara textualmente o governo de S. Paulo, e não dar a todos é profundamente injusto; é tratar com diferenças aos filhos para os quais foi assentado o lema da igualdade; é criar o privilégio da instrução; é alimentar uma classe de instruídos ao lado de uma casta de ignorantes e inconscientemente estabelecer a inferioridade de uns sobre os outros, desde a meninice e com isso fazer dominadores e servís, cidadãos ao lado de escravos, é tudo isso que não é democrático, nem republicano [...] É dever de o Estado dar a todos igual instrução, de forma a estabelecer o nível intelectual do seu povo, porque esse nível tem de ser o expoente intelectual dos habitantes do seu território; e só vale, como nível, quando por ele se aferir o grau da intelectualidade de todos os paulistas'. (LEÃO, 1923, p.114-115).

A reforma era defendida como um caminho para se propiciar educação para todos. Carneiro Leão (1923, p. 122) não concordava com essa reforma, que limitava o ensino gratuito de quatro para dois anos e escreveu: “[...] para a população pobre, a maioria absoluta, talvez mais de 80% do Estado, dois anos apenas de instrução, a única que os seus recursos podem conseguir e, para os outros, para os 20 por cento restantes todas as classes

---

<sup>67</sup> Acredita-se que Leão referiu-se a Washington Luís Pereira de Sousa, governador do Estado de São Paulo entre 01/05/1920 a 01/05/1924.

e todos os cursos!”. Entendia que a iniciativa de estender educação a todos, havia contribuído para aumentar ainda mais a diferença entre a educação para o povo e a educação para a elite. E se o motivo fosse a falta de recursos, dever-se-ia buscar outras soluções. Enfim, a falta de manutenção da educação popular por questões financeiras não era aceita por Carneiro Leão, e justificava:

O Estado fornece uma instrução integral somente aos filhos dos ricos, que podem pagar a matrícula. O valor dessa matrícula não atinge, somadas as despesas, a metade dos gastos feitos pelo governo, no funcionamento de todos os cursos. O resultado, portanto, é que o rico, embora pagando, no final dos estudos: primário, secundário e superior – custou, pelo menos, dez vezes mais caro ao Estado do que o pobre rapaz, cujas matrículas inteiramente gratuitas não passaram de quatro anos da escola primária. (LEÃO, 1923, p. 122).

Observando com atenção como funcionava o ensino no país, chegou à conclusão que o Estado gastava muito mais com a educação para a elite do que com a do povo. Carneiro Leão questionava a sistemática educacional predominante.

Em relação a outros estados, elogiou a organização do ensino em Santa Catarina, composto de “[...] jardim de infância, escola primária e curso complementar de três anos, dando ao ensino popular o prazo de nove anos completos” (LEÃO, 1919, p. 211). Existia, ainda no Estado, uma lei que proibia que as crianças ingressassem nas escolas antes dos sete anos, a não ser que fossem aos *jardins de infância*, com isto, concluíam-se os estudos aos 14 ou 15 anos. As escolas de Santa Catarina funcionavam em dois turnos, pela manhã, atendiam somente aos alunos analfabetos. Possuía escolas singulares pelas vilas e escolas reunidas, com prédios próprios. Saindo das escolas isoladas ou singulares, os alunos poderiam matricular-se nos cursos complementares. Eram cursos de três anos que funcionavam nos grupos escolares<sup>68</sup>, após a conclusão do curso complementar poderiam matricular-se no último ano do ensino normal (LEÃO 1919).

Carneiro Leão, com base na organização do ensino europeu e norte americano e vivenciando a realidade educacional dos estados brasileiros, defendia que o Governo Federal deveria propiciar, no mínimo, sete anos de formação escolar para todos, ou seja, o ensino primário. Todavia, propunha que o Estado, a médio e longo prazo, deveria

---

<sup>68</sup> O grupo escolar “[...] é uma escola com vários mestres, seriada em classes, onde o ensino é interindependente e cada classe sob a direção de um mesmo professor só tem alunos de um mesmo adiantamento, que estudam as mesmas matérias, no mesmo grau” (LEÃO, 1919, p. 138).

responsabilizar-se pelo ensino em seus diversos níveis: primário, secundário, ensino superior, dando especial atenção à formação de professores.

Diferente de outros educadores que defendiam o ensino laico, Carneiro Leão aceitava a continuidade do ensino religioso. Entendia que a Igreja Católica já havia contribuído muito e poderia contribuir ainda mais para a educação no Brasil. Ressaltava a importância dos religiosos para o ensino nacional, em especial a iniciativa de padre Anchieta, enumerou, ainda, a contribuição de muitos outros sacerdotes, entre eles: Padre João Ribeiro, Vigário Tenório, Frei Miguelzinho, Frei Caneca. Convocava o clero para contribuir com a campanha pela educação do povo. E que “[...] ao invés do simples catecismo, tivessem escolas, nas quais, juntamente com a religião, ensinassem as primeiras letras e uma profissão ou um ofício [...] dando à infância, com a moral mais sã, o hábito do trabalho, o amor à ação e a capacidade para produzir” (LEÃO, 1919, p. 164). Mas não haveria necessidade de criar novas instituições, a estrutura das igrejas poderia ser aproveitada para se alfabetizar e ensinar as profissões práticas, visto possuir boa organização e influência sobre o povo brasileiro. Apesar de respeitar a Constituição, que orientava para o ensino laico nas escolas públicas, entendia que a Igreja Católica poderia desenvolver um importante papel para a educação brasileira.

Carneiro Leão enfatizou, reiteradamente, em todos os seus livros, a importância da educação popular, a qual deveria ter por base o ensino primário. A discussão sobre este ensino englobava o conteúdo e a metodologia, visando atingir aos objetivos de uma nova educação, que fosse prática e voltada para o trabalho e conteúdo com base científica. Sugeriu que a escola primária deixasse de ser baseada na memorização de perguntas, respostas e datas, e fizesse a inclusão de estudos sobre a geografia e história do país, inclusive o culto de heróis. Acreditava Carneiro Leão que se deveria oferecer um ensino mais prático e menos teórico, mas baseado nas ciências, e que preparasse o homem para viver em sociedade como profissional e cidadão. Deveria ter como objetivo principal nacionalizar o aluno, em especial formando o cidadão por meio do ensino moral e cívico. Questão importante para o período, como apontada anteriormente no capítulo terceiro. Ele era contrário à criação da disciplina de educação moral e cívica, isso porque julgava que o conteúdo dessa disciplina deveria fazer parte de todas as matérias. Mas o que Carneiro Leão considerava essencial para o ensino primário era a língua pátria. Isto porque concebia que esse conjunto de novos conteúdos contribuiria com a formação da nacionalidade, objetivo principal do ensino primário.

A educação prática, para Carneiro Leão, favoreceria indiretamente, à educação moral e cívica, visto que “[...] as raças que trabalham, que agem, que sabem produzir, são fortes e vitoriosas [...]” (LEÃO, 1919, p. 38). Por isso, todas as disciplinas do programa deveriam ser ensinadas *intuitivamente e pitorescamente*, ou seja, ensinadas por meio da vivência. Sugeriu a utilização do método intuitivo ou lição das coisas, que era utilizado nas escolas de aplicação paulistas. Os professores podiam, assim, aplicar, através de lições fáceis, os métodos mais modernos. Carneiro Leão (1923, p. 101) descreveu uma aula que assistiu:

Assisti a uma aula prática de geografia onde concorriam o *learning by doing* (aprender fazendo) e o pitoresco das lições de coisas em que os discípulos tracejavam com as suas próprias mãos, cordilheiras e canais, picos e vales, aprendendo, divertida e alegremente, numa colaboração feliz das idéias visuais táteis e auditivas, as noções mais diversas dessas disciplinas.

Esta aula é um exemplo pautado em *lição das coisas*, método utilizado pela maioria das escolas públicas paulistas. Esse modo de ensino deveria se iniciar “[...] desde as escolas primárias onde o ensino intuitivo e os trabalhos manuais levam o homem a agir, que se aprende alegremente, não como se deve fazer, mas como se faz, fazendo” (LEÃO, 1919, p. 93). Destacou a existência do laboratório de aprendizagem, no qual “[...] o ensino não é uma cópia integral dos métodos americanos, como se podem talvez supor, porém uma adaptação mais ou menos feliz dos seus processos pedagógicos” (LEÃO, 1919, p. 84). Concluiu que o método de ensino utilizado nas escolas paulistas propiciava aos alunos aprenderem observando, sentindo e realizando.

Defendia a aplicação dos princípios pedagógicos embasados na *psicologia infantil* e na busca da compreensão das *necessidades intelectuais e afetivas da criança*, acreditava que, com tais princípios, seria mais fácil “moldá-la, conduzi-la, interessá-la e prendê-la” (LEÃO, 1919, p. 221). Não se deveria impor conhecimentos, mas fazer com que o aluno, de acordo com suas capacidades físicas e intelectuais, buscasse adquirir novos conhecimentos. Os livros poderiam ser utilizados para contribuir com essa nova maneira de ensinar, sugeriu cuidados ao adotá-los, precisariam “[...] conhecer um pouco o espírito infantil, compreender as suas necessidades e o seu interesse, prendendo-os nos assuntos, fazendo-o sentir e preparando-o para pensar” (LEÃO 1919, p. 220). Essa forma de ensinar visava, ainda, trabalhar com o sentimento da criança.

Apesar de enfatizar a necessidade da educação popular, Carneiro Leão não deixava de discutir a importância de sua continuidade por meio do ensino secundário e do profissionalizante. Para tratar sobre esse grau de ensino, utilizou-se como referência o Estado de São Paulo. O Estado possuía muitos cursos profissionalizantes para atender à necessidade de suas indústrias, bem como os cursos agrícolas para a população do interior do estado. Sobre tais cursos argumentou: “[...] os cursos profissionais, preparando para diversas carreiras produtivas, o ensino manual das classes, os métodos modernos, criando, desde a escola primária, o amor pelas ocupações práticas, dando possibilidades novas, são a garantia de êxito” (LEÃO, 1919, p. 80). As escolas profissionalizantes deveriam preocupar-se com seus programas para propiciar um ensino prático, ligado às profissões.

As escolas profissionais paulistas, em 1917, contavam com 1.300 alunos e o produto do trabalho deles custeava os cursos. Além disto, ao concluírem seus cursos, os alunos já saíam empregados nas indústrias de São Paulo. Havia ainda os cursos agrícolas, com o *ensino ambulante de agricultura*, destinado à população do interior. Carneiro Leão era favorável ao ensino que contribuísse na formação para o trabalho, e sugeria mais cursos, entre eles os femininos, em conjunto com o magistério, e masculinos, com formação de operários (LEÃO, 1917, p. 74). Sobre o ensino profissional nos demais estados do país apontava que “[...] os cursos profissionais, apesar de um relativo desenvolvimento nestes últimos tempos em alguns pontos do país, estão muito longe de prover as necessidades do nosso progresso” (LEÃO, 1923, p. 44). Ainda não havia cursos em número suficiente no país, que preparassem para as novas profissões necessárias a sociedade urbano-industrial.

Seu olhar crítico ao ensino brasileiro o levou a fazer dois questionamentos sobre o ensino superior. Primeiro, quanto à responsabilidade do Governo Federal apenas com esse ensino, que estava destinado à elite, descuidando-se da educação do povo. E, segundo, quanto ao modelo adotado e valorizado no Brasil, que garantia apenas diplomas que habilitavam para cargos públicos, com ênfase nas carreiras de médico, advogado e engenheiro. Afirmava que “[...] a finalidade do nosso ensino, ao invés de se obter a cultura, a aquisição do conhecimento, é o diploma, o título, o direito e o mandarinato” (LEÃO, 1923, p. 430-431). Esse nível de ensino preocupava-se mais em fornecer diploma que habilitasse aos cargos públicos à elite do que em preparar o profissional, além de não atender às novas exigências da sociedade, que consistia em habilitar pessoas para as

diferentes profissões. Ele posicionava-se contrário ao modelo universitário adotado, representado pela Universidade do Rio de Janeiro, primeira universidade oficial do país.

Na nossa universidade a novidade única é o órgão administrativo, ou melhor, a engrenagem burocrática criada para governá-la. Nenhuma pequenina modificação no ensino do direito, nenhuma melhoria no aparelhando da profissão médica, nenhuma renovação na concepção da cultura politécnica. Novo é apenas o corpo administrativo que se sobrepôs a todas as escolas, vinculando-as, burocraticamente, para a designação de Universidade (LEÃO, 1923, p. 437).

A Universidade do Rio de Janeiro caracterizava-se pela reunião de cursos isolados e não ligados por mecanismos administrativos. Para o autor, essa universidade não fizera avançar o ensino superior existente, pois manteve os tradicionais cursos de Medicina, Direito e a Escola Politécnica e nenhuma nova orientação foi adotada.

A principal crítica de Carneiro Leão era quanto ao conteúdo e metodologia adotados no ensino superior. Afirmava que “[...] os nossos estabelecimentos de ensino superior permanecem completamente à parte no meio em que vivem, inteiramente alheios das ocorrências científicas, discussões e aspirações sociais” (LEÃO, 1923, p. 445). Os cursos eram distantes das iniciativas científicas e das necessidades sociais. Carneiro Leão voltou a discutir a questão do humanismo e utilitarismo, ao afirmar que o ensino universitário deveria encontrar um parâmetro nem totalmente humanista e livresco, nem totalmente utilitário e profissionalizante. Propôs a organização de um novo modelo universitário para o Brasil, com novos conteúdos e métodos, que fornecesse um ensino mais prático. Carneiro Leão apontava a importância da diversificação dos cursos superiores, bem como a ampliação do número de vagas. Assim, formaria profissionais para desempenhar diversos papéis na sociedade que contribuiriam com o desenvolvimento do novo modelo econômico e social que se implantava (LEÃO, 1926).

Demonstrou, ainda, sua preocupação com a universidade voltada à pesquisa e ressaltou que se deveria: “[...] criar e desenvolver os institutos de pesquisa científica, os laboratórios, capazes de valorizarem a cultura superior brasileira” (LEÃO, 1923, p. 433). Levantou, assim, a necessidade da criação e desenvolvimento dos institutos de pesquisa. As universidades, pela visão de Carneiro Leão (1923, p. 445-446), deveriam ter o papel de imprimir um novo espírito, visto que “[...] a remodelação da nova instrução superior, não é uma simples questão de rótulos, de códigos de ensino, ou de modificação de programa,

mas do próprio espírito da cultura a ministrar”. Uma nova cultura deveria ser transmitida, cultura esta que formaria um novo espírito no homem brasileiro. Apesar de criticar a universidade, era favorável à sua organização desde que adotasse um novo modelo. Enfim, a universidade, para Carneiro Leão, deveria ter cursos diversificados e com base científica, bem como se dedicar à pesquisa.

Carneiro Leão insistia na necessidade de reformar o ensino em todos os níveis, concebendo que isto exigia uma reforma geral da escola normal, local onde se preparavam os futuros professores. Isso porque, o professor teria um papel importante a desempenhar frente ao ensino primário, esse deveria dar *bons exemplos* que contribuíssem para formar o caráter do aluno. Deveria conhecer e estar preparado para os novos conteúdos que seriam trabalhados. E, além de ensinar a ler e escrever precisaria: “[...] solidificar a nacionalidade pela educação cívica, dar o amor às profissões práticas, pelo aprendizado do ensino manual; fazer do povo uma fonte produtora, ensinando a atividade, a dedicação pelo trabalho, pela iniciativa, pela ação útil” (LEÃO, 1919, p. 133). Colocava-se no professor primário a responsabilidade de nacionalizar o aluno, por meio de conteúdos práticos e carregados de moral e civismo.

Exemplificou como estava sendo organizada a formação de professores em alguns países como os EUA, a Argentina, o Chile, e ainda, alguns estados brasileiros, que considerava modelos a serem seguidos por todo país.

Com relação à formação de professores primários norte-americanos, explicou que era realizada em dois anos, após concluírem o curso secundário. Nesses dois anos, estudavam Pedagogia, com ênfase na prática, cuja formação distribuía-se: “[...] primeiro ano, psicologia, história da pedagogia, filosofia da educação, desenho, economia escolar, princípios fundamentais do jardim de infância; segundo, método de ensino, pedagogia, psicologia aplicada” (LEÃO, 1919, p. 135). E destacou que, nos a educação era deixada quase que exclusivamente nas mãos da mulher. Os professores não podiam dedicar-se a outras atividades, contudo a profissão era incentivada pelos bons salários (LEÃO, 1923).

Na Argentina, o Curso Normal era de quatro anos. Nele, estudava-se: pedagogia, teoria e prática; prática de educação, trabalhos manuais e economia doméstica. No Chile, a formação do professor era de cinco anos, sendo que, nos três últimos, eram oferecidos: pedagogia, prática de ensino e trabalhos manuais (Leão, 1919).

Com relação à formação de professores no Brasil, Carneiro Leão (1923) apontou as bases progressistas do programa de reforma do ensino normal do Rio de Janeiro. Elaborado

por Azevedo Sodré<sup>69</sup> e inspirado na organização americana, pretendia introduzir os melhores métodos pedagógicos. De acordo com essa reforma, o curso profissional seria dividido em dois períodos: 1º desdobramento e aperfeiçoamento da escola primária – estudos primários em métodos práticos e suaves e 2º exclusivamente profissional – materiais aprendidos no 1º e aprendia-se a ensinar. O conteúdo das escolas normais teria menos ensino teórico e mais prático. A reforma previa a extinção do ensino noturno, com a qual concordava Carneiro Leão, pois os alunos vinham cansados por trabalharem o dia todo e a preparação tornava-se de má qualidade. Para ele, quem trabalhava deveria fazer outros cursos profissionalizantes, pois o ensino normal exigia muito. Contudo, a reforma do Rio de Janeiro não foi implantada. Na *Conferência Interestadual do Ensino Primário*, realizada em outubro de 1921, o professor Azevedo Amaral, diretor da Escola da Praça Estácio de Sá, colocou dois pontos que contribuíram para a falta de êxito da reforma do ensino normal: pouco tempo de formação, apenas dois anos, e a metodologia das disciplinas desenvolvidas pelos professores que não tinham o preparo suficiente (LEÃO, 1923).

Carneiro Leão elogiou a formação pedagógica dos professores em São Paulo. A preparação baseava-se no estudo do desenvolvimento físico, intelectual e moral das crianças. A preparação dos professores primários era voltada para a nacionalidade, já que ficariam responsáveis pela educação popular. Enquanto os professores secundários tinham sua preparação ligada à pedagogia experimental e à psicologia. A escola normal era altamente profissionalizante e possuía a *Escola de Aplicação*, anexa à escola normal, para que os professores praticassem por meio dos processos mais modernos e com 6 a 8 h/aula por dia. Os professores realizavam cursos, possuíam laboratórios pedagógicos, utilizavam métodos e processos baseados nos países desenvolvidos, mas aplicados à realidade brasileira e às capacidades individuais.

Aprovou a iniciativa de São Paulo em extinguir o normal noturno, a exemplo do Distrito Federal, por ser prejudicial e pouco educativo, pois tanto os professores quanto os alunos trabalhavam o dia todo e havia baixo rendimento nesse ensino. E recomendou que os demais estados brasileiros utilizassem a experiência dos professores paulistas para a formação de novos professores.

---

<sup>69</sup> Antônio Augusto de Azevedo Sodré (1864-1929) foi deputado federal e prefeito do Distrito Federal.

[...] é incontestável a vantagem que tem todo o Brasil em fazer diretores da instrução pública, pelos Estados, professores trazidos de São Paulo, com esse grande hábito de organização e conhecimentos dos vários processos e métodos estrangeiros, ou enviar para que se aperfeiçoem ali os seus próprios professores, como fez o Paraná (LEÃO, 1919, p. 107-108).

Acreditava que, para que o professor pudesse garantir a eficácia desta nova proposta de ensino, deveria estar atento ao conteúdo a ser trabalhado, à metodologia, à saúde física e mental dos alunos. Sugeria cursos de especialização no exterior para os professores.

Com base na proposta de São Paulo e Rio de Janeiro, apontou que o primeiro passo a caminho de uma nova educação para o povo seria a formação do professor. Por isso a importância de Escolas Normais com bases *inteiramente pedagógicas*. Dever-se-ia preocupar com seu programa, sua metodologia, o tempo de formação e a obrigatoriedade do estágio. Mas tudo isto voltado ao objetivo de *ensinar a ensinar crianças*. O curso normal, para atender aos objetivos da nova educação, deveria incluir em seu programa a *pedologia*<sup>70</sup> ou *psicologia aplicada à educação*, bem como disciplinas que contribuíssem para que os futuros professores aprendessem “[...] a conhecer a criança e a ajudá-la na sua formação e na sua preparação para a luta da vida” (LEÃO, 1919, p. 135). O autor acreditava na importância de maior tempo de formação para o Ensino Normal. Propunha o preparo do professor de dois a três anos, podendo concluir seus estudos aos 16 ou 17 anos.

Carneiro Leão acreditava que, naturalmente, a mulher já era uma educadora e, como mãe, poderia contribuir para a educação de seus filhos desde seus primeiros anos de vida. E após a revolução feminina ocorrida durante a guerra, aumentou a preocupação com a sua educação. O curso que mais tinham acesso era o Ensino Normal, todavia sugeria a organização de cursos profissionalizantes para que as mulheres de famílias mais carentes<sup>71</sup> pudessem atuar profissionalmente na sociedade e conquistar seu sustento (LEÃO, 1923).

Todas as questões discutidas por Carneiro Leão apontam a direção de sua proposta educacional. Contudo foi na Diretoria de Instrução Pública do Rio de Janeiro (Distrito

<sup>70</sup> Carneiro Leão (1919) explica que Pedologia refere-se ao estudo sobre a criança.

<sup>71</sup> Para as moças de famílias pobres havia pouca opção no ensino público, o que propiciou a formação de entidades particulares ligadas à causa feminina. Citou o exemplo das “Bandeirantes” e da “Associação Cristã Feminina”, que: “[...] procura formar a mulher, física, intelectual e moralmente forte para fazê-la, ao choque com a vida utilitária e as seduções da sociedade, triunfar sempre. Nos campos de jogo, cuja frequência é dia a dia maior; nas aulas de instrução prática: datilografia, estenografia, línguas e tudo o mais de quanto necessita uma criatura para viver da sua inteligência e da sua atividade, formam-se e revigoram-se as moças para a vitória na luta pela vida” (LEÃO, 1923, p. 169-170).

Federal), que ele pôde colocar em prática algumas dessas iniciativas, bem como outras inovações.

#### **4.2 Carneiro Leão e a Proposta de Organização Escolar para o Distrito Federal**

Entre 1922 e 1926, Carneiro Leão assumiu a Diretoria de Instrução Pública do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, no livro *O ensino na Capital do país* (1926), descreveu como desenvolveu seu trabalho. Para se compreender a abrangência dessa reforma, utilizar-se-á, além do citado livro, os textos de Paulilo (2005), Vidal (2003) e Monarcha (1989).

Carneiro Leão elaborou o Projeto de Reforma do Distrito Federal, sob o nº. 238<sup>72</sup>, que não foi aprovado pelo Conselho Municipal (PAULILO, 2005). Portanto, sua reforma não pôde ter a abrangência que ele queria, pois as mudanças e inovações foram implementadas aos poucos e sem respaldo legal. Atento às novas experiências educacionais que se realizavam no país e no exterior, já abordadas nesta dissertação, buscou implantá-las no Distrito Federal. Para tanto, buscou ficar a par de todo o andamento da organização do ensino para dar início à reforma:

[...] atendendo as aspirações do professorado e as necessidades da nossa cultura e da nossa preparação para a vida atual acabamos de reformar os programas todos da Escola Normal, a primária, profissional e noturna. O espírito da reforma foi integrar a escola nas realidades correntes, tirá-la na margem da vida, fazendo a vida de todos os dias circular nas suas classes (LEÃO, 1926, p. 42).

A reforma estava de acordo com a realidade e necessidades impostas pela sociedade, segundo o autor. Seu projeto para o Distrito Federal previa uma completa organização escolar, que teria início com a organização política e administrativa para seguir com a organização pedagógica. Procurou organizar o ensino nos seus diversos níveis: jardins de infância, escolas primárias, escolas profissionalizantes, curso normal e, ainda, cursos de aperfeiçoamento. Entendia que a direção escolar ultrapassava o caráter pedagógico e burocrático e tinha um caráter social e político, tornando o ensino “[...] a solução de um problema de natureza cívica e nacional realmente grave” (LEÃO, 1926, p.

---

<sup>72</sup> Anexo C: o Projeto de Reforma do Distrito Federal, elaborada por Carneiro Leão.

7). O ensino viria, assim, contribuir para solucionar um dos grandes problemas sociais, a formação do cidadão.

Carneiro Leão fez um balanço de sua administração nessa secretaria, destacando que realizou tudo o que estava a seu alcance para a organização do ensino no Distrito Federal, levando-se em conta as dificuldades encontradas, em especial a financeira. E afirmou: “[...] o problema da instrução pública nem aqui nem em parte alguma satisfaz com soluções simplistas, é fenômeno muito mais sério e muito mais envolvido nos problemas de ordem social e econômica, do que muitos afiguram”. De acordo com o autor, existiam questões de ordem social e econômicas a serem ultrapassadas para se organizar o ensino. Enfim, por meio dessa Secretaria, buscou organizar o ensino no Distrito Federal e, ainda, reorganizar leis e decretos, entre os anos de 1893 a 1922.

Paulilo (2005, p. 18) destaca que um dos maiores problemas enfrentado por Carneiro Leão foi a “[...] estagnação do investimento público no momento de triunfo de uma política de educação que objetivava viabilizar a expansão da infra-estrutura escolar necessária à rearticulação do sistema de ensino”. Desta forma, a falta de recursos financeiros dificultou a organização da reforma implementada por Carneiro Leão no Distrito Federal. O próprio autor apontou essa dificuldade como a maior encontrada em sua administração. Contudo afirmava que esse problema não afligia apenas o Brasil, mesmo os EUA, uma das nações mais ricas do mundo não conseguia manter integralmente o ensino do seu povo. Admitia que as dificuldades materiais das escolas não poderiam ser resolvidas apenas pela sua administração. Seria preciso transpor as barreiras políticas para que o governo ampliasse sua arrecadação, por meio de uma taxaço especial para o ensino.

Mas o que ocorria, na prática, é que a cada ano diminuía-se a porcentagem dos investimentos destinados ao ensino. Apresentou as porcentagens destinadas ao ensino primário no Distrito Federal, que eram as mais baixas das duas últimas décadas: 1911 – 15,6%; 1915 – 18,3%; 1920 – 16,45; 1924 – 13,8%; 1925 – 11,5%. E, ainda, destacou que o custo por aluno era, em 1925, 30% menor do que em 1922.

Com a dificuldade financeira, faltavam recursos para investir em material e prédios escolares<sup>73</sup>. Carneiro Leão (1926, p. 153-154) comparou o ano de 1915 com o de 1924:

---

<sup>73</sup> Destacou que houve diminuição na verba destinada aos aluguéis, de mil contos de réis, em 1915, para 600 contos de réis em 1924. Como havia, naturalmente, aumentado o número de alunos, o resultado foi a falta de salas de aula, algumas eram tão pequenas que só acomodava de 15 a 20 alunos.

Em 1915, tinham uma verba de mil contos de reis, (1.000:000\$000) para aluguel de prédios, possuíamos então 37 próprios municipais, mas contávamos com 310 casas alugadas, ao todo 347 edifícios, em que funcionavam 338 escolas [...] Em 1924 tinham apenas seiscentos contos para aluguel e 233 prédios, menos 113 do que em 1915.

Os investimentos destinados ao ensino haviam diminuído nos últimos anos. O que prejudicava a organização das escolas pela falta de investimento em prédios e demais necessidades físicas da escola. Havia falta de estabelecimentos de ensino e a prefeitura precisava alugar casas e muitas delas estavam em estado precário de conservação. Com a falta de recursos para os prédios escolares, salários de professores e investimentos pedagógicos, foi necessário manter dois turnos nas escolas, com 4 h/aula, implantado desde 1919 no Distrito Federal.

Destacou Carneiro Leão que os investimentos em reforma e compra de carteiras poderiam ampliar o número de vagas e sugeriu a construção de, no mínimo, 20 escolas. Contudo, durante seu mandato, conseguiu apenas reformar 120 das escolas existentes, o que manteve o número de vagas nas escolas insuficiente para a demanda. Vidal (2003) apontou que Carneiro Leão não conseguiu seu intuito de construir escolas como o modelar grupo escolar paulista.

Para minimizar as dificuldades financeiras, Carneiro Leão buscou outras medidas para angariar recursos além dos destinados pelo Estado. Organizou o Conselho de Assistência Escolar que tinha como objetivo “[...] socorrer as Caixas, as Ligas de Bondade pobres e incrementar a criação de tais instituições, nos pontos em que haja necessidade” (LEÃO, 1926, p. 14). Procurou estimular as Caixas Escolares e Ligas de Bondade do Distrito Federal, que contribuía com a manutenção das escolas e auxiliavam as crianças pobres. Exemplificou como estava sendo realizado isso na prática.

Para a manutenção dos serviços, além das dádivas regulares da Cruz Vermelha, da seção Juvenis das Escolas, da distribuição diária de 15 litros de leite pelo Dr. Geraldo Rocha e de medicamentos e fortificantes, por várias drogarias, há uma dádiva regular do Rotary Club, mensalmente, e uma Liga de Bondade cujos sócios concorrem com cerca de 400 mil réis mensais (LEÃO, 1926, p. 73).

Já se encontravam em funcionamento 50 Caixas Escolares e 40 Ligas de Bondade, sendo que 38 foram instaladas entre 1923 a 1926. Enfim, já estava sendo realizada a parceria entre o setor público e o privado no Distrito Federal.

De acordo com Vidal (2003), essa iniciativa de prestar assistência às crianças pobres foram adotadas por Carneiro Leão como forma de aumentar as matrículas e incentivar a frequência nas escolas.

O desafio enfrentado por Carneiro Leão, no entanto, ampliava-se na medida em que pretendia a incorporação de todas as crianças em idade escolar ao ensino primário, o que supunha avançar a escolarização às camadas menos favorecidas na sociedade, para as quais, em geral, o valor da escola residia na aquisição dos saberes elementares (ler, escrever e contar) e a permanência da criança em seu interior significava um custo, fosse pelo dispêndio em material escolar e roupas, fosse pelo afastamento das atividades produtivas (VIDAL, 2003, p. 389-389).

As crianças pobres necessitavam além das escolas gratuitas, suporte para sua permanência nesta, como material e roupas, o que despedia maiores investimentos.

A reforma previa a obrigatoriedade do ensino primário fundamental, de 7 a 14 anos, desde que houvesse escolas em número suficiente para atender a todos os alunos. Seria preciso conhecer o número de crianças de 7 a 14 anos para definir as reais necessidades de vagas e organizar as escolas que oferecessem educação para todos. Carneiro Leão sugeria que, na falta de vagas nas escolas públicas, dever-se-ia oferecer vagas nas particulares subvencionadas. Defendia, ainda, o *ensino subvencionado* como solução para a falta de vagas, desde que essas escolas seguissem as mesmas normas do *ensino oficial*. Para as escolas particulares subvencionadas, propôs que:

A metade do corpo docente, tirada dos normalistas diplomados no Distrito Federal, dentre os quais devem sair, compulsoriamente, os professores de português, geografia e história do Brasil. O programa deve ser aprovado pela Diretoria Geral para as escolas da municipalidade. (LEÃO, 1926, p. 184).

Ele sugeriu uma estreita relação entre as escolas normais e as escolas particulares subvencionadas, em especial com relação à contratação dos professores e ao programa a ser seguido.

Apesar de defender a criação e organização de mais escolas públicas e gratuitas, o autor não se posicionava contrário ao ensino particular, considerava-o importante para o Brasil, já que não havia escolas públicas suficientes para atender a todas as crianças e adolescentes em idade escolar. O ensino particular atendia cerca de 60% da população escolar entre 7 a 14 anos (LEÃO, 1926, p.182). Propunha, porém, que esse ensino ficasse

vinculado ao público, e se organizasse de acordo com as orientações da Diretoria Geral de Instrução de cada estado. Apresentou orientações para o ensino particular por meio de decretos. No Distrito Federal, já em 1895, havia sido elaborado um decreto que determinava que as escolas particulares dessem informações à Diretoria Geral de Instrução. E, quando na diretoria, Carneiro Leão, por meio do artigo 161, do Decreto 3.017, de 5 de janeiro de 1915, *isentou* de impostos as escolas primárias que se comprometessem a propiciar “[...] o ensino dentro dos programas das escolas primárias municipais, a juízo da Diretoria Geral de Instrução” (LEÃO, 1926, p.184). Caberia à Diretoria fiscalizar estas escolas quanto à “[...] higiene e à saúde infantil, à idoneidade do corpo diretor e docente e ao próprio valor da instrução e da educação ministrados” (LEÃO, 1926, p.184).

Colocou-se contrário a algumas idéias levantadas no período, como a proibição de escola pública para as classes mais altas ou o pagamento pelo ensino aos alunos com maiores recursos financeiros. Criticava estas idéias por considerá-las contrárias à democracia. Enumerou três motivos para justificar seu pensamento:

1º - porque seria estabelecer, infância, a noção de diferenciação chocante entre ricos e pobres, entre os que pagam e os que aprendem com condescendência.

2º - porque não é fácil dizer qual o que pode pagar e quando o fosse o abastado, cujo filho estivesse na escola pública, contribuiria com a sua quota e apenas para o seu caso.

3º - porque ficaria fora de qualquer contribuição o abastado, cujos filhos aprendessem em colégios particulares, ou no estrangeiro e, sobretudo, os celibatários ricos. (LEÃO, 1926, p. 18-19).

Defendia que não se deveria diferenciar os ricos dos pobres por meio do ensino e, mesmo que os mais ricos pagassem, esses recursos não seriam suficientes para cobrir todas as despesas. Para Carneiro Leão, a contribuição para o ensino não deveria vir do aluno e sim do Estado.

Paulilo (2005) aponta que a idéia de oferecer ensino a todos, demonstrava que a reforma se opunha a “[...] a uma organização dualista do aparelho pedagógico – que reservava o ensino primário e profissional às classes empobrecidas – perante um sistema de ensino que assegurasse a unicidade inicial da educação pública para as camadas populares e abastadas [...]”. Pretendia a reforma propiciar educação para todos e, demonstrar ser a escola o caminho para a democratização.

Propôs para o Distrito Federal uma organização que abrangia do ensino primário à universidade<sup>74</sup>. Nessa, os jardins de infância seriam criados quando necessários, já o ensino primário poderia ser organizado nas escolas isoladas ou nos grupos escolares. Teria a escola primária duração de dois anos, e o curso fundamental de quatro anos. A partir de então, o aluno poderia optar pela escola primária complementar, de três anos, que o levaria à Escola Normal ou pelo ensino profissionalizante que poderia ser masculino e feminino, com duração de quatro anos. O aluno que concluísse<sup>75</sup> esses cursos teria direito a cursar o ensino superior. Paulilo (2005, p. 15) analisa essa organização como fundamental na reforma de Carneiro Leão: “A montagem de um sistema de ensino integrado na capital do país – capaz de conduzir a criança sem saltos ou deficiências aos níveis mais adiantados da escolaridade – foi o papel essencial de que se investiu a reforma Carneiro Leão”.

Carneiro Leão criticava a falta de frequência dos alunos existente nas escolas e adotou o cancelamento de matrícula para alunos que faltassem vinte vezes seguidas sem justificativa. Esta medida minimizou os custos e possibilitou investir-se mais em cada aluno, porque se redistribuíam os alunos, diminuindo o número de salas e de professores e podiam ser abertas mais vagas nas escolas. O caminho correto, porém, para se manter a frequência, seria buscar os motivos para a desistência e procurar atrair e manter os alunos nas escolas. Ele reconhecia que muitos dos alunos que abandonavam as escolas o faziam pela necessidade de trabalhar. Mas, apesar desta dificuldade, destacou que o ano de 1925 havia sido o de maior frequência e rendimento escolar. Retomou a questão do abandono do aluno da escola profissional para o trabalho e propôs que fosse adotada a mesma medida de São Paulo: diária para o aluno e refeição gratuita.

Carneiro Leão afirmava que a escola não era vista como uma questão prioritária pela sociedade em geral, era preciso mudar essa visão. Procurou demonstrar a importância das escolas para o desenvolvimento do país. Realizou reuniões com o intuito de melhorar o relacionamento entre escola-família e escola-comunidade, como o círculo de pais, associação de pais e professores, associação de ação *post- escola*. Explicou:

---

<sup>74</sup> Em Anexo D: o esquema de organização do ensino para o Distrito Federal, do Jardim de Infância à Universidade.

<sup>75</sup> Para a promoção do aluno de uma série para a seguinte, ele estabeleceu a utilização dos testes. Implementou dois tipos de testes: os Psicológicos e os Pedagógicos. O primeiro tinha como objetivo medir a idade mental dos alunos, de modo a organizar salas mais homogêneas. E o segundo, contribuía para que o professor pudesse verificar o rendimento dos alunos. Considerava os testes importantes para o professor, para a administração e para o aluno. Para a implantação dos testes, organizou uma comissão e, com esta e o material trazido do exterior, em especial dos EUA, Inglaterra e Suíça, preparou um curso para a formação de professores. Para Vidal esses testes de inteligência utilizados por Carneiro Leão foram influenciados pelos testes realizados por Binet (VIDAL, 2003).

O interesse público, a consideração pela escola só pode ser útil para facilitar a sua influência construtiva no ambiente social. Nos meios pobres e incultos, a escola educa, atua sobre a família de modo a lhe melhorar a existência, defender-lhe a saúde, amparar-lhe a vida moral, influenciando em preparação de um ambiente favorável ao desenvolvimento normal da criança, entregue a sua guarda, nos centros abastados e cultos ela consegue auxiliar e assistir os pequenos necessitados, que são multidão (LEÃO, 1926, p. 50).

A sociedade só teria ganhos com a atuação da escola, pois essa contribuiria, diretamente, com a melhoria das crianças nos seus aspectos físicos e morais. A escola deveria influenciar a formação moral da criança para que esta atuasse no seu meio social. Vidal (2003, p. 379) entendeu que:

[...] sob muitos aspectos a administração de Carneiro Leão na instrução pública reforçou a necessidade de fazer da escola parte da solução dos problemas causados pelas lutas políticas e sociais que, naqueles anos, eram combatidas em diversas unidades da federação.

A organização escolar de Carneiro Leão iria além de uma nova proposta pedagógica, visava solucionar problemas políticos e sociais, ou seja, a organização social.

Procurou reorganizar sua Secretaria de modo a dar a esta as respectivas atribuições e poderes necessários para desenvolver seu trabalho e, para tanto, organizou concurso e contratação de pessoal. Explicou: “[...] organizei e apresentei ao prefeito um regulamento tanto quanto possível completo dentro das leis vigentes da municipalidade. E, assim, a Secretaria funcionará com uma regularidade que somente um regulamento bem estudado lhe poderia dar” (LEÃO, 1926, p. 200).

Considerava fundamental a organização administrativa e pedagógica no interior da escola e tomou algumas iniciativas quanto a cargos e salários. Propôs o cargo de diretor e catedráticos para os grupos escolares e, quando necessário, adjuntos. Além do salário fixo os professores adjuntos que, além dos salários, deveriam receber comissões quando na regência, e estipulou o valor da gratificação a ser oferecida aos diretores das escolas urbanas e rurais. Enfim, contribuiu para o aumento dos salários e revisão do quadro dos professores, que mesmo assim, continuavam baixos. Carneiro Leão destacou que, devido

aos baixos salários, os professores enfrentavam problemas de moradia<sup>76</sup> e saúde. Ele denunciava a falta de amparo legal para solucionar essas dificuldades.

Procurou divulgar para os professores da rede pública a pedagogia moderna, por intermédio de livros, revistas e jornais técnicos vindos do exterior, além de filmes, conferências e reuniões. Apesar da importância dada à reforma no ensino normal, defendeu a necessidade de preocupar-se com a formação dos professores em atividade. Justificava esta medida pela demora na formação de novos professores pela dificuldade de inclusão destes nas escolas. Os novos professores ao chegarem às escolas estariam em número menor e seria mais provável que seguissem as normas dos mais antigos.

Carneiro Leão defendia a necessidade de professoras substitutas para evitar que as crianças ficassem sem aulas por falta de professores. Como a prefeitura não queria aumentar o número de professores contratados, sugeriu a contratação de professoras substitutas efetivas<sup>77</sup>, prevendo o seguinte funcionamento:

Em toda escola haverá, por exemplo, para cada três classes uma substituta efetiva que se apresentará diariamente à diretoria, assinará o ponto, mais só trabalhará se faltar alguma professora adjunta, nesse dia. A substituta ganhará apenas o que a substituída perder e terá sempre direito a substituí-la quando licenciada (LEÃO, 1926, p. 164).

Sobre a classificação e promoção, Carneiro Leão contribuiu para a elaboração do Decreto n. 2008<sup>78</sup>, que estabelecia critérios para avaliação dos professores adjuntos. Nesta, deveria o catedrático e o inspetor avaliar o professor quanto a: “a) aptidão pedagógica; b) assiduidade, levando em conta pontualidade; c) zelo pelo ensino e pela escola; d) exercício em zona rural [...]” (LEÃO, 1926, p. 126), entre outros. O autor defendia a realização de um processo de seleção de professores bem organizado, mas admitia a existência de algumas qualidades necessárias para o professor que não podiam ser avaliadas: “[...] as

<sup>76</sup> Sugeriu que o Estado financiasse a construção de casas para os professores, a exemplo do que era feito para o operário. Poderiam ser “construídos os prédios, sempre que possível em terreno da Prefeitura, o professor iria pagando uma mensalidade equivalente a pequeno aluguel, de modo que no final de oito a quinze anos cada qual tivesse a sua casa” (LEÃO, 1926, p. 159).

<sup>77</sup> “[...] substitutas efetivas são normalistas diplomadas encarregadas, em cada escola, de substituir as professoras que faltam” (LEÃO, 1926, p. 164).

<sup>78</sup> Leão não especifica bem a data do decreto ou a aprovação do decreto, apenas cita seu número. Além dos itens já citados quanto à valorização dos alunos, acrescentou: “A aptidão pedagógica será avaliada tendo-se em conta: a) método no ensino e na direção da classe; b) clareza de exposição preparo intelectual provado na interpretação dos programas; c) influências e resultados de ordem moral, aferidos pelas disciplinas da classe; d) porcentagem de frequência escolar; e) resultados obtidos na promoção da classe, levados em consideração e preparo inicial da turma e o número de alunos de frequência média; f) influência moral exercida sobre os responsáveis pelos alunos; g) higiene e cultura física dos alunos” (LEÃO, 1926, p. 166).

qualidades mais preciosas no mestre: - o amor pela criança, o zelo pelo ensino, a capacidade fácil de transmissão de conhecimentos, a disciplina, assiduidade, a pontualidade, os altos exemplos morais são *inaturáveis* no concurso” (LEÃO, 1926, p. 168). Considerava os professores fundamentais para levarem adiante a nova proposta educacional, como apontou em seus escritos anteriores; para tanto, levantou desde a questão de formação deste, até os salários e organização de quadros. Contudo, verificou dificuldades enfrentadas na formação dos professores:

A Escola Normal é aqui o ponto mais fraco do ensino. Hoje, quando a pedagogia tem progredido a passos de gigante, e toda a instrução se torna cada vez mais científica e se firma fortemente nas ciências psicológicas e sociais, nós possuímos uma casa de formar professores, na qual a psicologia é matéria facultativa. (LEÃO, 1926, p. 169).

Havia tentado incluir na formação do professor um ensino mais científico, ou seja, propiciando uma formação geral seguida das disciplinas específicas como psicologia, pedagogia, entre outras. Defendeu que os novos programas para o ensino normal deveriam basear-se em três ciências: Pedagogia, Psicologia e Sociologia. O ensino normal teria cinco anos ao todo, sendo três de formação geral e dois profissionalizantes, com disciplinas de psicologia, pedagogia, prática de ensino, higiene escolar, desenho, trabalhos manuais e modelagem, música e pedologia e ciência da educação. Acreditava que, para realizar completamente a reforma no ensino normal, seria preciso a criação ou melhoria dos gabinetes de: psicologia experimental, psicogeografia, física e química, bem como do museu de história natural.

Apesar de todas as iniciativas voltadas ao ensino normal, admitiu, ao final de seu mandato como Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, que muito pouco havia sido feito pelo este ensino, sobretudo devido à falta de recursos. Por isso, os problemas enfrentados nas escolas normais eram praticamente os mesmos do início do seu mandato. Para Paulilo (2005), as iniciativas de Carneiro Leão, quanto à organização do quadro docente, formação de grupos de professores para estudos, discussões e cursos sobre as novas práticas educacionais, contribuíram para que as idéias escolanovistas não fossem colocadas como imposição, mas como *persuasão, experimentação e infiltração*.

Carneiro Leão adotou e implementou a utilização de fichas pedagógicas e médicas para acompanhar o desenvolvimento físico, mental e moral dos alunos. Essas fichas facilitariam a avaliação física, intelectual e moral do aluno pelo professor. As fichas

pedagógicas eram elaboradas pelo professor e organizadas de modo a acompanhar a vida escolar de cada aluno. Eram preenchidas pelo professor nas séries iniciais e revistas todos os anos, até final do curso. Acreditava que com o uso de fichas poder-se-ia conhecer a inteligência e formação moral de cada aluno. Essas fichas contribuíam ainda, para o conhecimento: “[...] das aptidões físicas, individuais, na determinação da orientação profissional” (LEÃO, 1926, p. 127). Com base no levantamento de dados conseguidos com as fichas sanitárias – o peso, a altura e as doenças – buscava-se melhorar a saúde de cada aluno.

Implementou a utilização da ficha médica, que já existia, mas não era utilizada adequadamente. Por meio das fichas médicas, seria possível conhecer as deficiências e doenças dos alunos, e assim melhor tratá-lo. Isso porque essas fichas continham informações físicas e mentais dos alunos. Podia-se, assim, determinar quais eram as crianças *normais*, que deveriam permanecer em salas comuns, e as *anormais* que deveriam ficar em outra sala. Carneiro Leão levantou a questão da necessidade de escolas para crianças com *debilidades*, ou seja, crianças com determinadas deficiências, fracas ou doentes. E organizou uma escola apenas para essas crianças, em que, ao lado do ensino, recebiam cuidados especiais<sup>79</sup>. Propôs a criação de mais duas ou três escolas desse tipo, bem como colocou a necessidade de organizar colônias de férias, que seriam escolas de recuperação das crianças debilitadas fisicamente. Implementou o pelotão de saúde. E regulou a inspeção médico-escolar, que constaria de visitas às escolas e residências dos alunos, cuidando da saúde e dando orientações.

A educação física tornou-se obrigatória no Distrito Federal a partir de 1924 e, ao lado desta obrigatoriedade, deveria ser “[...] organizado e executado, com ordem e método, um programa obrigatório de educação física” (LEÃO, 1926, p. 93). A proposta de educação física de Carneiro Leão era baseada em uma orientação moderna, que valorizava os exercícios *naturais*, dos jogos, à ginástica. A ginástica moderna constava de caminhadas, ginástica, jogos de futebol, e deveriam ser praticados diariamente. Deve-se lembrar que, no período, não havia cursos especializados para a formação de profissionais de educação física, por isso, alguns poucos professores proporcionavam aos seus alunos exercícios, na maioria das vezes, por conta própria e sem a devida preparação. Foi

---

<sup>79</sup> “[...] a par do exame clínico minucioso e da ficha da criança, exame de fezes, de sangue, etc., e os tratamentos indicados, com pequenas intervenções, por intermédio da Cruz Vermelha ou das policlínicas, distribuem remédios, e fortificantes, alimentos, helioterapia, repouso, educação física, e cuidados, além de atender e tratar os alunos de outras escolas, que a visitam para esse fim” (LEÃO, 1926, p. 74).

necessária a criação de uma comissão para organizar uma proposta de educação física e incluir, no magistério, um programa dessa disciplina em conjunto com o ensino da higiene e da ginástica. Ele criou, também, o cargo de Instrutores para a nova prática. Mas como não havia espaço adequado nas escolas, utilizavam campos de futebol. Um exemplo foi o *ensaio de educação física no Campo do Botafogo Futebol Clube*, em 12 de outubro de 1925, e com a presença de dois mil alunos. Esses encontros com centenas de alunos tornaram-se freqüentes e serviram de exemplo para outros estados.

Nesse período, intensificava-se o questionamento quanto à higiene. E Carneiro Leão é apresentado em alguns estudos como um higienista, pela preocupação que demonstrava com o saneamento escolar. Citou o exemplo das escolas americanas com excelentes condições de higiene e colocou que as escolas seguiam esse exemplo. Preocupou-se com a saúde dos alunos e destacava de três fatores fundamentais que a influenciavam: cuidados higiênicos, prevenção e tratamento de doenças, além da educação física para fortalecer o corpo. Em 1926, Carneiro Leão participou do Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene, e apresentou o artigo *Formação de hábitos sadios na criança*, onde discutiu as medidas que foram adotadas no Distrito Federal em relação à higiene no período em que seu Diretor (LEÃO, 1929).

Carneiro Leão (1926) dava preferência às escolas nos campos, mas se estas fossem na cidade deveriam ser construídas, especificamente para este fim, em praças ou parques, serem arejadas, com boa claridade e ainda, terem mobília própria. Vários profissionais estavam atentos a isto, artistas, médicos e pedagogos, pois grande parte da *vida infantil* processava-se na escola e era preciso local adequado para atender aos alunos. Vidal (2003, p. 392) sobre essa questão aponta:

O espaço da escola era outra temática recorrente no discurso dos reformadores. Carneiro Leão já propugnava a necessidade de construção de prédios para acolher a população em idade escolar, não apenas no sentido de ampliação física da rede, mas de melhora qualitativa das unidades de ensino, em geral, localizadas em casas de aluguel.

O espaço escolar seria muito importante na proposta de Carneiro Leão. A escola deveria ensinar bons hábitos de saúde às crianças, como exercícios ao ar livre, boas maneiras, atendimento dentário e complementação alimentar.

Em relação à educação profissional, a reforma previa a criação de diferentes cursos profissionalizantes noturnos, desde a preparação para o comércio até para pescadores,

conforme a necessidade. Deveria o ensino profissional preparar *mental e moralmente* o operário e estar ligado às necessidades do mercado de trabalho. Seria o ensino de três anos, mas com liberdade para se formar em menos tempo, de acordo com o desenvolvimento específico de cada aluno. O primeiro ano seria de formação geral e os dois últimos mais profissionalizantes. Considerava os cursos noturnos fundamentais, em especial numa capital como o Rio de Janeiro, e deveriam ter uma localização privilegiada e instalações adequadas ao tipo de profissionalização.

Tal ensino contribuiria para que o adulto se profissionalizasse e pudesse competir com a mão-de-obra estrangeira. Ao falar do ensino profissional, Carneiro Leão lembrou que as dificuldades financeiras não permitiram uma ampla reforma nesse ensino. E tais dificuldades iam além dos programas, visto que as disciplinas, mesmo as idênticas, eram ministradas de forma diferenciada em cada escola. Posicionou-se contrário à prática anteriormente adotada pelas escolas profissionalizantes de matricular crianças menores de oito anos e analfabetas. E, como medida de emergência, adotou como postura: “[...] a aceitação apenas de maiores de 11 anos e com um mínimo de instrução equivalente ao terceiro ano primário” (LEÃO, 1926, p. 188). A partir de então, uma criança não poderia profissionalizar-se sem ser alfabetizada. Defendeu, ainda, a criação de *sessões industriais* aos alunos dos dois últimos anos, para o aprendiz sair da escola sabendo trabalhar na prática. Carneiro Leão (1926) destacou que esta mudança na escola profissional deveria atingir, inclusive, as escolas femininas.

Sugeriu cursos de aperfeiçoamento, mas para maiores de 14 anos, entre esses os de: Tecelagem; Madeiras; Metal; Folha de Metal; Tinta e Estuque; Eletro-técnica; Livros; Trabalhos Agrícolas. Bem como cursos de preparação para mestres e professores, que teriam as disciplinas de: Inglês ou Francês Prático; Matemáticas; Metodologia das Profissões e Prática de Ensino nas Oficinas; Ciências Físicas; Desenho Figurado Profissional; Tecnologia das profissões.

Carneiro Leão apontou dez itens para melhorar o ensino no Rio de Janeiro: determinação da finalidade de ensino dentro das exigências sociais e nacionais presentes; aproximação da escola com o meio familiar e social; defesa da saúde na escola; organização da assistência escolar; criação e generalização da educação física; determinação do desenho e dos trabalhos manuais como base do ensino primário; orientação profissional pela escola; preparação da confraternização pela escola; instalação do cinema pedagógico e criação das excursões escolares. Destaca-se nessas sugestões a

utilização dos recursos audiovisuais, que, segundo ele, seria um bom aliado dos novos programas. Os cinemas pedagógicos deveriam contar com fitas de geografia, história, ciências, entre outros, contudo a dificuldade esbarrava nos custos. Sobre as excursões pedagógicas, o autor destacava que estas favoreceriam a observação direta, ao ar livre, nos jardins públicos e nas proximidades da própria escola, o que viria ao encontro do ensino intuitivo.

Com relação à educação moral e cívica, acreditava que seriam as escolas primárias fundamentais para tal formação: “É nas escolas primárias que se formam as noções primeiras de pátria, lei, obediência, disciplina social, educação moral e cívica, consciência do valor do trabalho [...]” (LEÃO, 1926, p. 182). Poderia a escola primária organizar-se de diferentes formas: escolas isoladas, escola primária fundamental e grupo escolar.

Esta foi a proposta de Carneiro Leão para o Distrito Federal. Acredita-se que ele tentou implantar os métodos, o conteúdo e a melhor organização com o objetivo de contribuir com a educação popular. Apesar de suas iniciativas em organizar o ensino no Distrito Federal, afirmou que não atingiu os objetivos desejados e apontou como principal fator do insucesso a falta de recursos financeiros.

Para verificar as idéias de Carneiro Leão, é importante destacar que não estão organizadas de forma que facilitem a análise, contudo observa-se que continham aspectos fundamentais que iam além de uma reforma educacional, queriam contribuir com a organização da sociedade por meio da escola. Ele discutiu questões políticas referentes à organização do ensino, como os investimentos financeiros, os decretos e leis, a organização e fiscalização das escolas públicas e particulares. Em relação aos aspectos administrativos, tratou sobre a organização interna da secretaria e das escolas, bem como na organização de cargos e salários de professores. Aprofundou as questões pedagógicas em relação à formação do professor, da escola e do aluno em seus aspectos físico, intelectual e moral.

Sobre a influência da reforma de Carneiro Leão Vidal (2003, p. 385) aponta que:

Em 1935, a reforma Anísio Teixeira encerrou o formidável impeto organizacional e sistematizador da instrução pública carioca iniciado em 1922 com Antonio Carneiro Leão, que deixou como vestígios um programa de reformas educacionais de significativo alcance social e uma designação: *escola nova*.

Sua reforma apesar de não ter se concretizado em lei, abriu caminhos para as demais reformas realizadas no Distrito Federal, em especial a de Anísio Teixeira, considerada uma das mais completas reformas escolanovistas.

Carneiro Leão, ao tratar sobre a reforma do Distrito Federal, utilizou o termo educação pública, que se aproxima da definição de Luzuriaga (1966, p. 5): “[...] é, a educação criada, organizada e mantida pelas autoridades oficiais, municípios, províncias, Estados [...]”.

Acredita-se que sua proposta de ensino defendia a criação, organização e manutenção do ensino pelo Estado, preocupando-se com todos os níveis de ensino. Cabia ao Estado seu financiamento, bem como a fiscalização e a determinação de métodos e conteúdos da escola que deveria formar o trabalhador e o cidadão necessário para um Brasil em processo de modernização. Todavia, admitia parcerias e subvenções do Estado com o ensino privado, como forma de garantir escola para todos. Carneiro Leão queria garantir gratuita e obrigatória e, de no mínimo sete anos, para todos. O que foi conseguido ao final de seu mandato, quando o ensino primário tornou obrigatório nos cinco primeiros anos fundamentais e nos dois últimos anos complementares.

A frase de Carneiro Leão (1926, p. 7), transcrita a seguir, confirma a assertiva acima: “Sempre pensei que a administração pública deveria dar a todos, sem distinção de classes sociais, uma cultura e uma cultura e uma educação mínima, indispensáveis á vitória na luta pela vida”.

## 5 CONCLUSÕES

O final da década de 1910 foi marcado por grandes alterações na sociedade brasileira, causadas, entre outras coisas, pela entrada oficial do Brasil na Primeira Guerra Mundial, pelas novas relações de trabalho ligadas ao modelo capitalista, por mudanças políticas e pela democratização. Alguns políticos e intelectuais preocupavam-se com a organização da sociedade que se formava. E, para tanto, organizou-se o movimento de modernização, com o objetivo de contribuir para que o país acompanhasse as mudanças econômicas, políticas e sociais mundiais, ligadas ao modelo econômico capitalista. A educação teria papel importante para essa organização e foi incumbida de propiciar formação para o trabalho e desenvolver o espírito de nacionalidade, tendo e vista preparar o povo brasileiro para cooperar com a nação que se queria formar.

Carneiro Leão, atento às discussões do período, dedicou-se à questão educacional. Defendia uma educação popular, que fosse além da instrução, que educasse o povo. Essa questão o reportou às discussões realizadas, quando da organização do Sistema Nacional de Ensino francês, sobre os novos conteúdos da escola. Ele era favorável à busca de equilíbrio entre humanidades e ciências para moralizar o homem, embora a ciência devesse prevalecer. Observa-se em suas idéias a influência dos ideais franceses, baseados nos princípios de liberdade e igualdade. Por outro lado, aproximou-se das inovações que vinham da Europa e dos Estados Unidos, os quais mesmo diferentes entre si, tinham em comum a crítica sobre a escola chamada *tradicional* e a defesa da *escola nova*. Esta escola deveria ser totalmente diferente da existente. Sugeriu a introdução das ciências a partir da escola primária e sua continuidade nos demais níveis, em especial no ensino superior. O autor preocupava-se em oferecer um novo modelo educacional com novos métodos, técnicas e conteúdos.

Carneiro Leão utilizava em seus discursos os termos *nova escola*, *nova educação*, o que possibilita inferir que o conceito de *novo* era uma preocupação constante. Queria romper com a organização da sociedade considerada *antiga* e iniciar uma *nova sociedade*, ou seja, a sociedade urbano-industrial, ligada ao capitalismo mundial. Decorre desse objetivo maior, a defesa para democratizar a educação popular e, ao mesmo tempo, ajustar a escola ao novo modelo econômico mundial. Carneiro Leão preocupava-se com o oferecimento de um novo modelo de escola para preparar o cidadão e o inseri-lo na

sociedade brasileira em processo de industrialização e urbanização. Para tanto a escola seria predominantemente prática, com o objetivo de preparar para o trabalho. E educação deveria formar o homem integral, desenvolvendo seus aspectos físico, intelectual e moral. Nessa proposta a educação deveria ficar sob responsabilidade do Estado, bem como ser organizada e ofertada para todos e, ainda, adequar-se à sociedade burguesa. Carneiro Leão não questionava o modelo social existente e sim sua organização, acreditava que a educação seria fundamental para isso, visto contribuir para *igualar* os homens, tornando-os cidadãos da República.

Na defesa de uma nova educação e na necessidade de discutir os problemas enfrentados pelo ensino no país. Carneiro Leão participou da criação, ao lado de outros educadores, da Associação Brasileira de Ensino (ABE). Acredita-se que as conferências realizadas pela ABE em que participavam educadores, profissionais, políticos e demais segmentos da sociedade, contribuíram para ampliar a discussão sobre a educação brasileira a partir da década de 1920. Em uma de suas conferências, teve início a realização do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, editado em 1932. O documento que definia os novos rumos do ensino brasileiro foi assinado e defendido pelos educadores e intelectuais ligados ao escolanovismo. Mas não foi assinado por Carneiro Leão, talvez por ele discordar da idéia de descentralização na organização do ensino contida no documento. Observa-se que Carneiro Leão tinha idéia diferenciada em relação a essa questão, das de Lemme e Anísio Teixeira, educadores destacados do período e que assinaram o documento. Ele defendia a centralização como caminho para melhor organizar a educação, enquanto Lemme e Teixeira acreditavam que a descentralização poderia contribuir para agilizar a administração escolar e, portanto, seria melhor para a educação no país.

Nas reformas estaduais de ensino, representando iniciativas que anteciparam ao referido documento, foram colocadas em prática idéias de renovação pautadas na *escola nova*. O escolanovismo implantou mudanças nos conteúdos, na metodologia e na administração escolar. Carneiro Leão participou dessas reformas, em especial no Distrito Federal e em Pernambuco.

No Distrito Federal, buscou colocar em prática o que considerava ser mais moderno em relação ao ensino e deu ênfase à formação de professores e à escola primária, por estarem ligadas a educação popular, já que o primário seria o máximo que grande parte do povo teria acesso. O professor deveria estar preparado para atuar nessa nova proposta educacional e enfatizava a necessidade da formação de professores.

Apesar da ênfase com a educação popular, buscou criar um sistema de ensino da pré-escola ao superior, como forma de organizar e articular o ensino da pré-escola á universidade. Merece destaque em sua reforma, a questão da administração nas escolas, no que se refere à organização de seu corpo técnico. Observa-se que Carneiro Leão ao propor a manutenção do ensino pelo Estado, não pretendia defender a exclusividade do ensino público, entendida como a educação mantida pelo Estado, e, sim visava garantir a educação para povo, mesmo que para isso fosse necessário unir iniciativa privada e pública. Em sua gestão, trabalhou em parceria com a comunidade para angariar recursos para o ensino, realizando a parceria público-privada.

Ao analisar a obra de Carneiro Leão observa-se que houve modificações em sua compreensão acerca da organização educacional no decorrer do período. Em seus primeiros escritos, defendia a importância de organizar o ensino e apontava as dificuldades encontradas, sugerindo que o Estado contribuísse com sua organização, pelo menos em relação à educação popular. Na seqüência, diante de décadas de República e das poucas mudanças observadas na organização do ensino, passou a fazer maiores críticas ao Governo Federal, especialmente pela falta de manutenção e organização no ensino popular, destacando a necessidade de novas leis e decretos que favorecessem o ensino. Quando assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, colocou em prática as novas propostas que estavam sendo realizadas no Brasil e no mundo com relação à educação e, vivenciou as dificuldades enfrentadas pelo Estado para organizar o ensino, em particular a financeira. Propôs medidas para enfrentar essa dificuldade, como a parceria nos recursos público-privados.

Constata-se em sua obra, ao final do período estudado, a defesa da escola pública gratuita e obrigatória, sobretudo para a classe popular e nas séries iniciais, as demais, secundária e superior, não precisariam ser necessariamente gratuitas. Contudo previa para um futuro próximo a criação de universidades populares. Caberia ao Estado a responsabilidade pela organização e manutenção da educação popular. Para tanto, era favorável a que o governo centralizasse o ensino, como um caminho para articulá-lo em seus diversos níveis, do ensino primário ao universitário. Para essa organização propôs a criação do CNE, órgão que se responsabilizaria pelo ensino brasileiro em seus diversos níveis.

Acredita-se que Carneiro Leão, ao defender a criação do CNE e ao participar da fundação da ABE, além das contribuições educacionais, teve papel importante nas

discussões sobre a organização de um SNE. Apesar de ele próprio afirmar da sua não efetivação nesse período. Pois, apenas com a Constituição de 1934 foi atendida sua reivindicação, quanto à criação de um órgão que contribuiria para a organização do ensino em todo o país. Entende-se, todavia, que apenas uma lei ou um documento não são suficientes para a efetivação prática de um Sistema Nacional de Ensino e, por isso foram necessárias mais três décadas para sua realização na prática escolar, como afirma Saviani (2004).

Para Saviani (2004) o Sistema Nacional de Ensino brasileiro efetivou-se apenas em 1961. Contudo ressalta que a década de 1930 contribuiu em muito para a sua organização e aponta três importantes acontecimentos. O primeiro foi à criação do CNE, com o Decreto nº. 19.850, de 11 de abril de 1931, o órgão viria contribuir com o Ministério da Educação e Saúde Pública, como se pode verificar no Art.2º. “O Conselho Nacional de Educação destina-se a colaborar com o Ministro nos altos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira e de fundamentar, no valor intelectual do indivíduo e na educação profissional apurada, a grandeza da nação” (NISKIER, 1995, p. 249). O segundo foi à elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. No documento, segundo Saviani (2004, p. 33): “[...] pode-se perceber que a idéia de plano de educação se aproxima, aí, da idéia de sistema educacional, isto é, a organização lógica, coerente e eficaz do conjunto das atividades educativas no âmbito de determinado país”. O *Manifesto*, para Saviani, vai além de nova proposta educacional, é um documento que tem como prioridade à defesa da escola pública. E o terceiro fato seria a Constituição de 1934, de 16 de julho. Os artigos 148 a 158 tratavam sobre a educação e a cultura, ressaltando que o art. 150 especifica um plano nacional de educação, o art. 150 atribui aos Estados e ao Distrito Federal a competência na organização e manutenção dos sistemas e educativos e o art. 152 aponta que compete ao CNE sugerir medidas na solução de problemas de ensino, bem como distribuir os recursos financeiros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/61), para Saviani, foi o primeiro avanço efetivo do SNE, quando se estruturou o ensino brasileiro em todos os seus níveis. Mas ressalta nessa lei a indefinição quanto ao conceito de *sistema* de ensino e, acrescenta: “[...] embora se denomine a organização educacional brasileira de ‘sistema’, a verdade é que não existe sistema educacional no Brasil. O que existe é *estrutura*. E é preciso que se tome consciência disso, pois é a partir das estruturas que se poderá construir o sistema. [...]” (SAVIANI, 1996, p. 112). Assim, segundo Saviani, o SNE ainda não se

efetivou no país. A discussão quanto a uma definição do termo sistema é muito ampla, e não caberia, nesse estudo, abordá-la, mas se coloca como uma questão para ser pensada. Ao entender que o SNE brasileiro continua em construção, acredita-se que a compreensão da proposta de Carneiro Leão para a organização do ensino brasileiro venha a dar novas contribuições para seu entendimento.

Apesar de todas as questões apontadas quanto à organização de um SNE no país, observa-se que na atualidade:

A política educacional que vem sendo implementada no Brasil, sob a direção do Ministério da Educação, caracteriza-se pela flexibilidade, pela descentralização das responsabilidades de manutenção das escolas, induzindo os municípios a assumir os encargos do ensino fundamental e apelando à sociedade, de modo geral, aí compreendidas as empresas, organizações não-governamentais, a comunidade próxima à escola, os pais e os próprios cidadãos individualmente considerados, para que cooperem pela via do voluntarismo, e da filantropia, na manutenção física, na administração e no próprio funcionamento pedagógico das escolas (SAVIANI, 2004, p. 52).

Na política educacional do Brasil, os municípios continuam responsáveis pelo ensino fundamental. Dessa forma, observa-se que a organização do ensino ainda mantém questões que foram discutidas e não resolvidas no início do século XX, em especial a questão da descentralização e a falta de recursos. Bem como se ampliam parcerias com o setor privado para a manutenção das escolas públicas. Proposta essa defendida por Carneiro Leão, mas que não era uma novidade no início do século XX.

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em texto publicado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2004, apontam que, embora tenha ocorrido uma expansão no número de vagas do ensino fundamental, atendendo crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, são alarmantes os baixos índices de rendimento do ensino oferecido. Isso revela que, em matéria educacional, há muitos obstáculos a serem enfrentados. Dificuldades essas crônicas, já eram enfrentadas no início do século XX por Carneiro Leão. Este apontava que não adiantava apenas expandir o ensino, seria necessário preocupar-se com o tipo de educação a ser oferecido. Assim, ainda hoje se deve questionar o tipo de educação que se quer oferecer para a sociedade brasileira do século XXI.

**REFERÊNCIAS:**

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. Antonio de Arruda Carneiro Leão. In: FÁVERO, M. L. A e outros (Org.). **Dicionário de educadores no Brasil** – da colônia aos dias atuais. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ MEC – Inep – Comped, 2002. p. 114-122.

ARGAN, G. C. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARQUIVO NACIONAL. Documentos Parlamentares. **Instrução pública: A difusão do ensino primário** – 1915-1918. Rio de Janeiro. v. 10, 1960.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: Introdução ao ensino da cultura no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: UNP/Ed. UFRJ, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. et al. **A reconstrução educacional no Brasil**. Ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Nacional, 1932.

AZEVEDO, Fernando de. Carta a Anísio Teixeira, S. Paulo, 14 mar. 1932. **Fundação Getúlio Vargas/CPDOC** – Arquivo Anísio Teixeira – ATc 31.12.27. Disponível em: <<http://prossiga.br/anisioteixeira/indexa.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2003.

BARBOSA, Rui. A constituição de 1891. In: **Obras completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, col. XVII, t.I., 1946.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. In: **Obras Completas**. v. X, t. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BASTOS, E. R. RÊGO, W.D. L. (Org.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d' Água: 1999.

BASTOS, Tavares. **A província**. São Paulo: Nacional, 1975.

BRASIL, Ministério da Educação. **Qualidade da Educação**: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da terceira série do Ensino Médio. Brasília: MEC/INEP, 2004.

CÂMARA, Sônia. As reformas de instrução pública e a educação profissional feminina do Distrito Federal durante os anos 20. In: MAGALDI, Ana Maria. ALVES, Cláudia. GONDRA, José G. (Orgs.). **Educação no Brasil: História, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSP, 2003. p. 399- 417.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha – MG – 1922. Uberlândia: Edufu, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. e VEIGA C. G. (Org.). **500 anos de educação do Brasil**. Autentica: Belo Horizonte, 2000. p. 225-251.

CONDORCET, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat, **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

CONSTANT, Benjamin. [1767-1830]. Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos [traduzido]. **Apontamentos** – Estado, Liberdade e Educação. Maringá: UEM, jan. de 1994.

CROISSET, Alfred. **As necessidades da democracia em matéria de educação**. Tradução de Zélia Leonel, 1993. (mimeo). 12 p.

CUNHA, Luís Antonio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1980.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo** (1880-1945). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1991.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1984.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano: Estrutura e poder e economia (1889-1930).t. III. São Paulo: DIFEL, 1977.

FERREIRA, Susana da Costa. **I Conferência Nacional de Educação** (Contribuição para os estudos das origens da escola nova no Brasil). 335 p. São Carlos: UF São Carlos, 1988  
Programa de pós-graduação em educação – Dissertação (Mestrado em Educação), 1988.

FOUILLÉE, Alfred. **A educação moral e cívica dos futuros professores**. Tradução de Zélia Leonel, 1993. (mimeo). 9 p.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!** (Vida operária e cultura anarquista no Brasil). 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos impérios: 1875-1914**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JANSON, H. W. **História geral da arte: o mundo moderno**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEÃO, Antonio Carlos Carneiro. **Poesias**. 1955 (microfilme).

LEÃO, Antonio Carneiro. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal de Comércio, 1917.

LEÃO, Antonio Carneiro. Formação de hábitos saídos nas crianças. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGYENE, 3., 1929, São Paulo. **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Higyene.**

\_\_\_\_\_ . **Pela educação rural.** Conferência proferida em Curitiba. Curitiba. 1918.

\_\_\_\_\_ . **Problemas de educação.** Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1919.

\_\_\_\_\_ . **S. Paulo em 1920.** Rio de Janeiro: Anuário Americano, 1920 (microfilme).

\_\_\_\_\_ . **Os deveres das novas gerações brasileiras.** Rio de Janeiro: Soc. Ed. de propaganda dos países americanos, 1923.

\_\_\_\_\_ . **O ensino na capital do país.** 1926 (microfilme).

\_\_\_\_\_ . **Palavras de fé.** Rio de Janeiro – Belo Horizonte – S. Paulo: Livraria Francisco Alves. [192\_] (microfilme).

LEMME, Paschoal. A escola nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, v. 65, n. 150, p. 255-272, maio/ago. 1984.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo: fase superior do capitalismo.** 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

LEONEL, Zélia. **Contribuição à história da escola pública.** (Elementos para a crítica da teoria liberal da educação). 226 f. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Tese (Doutorado em Educação), 1994.

LOBATO, Monteiro. **Obras completas de Monteiro Lobato** – Urupês. vol I, São Paulo: Brasiliense, 1951.

LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução ao Estudo da Escola Nova. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, [196\_].

LUCAS, Maria A. O. F. **O debate entre utilitaristas e humanistas na definição dos conteúdos da escola pública no final do século XIX.** 1999. 125 p. (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil: 1808 a 1930.** 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LUZURIAGA, Lorenzo. **Diccionario de pedagogía.** 3. ed. Buenos Aires: Lozada, 1966.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: Pensamento e ação:** uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MARX, Karl. A maquinaria e a indústria moderna. In: \_\_\_\_\_ **O Capital.** t.1, v.1, São Paulo: Bertrand Brasil – Difel, 1986. p. 423-550.

MONARCHA, Carlos **A reinvenção da cidade e da multidão:** dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez: Editores Associados, 1989.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO (Org.). **História geral da civilização brasileira.** O Brasil republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). v.2. t. III. São Paulo: DIFEL, 1978. p. 261-291.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república.** 1ª Reimpressão, São Paulo: E.P.U., 1976.

NISKIER, Arnaldo. **As idéias da Escola Nova**, CM News – segunda-feira, 08 de março de 2004. Disponível em: <<http://news.cmconsultoria.com?index.php>>. Acesso em: 12 out. 2005.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira - 500 anos de História 1500-2000**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

NUNES, Clarice. Um manifesto e seus múltiplos sentidos. In: MAGALDI, Ana Maria. GODRA, José G. **A reorganização do campo educacional no Brasil**: Manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 45-64.

PAULILO, André Luiz Paulilo. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n. 46, p. 1-22, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br?scielo.php?pid = S012-01882003000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br?scielo.php?pid=S012-01882003000200005&script=sci_arttext)>: Acesso em: 15 nov. 2005.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, Arlete, **Dados sobre Carneiro Leão**. Obtido em: <[arpiolsi@uninet.com.br](mailto:arpiolsi@uninet.com.br)>. Acesso em: 5 nov. 2005.

QUEIROZ, Eça de. **A emigração como força civilizatória**. Lisboa: Perspectiva e Realidade, 1979.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana**: cultura política e pensamento educacional no Brasil. Brasília: Plano/ Campinas: Autores Associados, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. A organização do ensino e o contexto sócio-político após 1930. **História da educação no Brasil** [1930-1973]. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 127-191.

ROSSI, Edinéia Regina. **“Insuladas Tribos”**: A escola primária e a forma de socialização escolar. São Paulo (1912-1920). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Campus de Assis, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistemas**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval. (Org.). **O legado educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 1- 57.

SCHELBAUER, Analete. **Idéias que não se realizam** – O debate sobre a educação do povo, no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHELBAUER, Analete. Método intuitivo e lições das coisas no Brasil do século XIX. In: BASTOS, Maria Stephanou. BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação do Brasil**. v. II. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 132-149.

SILVA, Josie Agatha Parrilha da. MACHADO, Maria Cristina Gomes. Um precursor do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: as contribuições de Carneiro Leão. **Revista Educação e Filosofia**. Uberlândia – MG, v. 18, n. 35/36, p. 353-363, jan. /dez. 2004.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

TEIXEIRA, Anísio. A propósito da "escola única". **Revista do Ensino**. Salvador, v.1, n.3, 1924. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/anisioteixeira/eng/artigos/proesc.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2004.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da Educação**: Escola Progressiva ou A Transformação da Escola. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida**: A dívida externa no do terceiro Mundo: As finanças contra os povos. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar em Revista**. Dossiê História da Educação: Instituições, intelectuais e cultura escolar. n. 18. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. PAULILO, André Luiz. Projetos e Estratégias de Implementação da Escola Nova na Capital do Brasil (1922-1935). In: MAGALDI, Ana Maria. ALVES, Cláudia. GONDRA, José G. (Orgs.). **Educação no Brasil: História, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSP, 2003. p. 375-398.

## APÊNDICE A

### BIOGRAFIA DE CARNEIRO LEÃO

Antonio de Arruda Carneiro Leão nasceu em 02 de julho de 1887, na capital de Pernambuco, Recife, e faleceu em 31 de novembro de 1966, no Rio de Janeiro. Era de família tradicional, sendo seus pais Antonio Carlos Carneiro Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão. O pai foi intelectual e poeta e orientou os estudos do filho, diversificando a literatura francesa de Victor Hugo, à Inglesa, com Shakespeare, Pope, Swinburne, Macaulay, entre outros. Sobre sua educação, Carneiro Leão colocou que, ao ler “Emílio” de Rousseau, lembrava-se de seu pai, pois “[...] Antonio Carlos vivia e fazia viver, diante dos filhos insones, até altas horas da noite, quadros edificantes da história, páginas reveladoras do amor criado, ou a beleza imortal da poesia e do pensamento!” (LEÃO, 1955, p.14). Seu tio, Laurindo Leão, foi professor de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito de Recife.

Carneiro Leão concluiu seus estudos primário e secundário em Recife e iniciou o Curso de Direito na Faculdade de Direito nessa mesma cidade. Araújo (2002) descreveu que recebeu grande influência do positivismo em sua formação, o que contribuiu com sua maneira de entender os problemas da sociedade, entre estes o da educação e, ainda, valorizar as ciências.

Em 1909, participou do I Congresso de Estudantes, em São Paulo, como vice-presidente da delegação acadêmica da Faculdade de Direito do Recife. A conferência que proferiu deu origem ao seu primeiro livro, *A Educação*, no qual sugeria a difusão do ensino pelo Estado, bem como apresentava idéias sobre a renovação escolar. Ele formou-se em Direito, em 15 de dezembro de 1911 e, após sua formatura, passou a exercer o magistério e o jornalismo em Recife. Apesar de ser advogado, tinha grande ligação com a educação. Carneiro Leão admirava Comênius, acreditava que o seu pensamento havia influenciado muitos filósofos e educadores, entre estes: Locke, Rousseau, Calkins, Pestalozzi, Hegel, Herbart, Froebel, Montessori, Kerschensteiner, Decroly e Dewey. Para Carneiro Leão ([192\_], p. 300), Comênius havia sido “[...] o primeiro a compreender que educar era desenvolver a própria atividade da criança. O primeiro a defender a instrução para todos”.

Entre os anos de 1915 a 1916, realizou conferências no Rio de Janeiro, São Paulo, bem como em outros estados, assumindo que estava em campanha a favor da educação

popular. Como resultado de suas conferências, lançou o livro *O Brasil e a Educação Popular* em 1917. No livro, discutiu a importância da educação popular, que deveria ser diferenciada da existente até então e propiciar um ensino prático e ligado ao trabalho, bem como contribuir com a formação moral e cívica dos alunos.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, além de exercer a advocacia, trabalhava como jornalista no *Jornal do Brasil*. Permaneceu em campanha em favor da educação popular, realizando inúmeras viagens, do Amazonas ao Paraná, proferindo conferências e publicando artigos. Em 22 de julho de 1918, realizou uma conferência em Curitiba com o tema *Pela Educação Rural*. Nela, entre outros assuntos, falou sobre a importância da agricultura para o desenvolvimento do país e ressaltou o exemplo do Paraná pela sua iniciativa de policultura.

Em 1919, publicou o livro *Problemas de Educação*, composto por um conjunto de idéias que foram apresentadas e discutidas durante quatro anos no *Jornal do Comércio* e em *O País*. Nele levantou as principais questões que afligiam a educação do país e apontou alguns dos caminhos que deveria seguir. Em 1920, escreveu o livro *São Paulo em 1920*, no qual, além de falar sobre a educação, mostrou a situação do Estado em relação à economia, à política e à sociedade. Escreveu, em 1922, o livro *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras*, publicado apenas em 1923. Segundo Carneiro Leão (1923, p. 13), o livro tinha como objetivo: “ser uma obra de preocupações nacionais, um trabalho visando o momento brasileiro, as necessidades de nossa civilização e as imposições da nossa vida política, econômica, mental e social”.

Entre 1922 e 1926, ocupou o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro) a convite do Governador Arthur Bernardes. E, ao final de seu mandato, em 1926, escreveu *O Ensino na Capital do País*. O livro descreveu como havia sido implementada a reforma do Distrito Federal. No ano de 1924, ao lado de Heitor Lyra e de outros educadores, fundou a Associação Brasileira de Educação (ABE). Foi um dos primeiros presidentes eleitos<sup>80</sup> ao lado de Heitor Lyra da Silva, Levi Fernandes Carneiro e Bertha Lutz. Ele recusou o cargo devido aos compromissos anteriormente assumidos e foi presidente novamente da entidade em 1931, ao lado de Anísio Teixeira (PINTO, 2005).

---

<sup>80</sup> Até 1930, foram quatro os presidentes eleitos para a ABE, cada qual exercia um trimestre de mandato. A partir de 1930 eram apenas dois os eleitos, e assumiam por um semestre a presidência da ABE (PINTO, 2005).

Em 1928, a convite do então governador Estácio Coimbra, elaborou a Reforma de Ensino do Estado de Pernambuco, oficializada pelo Ato nº 1.237 de 27/12/1928. Sua reforma tinha como objetivo geral: qualificação de mão-de-obra voltada para atividades práticas que despertassem na criança o gosto pelo trabalho a partir do jardim de infância e primário (NAGLE, p.1976). Engajado na política do país, em 1929, assumiu o cargo de secretário da Justiça e Negócios Interiores do Estado de Pernambuco, voltando-se, especialmente, às questões educacionais. Contribuiu para Reforma de Pernambuco, realizada entre 1928-1930. Em 1930, perdeu seu cargo quando os militares assumiram o poder e derrubaram, além do presidente Washington Luís, o governador pernambucano Estácio Coimbra. Com isto, sua reforma, como a maioria das outras, não teve grande durabilidade. Ele voltou ao Rio de Janeiro, dedicando-se, novamente, à sua carreira de advogado e jornalista.

No período delimitado pela pesquisa, escreveu, além dos já citados livros outros que não foram localizados: *Revolução Pernambucana*, 1917; *Relatório à Comissão Preparatória da Conferência Interestadual do Ensino Primário*, 1922; *A Constituição Brasileira e a nossa Evolução Político Constitucional*, 1922; *Pela Confraternização Americana*, 1925; *Programas*, 1925.

Nas décadas subseqüentes, Leão desenvolveu diversas atividades e ocupou diferentes cargos. Dedicou-se a estudos sobre a sociedade brasileira, foi professor, escreveu livros de sociologia, bem como contribuiu com o jornalismo no país. Lecionou várias disciplinas, desde Filosofia, em Recife, à Educação Comparada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Guanabara. Foi membro do Instituto Arqueográfico e Geográfico Pernambucano, Diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e Diretor do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no período de 1931 a 1933. Em 1944, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e ocupou a cadeira n.º14, em primeiro de setembro de 1945. Foi criador e Diretor do Centro de Pesquisas Pedagógicas da Faculdade Nacional de Filosofia e membro do Instituto Histórico e Geográfico, da cidade do Rio de Janeiro, bem como de outras instituições e institutos. Realizou, ainda, atividades no exterior, como, por exemplo, membro do Instituto de França, da Academia Francesa de Letras, ocupando a cadeira que pertenceu a John Dewey. Foi conferencista em diversas universidades pelo mundo, desde o Uruguai até a França. Apesar de ter dedicado grande parte de sua vida a escrever sobre a educação, produziu uma bibliografia com temas diversificados (ARAÚJO, 2002).

Na seqüência, resumos sucintos de seus livros: *O Brasil e a Educação Popular* (1917); *Problemas de Educação* (1919); *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras* (1923) e *Palavras de Fé* (1920); *O Ensino na Capital do País* (1926).

O livro, *O Brasil e a Educação Popular*, de 1917, foi organizado com base em cinco conferências e um discurso realizados por Carneiro Leão, entre os anos de 1915 e 1916, que tinham como tema a educação popular. As cinco conferências e locais que foram realizados são: *O Brasil e a Educação Popular*, em 1916, na Escola Normal de São Paulo; *Educação Profissional*, 1915, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; *A Criança e a Escola*, 1915, Biblioteca Nacional do Rio do Janeiro; *Educação Cívica* (1916), São Paulo; e *Processos de Educação Moral*, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1915, e na Escola Normal de S. Paulo, em 1916. E o *Discurso* foi pronunciado na Faculdade de Direito de São Paulo, a convite do “Centro Onze de Agosto”, em 1916. Na introdução do livro Carneiro Leão afirmou que havia se colocado em campanha a favor da educação popular e comparou-a à abolição dos escravos; todavia, considerava-a mais importante que aquela para o desenvolvimento do país, já que libertaria 80% da população brasileira. No livro, criticou o ensino encontrado no país que se voltava à minoria da população e tinha cunho literário e teórico, visando a formação para as profissões burocráticas. Sugeriu uma educação centrada na formação para o trabalho, por meio do ensino técnico e profissional, atento à formação moral e cívica. O Estado seria responsável pela organização e manutenção da educação, em especial o popular.

*Pela Educação Rural* foi uma conferência que realizou em Curitiba em 1918. Descreveu a situação econômica e social do país, enfatizando seus principais problemas e apontava a educação como um caminho para solucioná-los. Destacou o desenvolvimento da região sul do país, sobretudo pela sua capacidade agrícola. E ressaltou o exemplo do Paraná pela sua iniciativa de policultura. E, para que essa região, assim como as demais se desenvolvessem, seria preciso propiciar educação para o povo. Mas uma educação prática e ligada ao trabalho, pois seria por meio do trabalho que o povo brasileiro poderia organizar economicamente o Brasil.

*Problemas de Educação*, de 1919, seria o segundo livro de uma série que Carneiro Leão havia se proposto escrever. O primeiro havia sido *O Brasil e a Educação Popular*. No livro, discute o problema educativo brasileiro em suas *várias modalidades*, e buscou demonstrar a conexão: desenvolvimento dos povos modernos e progresso da educação. Chamou a atenção de dirigentes, intelectuais e políticos para o problema educacional. As

idéias contidas no livro foram editadas e discutidas durante quatro anos em *Jornal do Comércio* e em *O Paíz*, os artigos apresentados foram: *Carta Aberta ao Conselheiro Rodrigues Alves*, de 1918; *A Educação no Brasil*, 1916; *Conselho Nacional de Educação - Ao Congresso Federal*, 1915; *O Congresso Federal e a Educação Primária*, 1916; *Conselho Superior de Ensino e Conselho Nacional de Educação*, 1917; *A Educação em S. Paulo*; *A educação em Pernambuco*; *Associação das Mães Brasileiras - A's senhoras brasileiras*, 1916; *Palavras ao Clero*, 1918; *Um Apelo - Ao Exmo Sr. Dr. Wenceslau Braz*; *O Problema Alemão no Sul*, 1917; *A reforma do Ensino Normal: Em Estágio Escolar*; *Livros Didáticos*; *Da higiene Escolar*; *A Infância Abandonada*, em 1918; *Os Menores nas Oficinas e nas Fábricas*; *Assistência á Infância no Brasil*; *Educação Higiênica e Saneamento*, 1918; *Saneamento e Educação Higiênica no Brasil*.

O livro *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras* foi escrito por Carneiro Leão em 1922, quando foi convidado para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública e antes de assumir, mas editado apenas em 1923. É composto por quatro capítulos, além na introdução. Seguem os capítulos e os tópicos abordados. O capítulo I, No Brasil, aborda: *A instrução Pública no Brasil*; *O Conselho Superior de Ensino no Brasil*; *Os Precursores da Campanha pela Educação Nacional e a Negligência Brasileira*; *As Bandeirantes*. No capítulo II consta: *Críticas e Sugestões: Reforma, Reforma e Reformas*; *A Reforma Paulista e o Estágio Escolar*; *Educação e Alfabetização*; *Na Comemoração do Centenário*; *A Situação do Professorado Brasileiro*; *A Propósito da Universidade Brasileira*; *A Educação da Mulher e o seu Papel de Educadora*; *A União e a Educação Nacional*; *Educação, Cachaça e Jogo*; *A Nossa Educação Popular*; *O Congresso Interestadual de Ensino Primário*; *A Instrução Pública como fato de uma Política Continental*; *A Suposta Militarização no Brasil*; *Um Grande Livrinho*; *O Mal do Urbanismo*; *Preparar no País a Educação dos Filhos*; *A Verdadeira Educação Física*; *O Ensino Particular*. No capítulo III: *No Estrangeiro e no Brasil: A reforma Fisher e a Instrução no Brasil*; *A Nova Educação Popular do Chile*; *A Educação Popular na Argentina e no Brasil*; *A Escola para Todos*; *A Reorganização da Educação Alemã*. E, por fim o capítulo IV - *O que nos Convém Fazer: A Educação Popular que nos Convém*; *O Aparelho Administrativo do Ensino Primário e Normal Federal* (Conselho Nacional de Educação); *A Instrução Secundária e as Modernas Correntes da Civilização*; *Educação Profissional*; *O Ensino Moderno*. No prefácio explicou que o objetivo do livro seria apresentar às novas gerações a força que tinham para melhorar situação do Brasil. E as

novas gerações precisavam preparar-se politicamente para definir o futuro político e econômico do país. Destacou a necessidade de mudanças no espírito dos homens e da qual a escola teria papel fundamental. Observa-se, nesse livro, que Carneiro Leão abordou diferentes temas sobre Brasil. Apesar de discutir a importância da educação popular, apontou o caminho que o autor seguiria a partir de então, a abordagem sociológica.

O livro *Palavras de Fé*, de 1920, aborda questões políticas, econômicas, sociais e educacionais dos países americanos, bem como traz alguns artigos que Carneiro Leão proferiu e correspondências que recebeu. Descreveu a colonização das Américas e a luta pela independência que os homens travaram. Escrito logo após a Primeira Guerra Mundial, o livro demonstra a preocupação de Leão com a organização das Américas em torno dos ideais de paz e fraternidade. Além da introdução, o livro é composto desses temas: *Introdução; Aos mestres; Culto de afeto entre as Nações; Argentina; San Martín; Bolívia; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Equador; Estados Unidos; Guatemala; Honduras; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; Salvador; S. Domingos; Uruguai; Venezuela; Bolívar; Discurso Proferido no batismo da 'Escola Portugal'; Discurso Proferido na Escola de Aplicação, em homenagem a Comênius; Discurso na Solenidade de Inauguração da Seção Juvenil da Cruz Vermelha; Discurso no banquete dos representantes diplomáticos dos países americanos em homenagem ao Diretor Geral de Instrução, pela obra de fraternidade escolar; Apêndice*. E, ainda, os anexo: *Hino à confraternização Americana; Ofício do Sr. Diretor de Instrução do Maestro Francisco Braga e poeta Goulart de Andrade; Relação das escolas que têm nomes de países americanos; Carta do Sr. Jorge A. Boero, Presidente do conselho Nacional de Educação; Carta do Sr. Dr. M. de Oliveira Lima; Carta do Sr. Dr. Angel Gallardo, Ministro das Relações Exteriores da República Argentina; Carta do Sr. Dr. Arturo Alessandri, Presidente da República do Chile; Carta do Sr. Dr. L. S. Rowe, Diretor Geral da União Pan-Americana; Carta do Sr. Dr. Cruchaga Tocornal, Embaixador do Chile; Carta da Legação do Peru, transcrevendo a cópia do Decreto de agradecimento à homenagem prestada pela Nação brasileira, dando o nome de Escola República do Peru; O novo programa das nossas escolas e a Liga das Nações; Discurso do Sr. Presidente Alessandri, agradecendo os cumprimentos das Escolas do Distrito Federal, na ocasião da sua passagem pelo Brasil; Discurso do Sr. Dr. Mora y Araújo, Embaixador da República Argentina, na inauguração da Escola Argentina; Palavras do Sr. Dr. Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores, na solenidade da Escola Sarmiento; Discurso do Sr. Dr. Dionísio*

Ramos Montero, Ministro Plenipotenciário do Uruguai, no banquete oferecido ao Sr. Dr. Carneiro Leão, ao deixar o cargo de Diretor de Instrução; Discurso do S. Ex. o Sr. Dr. Vlastimil Kibil, Ministro Plenipotenciário da Tchecoslováquia, no banquete oferecido ao Sr. Dr. Carneiro Leão, ao deixar o cargo de Diretor de instrução; Americanidade, trecho de um artigo do Sr. Dr. Affonso Celso, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro; Escola como fator de paz entre os povos; A confraternização pela Escola no Brasil, e a Conferência Internacional de Praga; Brasil-Uruguai, Convenção modificativa do Tratado de 22 de julho de 1918.

O livro *O Ensino Na Capital do País*, de 1926, foi escrito a partir da experiência de Carneiro Leão no cargo de Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Relatou o que havia realizado entre 1922-1926. No livro, demonstrou como havia tentado organizar o ensino do Distrito Federal em todos os níveis e com uma continuidade que possibilitava ao aluno, iniciar seus estudos no ensino pré-escolar e terminar preparado para a universidade, bem como apresentou conteúdos e métodos a serem utilizados. Organizou o livro em itens e não em capítulos. E, assim, os nominou: *Advertência, Reforma, Finalização do Ensino, Aproximação da Escola com o Meio Familiar Social, A Defesa da Saúde, Assistência Social, Escola para Débeis, Educação Física, Desenho e Trabalhos Manuais, Testes, Fichas Médicas e Pedagógicas, Ficha Médica, A Escola na Determinação da Orientação Profissional, Confraternização da Escola, Cinema Pedagógico, Excursões Escolares, Material Escolar, Prédio Escolar, Professorado, Jubilação e Disponibilidade, O Nosso Quadro de Professores, Substitutos Efetivos, Escola Normal, Escolas Noturnas, Ensino Particular, Ensino Subvencionado, Ensino Profissional, Internatos, Secretaria de Instrução, Digesto da Instrução, Anuário do Ensino e Conclusão.*

## APÊNDICE B

### RELAÇÃO DAS OBRAS DE CARNEIRO LEÃO 1909 a 1936

Ano de publicação	Título da obra
1909	A Educação
1917	Revolução Pernambucana
1917	O Brasil e a Educação Popular
1918	Pela Educação Rural
1919	Problemas de Educação
1920	S.Paulo em 1920
1922	Relatório Apresentado à Comissão Preparatória da Conferência Interestadual de Ensino Primário
1922	A Constituição Brasileira e a nossa Evolução Político Constitucional
1923	Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras
1925	Pela Confraternização Americana
1925	Programas
1926	O ensino na Capital do País
1928-29	Palavras de Fé
1929	A Organização da Educação em Pernambuco
1932	O Problema do Método
1933	Discursos e Conferências
1934	O Ensino das Línguas Vivas e uma Experiência Brasileira
1935	O Ensino das Línguas Vivas
1936	Associação de Educação e de Professores no Brasil
1936	Tendências e Diretrizes da Escola Secundária

## ANEXO A

S.Paulo, 14 de março de 1932.

Meu caro Anísio:

Entre as cartas que me esperavam, no escritório da Companhia, lá estava a sua, que devia ter recebido antes da minha partida para o Rio. Chegou, como vê, com atraso. Fala-me V., nessa carta, com uma bondade cativante, sobre a impressão que lhe deixa a diretoria "esta casa que é sua", segundo as palavras do meu querido amigo. Eu o compreendo. Não há nisto apenas um traço delicado de generosidade, muito de seu feitio. Os espíritos de escol, como o seu, têm a grandeza de alma que lhes permitem a riqueza de seu pensamento e a largueza de seus horizontes.

Mas, com aquela sua expressão amável, V. registra também um fato, que eu tive a alegria de constatar. São os que trabalharam comigo, num convívio de longos anos, que cerram agora fileiras, em torno do seu novo chefe, dando a este, com a mesma lealdade e o mesmo entusiasmo, as provas de dedicação com que conquistaram todos os direitos à minha confiança e à minha amizade. V. não imagina a satisfação que tive de ver, reunidos à volta do novo diretor, sob a mesma bandeira de renovação educacional, aqueles que não me faltaram um instante, nas alegrias das realizações, como nos sobressaltos das lutas e das provações. Eles provam com isto, mais uma vez que era a "comunidade" de ideais e de aspirações a força mais poderosa que os ligava a mim, numa aliança que nem o tempo, nem a distancia, nem o desfavor das circunstancias, nem os revezes conseguiram dissolver.

Escrevo-lhe às pressas, com a cabeça pesada de sono. Incapaz de atar idéias. Estive, inutilmente, à espera do seu telefonema. O Nóbrega também ficara de ligar o telefone, para casa, hoje à noite. Também ele faltou. *Insisto sobre as assinaturas do Afrânio e do Carneiro Leão. Informe-me com urgência sobre se eles nos deram a sua solidariedade, para eu mandar incluir, com tempo, os seus nomes entre os que assinaram o nosso manifesto.* Escrevo ao Frota, hoje. É preciso que o nosso manifesto tenha a maior repercussão possível. Isto se conseguirá se, ao menos, os principais jornais do Rio (Jornal do Com., O Jornal, Jornal do Brasil e Diário de Notícias) e os de S. Paulo, o derem, na integra, no mesmo dia. Não é pouco. Mas não é cousa difícil de obter. Se conseguirmos, além disso, que, no mesmo dia 19 (sábado) outros jornais o publiquem no Rio Grande, Paraná, Minas, Bahia e Pernambuco, teremos dado o primeiro grande passo para a sua repercussão. As cópias entregues à imprensa deverão ser cuidadosamente revistas. Quando falo nesse manifesto, já me esqueço de que fui eu quem o escreveu. Ele é obra impessoal. Havia de ter, como teve, um redator. Mas nele se inscreveram, em corpo de doutrina, "idéias e aspirações comuns", que nos permitem, a mim como a cada um dos outros signatários, falar dele "objetivamente". A bandeira não é de quem a teceu, mas de quem a honra e de quem a conquistou. De todos nós, portanto. A sua mão de chefe foi feita para a empunhadura dessa bandeira: nós estaremos para defendê-la em toda parte em que se realize obra à sua sombra e sob a sua inspiração. Escreva-me. Telefone-me. E o projeto da Escola Normal? Estou pronto para a entrevista.

Do muito e sempre seu

Fernando

## ANEXO B

Projeto elaborado por Carneiro Leão para a organização do Conselho Nacional de Educação (CNE). Inicialmente apresentado na Conferência Interestadual de Ensino Primário, reunida no Rio de Janeiro, de 12 de outubro de 1921 a 15 de novembro, e editado posteriormente no seu livro *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras* (p. 355-363):

### “CONSTITUIÇÃO DO APARELHO ADMINISTRATIVO

Art. 1 – A organização, a direção e a administração do ensino primário e normal federais, estarão a cargo de um ‘Conselho Nacional de Educação’, funcionando na Capital do país e sob a dependência do Ministério de Justiça e Negócios Interiores. (354-355)

Art. 2 – O conselho Nacional de Educação compor-se-á de cinco membros; um Presidente e quatro conselheiros. Haverá um secretario geral, funcionário publico, e um inspetor geral. As nomeações serão feitas pelo Presidente da Republica.

Art. 3 – Os membros do Conselho devem ser brasileiros natos, maiores de trinta anos, de serviços reais prestados ao ensino e a causa da educação nacional.

Art. 4 – O cargo de membro do ‘Conselho’ é considerado de comissão, por espaço de cinco anos e podendo ser renovado.

Art. 5 - O Conselho terá, a seu cargo, a organização, a direção técnica, a inspeção e a administração das escolas primárias e normais federais da capital da Republica, Territórios e estados, bem como dos estabelecimentos subvencionados pela União, existentes e a existir.

Art.6 – O Presidente do Conselho Nacional de Educação é o representante do conselho em todos os atos públicos e relações oficiais da direção e administração das escolas.

ART. 7 – Toda a autoridade nacional, estadual e municipal, tem o dever de cooperar, na sua esfera, para o desempenho das funções do Conselho, ou dos seus representantes, seja para a execução de medidas escolares, seja para o fornecimento de dados e informações.

Art. 8 – O ‘Conselho Nacional de Educação’ apresentará no começo de cada ano uma memória de todos os seus trabalhos, dando parte da situação do ensino, número de escolas, etc., ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que será impressa em número

suficiente de exemplares para distribuição, no país, e no estrangeiro. Nela indicará a situação do ensino, número de escolas, estatística escolar, etc.etc.

Art. 9 – A nomeação de todos os empregados técnicos da direção e administração das escolas primarias e normais federais será feita pelo governo, com a indicação do ‘Conselho Nacional de Educação’.

#### DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 10 – São atribuições e deveres do Presidente do Conselho Nacional de Educação:

1.º - presidir as sessões do Conselho e decidir com o seu voto às deliberações em caso de empate;

2.º - executar as resoluções do Conselho;

3.º - dirigir os escritórios de sua dependência, prover as suas necessidades e atender, em casos urgentes, não estando reunido o Conselho, tudo quanto disser respeito ao governo e à administração geral das escolas.

#### DO CONSELHO

Art. 11- São atribuições e deveres do Conselho Nacional:

a- dirigir e fiscalizar a instrução nas escolas primárias e normais da sua competência;

b- organizar a inspeção, de acordo com os Estados, das escolas subvencionadas; regulamentar as suas funções e dirigir-lhes os atos;

c- contratar professores dentro e fora do país para o ensino normal e profissional a seu cargo;

d- executar pontualmente as leis e os decretos sobre educação podendo invocar, para tal, o auxilio da autoridade respectiva;

e- reunir, duas vezes por ano, na Capital Federal, os inspetores de ensino a fim de ouvi-los quanto ao serviço das suas circunscrições;

f- ditar o regulamento geral das Escolas;

g- preparar e ditar o seu regimento interno, distribuindo entre os seus membros, como formais convenientes, as funções que lhe são afetas;

h- organizar os programas escolares, revalidar diplomas de professores estrangeiros, julgar e adotar os livros didáticos, promover a criação de bibliotecas para

crianças e professores (357), criar uma revista bimensal (hoje-bimestral) de educação, publicar regularmente um anuário dando conta do ocorrido no ensino durante o ano, editar boletins informativos, etc. promover a fundação de cursos post-escolares, para professores e fazer três sessões semanais, pelo menos;

i- fiscalizar o ensino primário exigindo entre outras coisas que os quatro primeiros anos da escola primária sejam obrigatoriamente ministrados na língua nacional;

j- as subvenções só serão conferidas aos Estados mediante proposta do Conselho ao Governo Federal;

k- julgar os planos e autorizar a construção de edifícios escolares; fazer o começo de cada ano um orçamento das despesas para o ensino primário e normal da sua competência;

Art. 12 - Fica o Conselho, desde já, autorizado a subvencionar até 2500 escolas, incluindo as 404 das regiões de Sta Catarina, Rio Grande e Paraná par ao efeito da nacionalização das populações de origem européia; a criar, em cada capital do Estado, uma escola normal, e a fundar 500 escolas primárias e modelos, federais, onde julgar necessário e possível, podendo, à medida que os recursos permitir, ir argumentando o número de escolas subvencionadas como de escolas federais.

Art. 13 – O governo das escolas será feito inspetores técnicos sob as ordens do Conselho Nacional, e nas escolas subvencionadas de acordo com os governos estaduais, O Conselho poderá, sempre que julgar conveniente, designar o inspetor geral, ou mesmo um dos outros membros para ir em inspeção especial a qualquer ponto do país.

Para ser inspetor federal é necessário ser professor normal, de competência comprovada sobre os modernos processos de educação.

Art. 14 – Os inspetores serão em número de 22, um para cada Estado, um para o Distrito Federal e outro para o Acre.

Art. 15 – Haverá um inspetor geral que, neste caso, será uma competência reconhecida em assuntos de organização educativa e de pedagogia, servindo junto ao Conselho, com as atribuições seguintes:

a- fiscalizar e orientar o trabalho dos inspetores estaduais;

b- propor ao Conselho as medidas conducentes a melhor organização das escolas e ao regime do ensino, preparando anualmente para o Conselho um memorial dos acontecimentos sob a jurisdição.

Art. 16 – Os inspetores estaduais terão na respectiva sede, a sua inspetoria: composta (pl. 359) de casa, que poderá ser no edifício de uma das escolas federais, com espaço para o arquivo, um secretário, para a sua correspondência e contínuo, servindo ambos nos conselhos Distritais.

Art. 17 – Cabe aos inspetores federais nos Estados:

1.º - inspecionar pessoalmente as escolas, corrigir os erros, propor medidas, reclamar o cumprimento de todas as exigências legais e técnicas;

2.º - informar ao Conselho, por intermédio do Inspetor geral, sobre tudo quanto observou, indicando as correções a fazer, as falhas a suprir, ou as inovações a criar;

3.º - os inspetores poderão visitar as escolas em qualquer momento, durante as horas de aula, examinando , pessoalmente, os diferentes cursos de ensino.

Art. 18 – Os inspetores irão sendo nomeados para os lugares e na ocasião em que o Conselho Nacional for julgando necessário.

#### O CONSELHO DE DISTRITO

Art. 19 - Em cada distrito escolar, que será organizado conforme indicação Conselho Nacional, se constituirá um conselho escolar, composto de cinco membros, tirados dentre (360) os pais ou professores e sob a presidência do inspetor federal.

Art. 20 - A função de conselheiro do distrito não será remunerado, mas considerar-se-á como um cargo público, valendo como recomendação para qualquer pretensão na vida publica.

Art. 21 - O Conselho de Distrito dependerá diretamente do Conselho Nacional, será presidido pelo inspetor federal respectivo e servido pelo secretario das inspetorias federais e reunido na sua sede.

Art.22 - O conselho de Distrito cuidará de tudo quanto diga respeito à higiene e mais interesses do ensino, como matricula e frequência de toda a população escolar, etc.

Art. 23 - Procurará promover a criação de bibliotecas escolares e cooperativas de educação para o auxilio as crianças pobres, etc.etc.

Art. 24 - O Conselho distrital trabalhará, sempre, sob as ordens do ‘Conselho Nacional de Educação’ e com a assistência do inspetor federal.

#### ENSINO PARTICULAR

Art. 25 - Nenhum particular poderá, nas zonas da jurisdição federal, exercer o magistério primário sem prova de capacidade legal que o habilite a fazê-lo.

Art. 27 - Na sua falta todo candidato a professor primário particular se submeterá a exame, que poderá ser de títulos, perante o Conselho e o respectivo registro, gratuito, na sua secretaria.

Art. 28 - A falta de observância, por parte dos diretores das escolas e colégios particulares, das prescrições anteriores, acarretará multa e, em casos de reincidência, o Conselho poderá cassar a licença concedida para o seu funcionamento.

## ANEXO C

Projeto de Reforma do Distrito Federal elaborada por Carneiro Leão (1926, p. 237-242):

### **Projeto 238**

Art. 1º - Serão criados tantos jardins de infância quantos forem necessários, com o mesmo curso dos dois existentes.

Art. 2º - Ao ensino primário será dada uma organização administrativa consentânea com as várias zonas de escola isolada, com um só professor, de escola primária fundamental, onde for possível a formação de varias classes, e de Grupo Escolar, na zona urbana e suburbana, cuja densidade de população permita a existência de grandes escolas com uma orientação definida e permanente.

Art. 3º - Serão criadas tantas escolas de qualquer dos tipos, quantas forem necessárias à população escolar.

Art. 4º - O ensino primário fundamental será obrigatório, desde que haja escola pública ou particular subvencionadas e em condições de receber toda a população escolar de sete a catorze anos, dentro de cada perímetro escolar.

§ único – O perímetro escolar e as condições de obrigatoriedade serão determinadas em regulamento baixado pelo Prefeito.

Art. 5º - Ficará criado, para os Grupos Escolares, o cargo de diretor em comissão.

§ único – Para esses cargos serão designados, em comissão, catedráticos, sem outras vantagens além das dos próprios vencimentos (quando na regência de um só turno, adjunto de 1º classe e, na falta absoluta deste, de 2ª que já tiverem interstício legal para promoção á primeira;

Art. 6º - Os professores adjuntos, quando na regência de escola isolada, ou na direção de escola primaria fundamental, ou de grupo escolar, perceberão, além dos seus vencimentos, mas a gratificação mensal de duzentos mil réis.

Art. 7º - Os diretores de escolas primárias fundamentais e de Grupos escolares que funcionarem em dois turnos, terão, a titulo de gratificação, diferentes cem mil reis mensais.

Art. 8º - Aos diretores e adjuntos de escolas da zona rural será conferida uma diária de 3\$000.

Das Substitutas Efetivas

Art. 9º - Serão criadas as substitutas efetivas, que só poderá ser normalista diplomada e a quem caberá a substituição dos professores adjuntos licenciados.

Art. 10º - As substitutas efetivas, cujo tempo de serviço será contado para todos os efeitos da jubilação, só perceberão os vencimentos que perdem nas faltas e impedimentos, os professores substitutos.

#### Das Escolas Noturnas

Art. 11º - As escolas noturnas, à medida que forem vagando serão transformadas em cursos mais consentâneos com as exigências econômicas e sociais das várias zonas do Distrito Federal, e funcionarão, por espaço equivalente a um turno de escola primária diurna, sob a direção ou regência de catedráticos e adjuntos, que preferirem trabalhar à noite.

§ único – O cargo de professor noturno e coadjuvante de ensino será extinto à medida que forem vagando.

Art. 12º - Quando na regência de curso noturno, perceber os diretores e adjuntos o mesmo vencimento do curso diurno.

Art. 13º - Para os cursos noturnos os processos de nomeação e de promoção serão os mesmos determinados para o diurno.

Art. 14º - Fica criado o cargo de inspetor de cursos noturno, equiparado ao do curso diurno

§ único – Para a Primeira nomeação fica o Prefeito autorizado a escolher dentre os professores do Distrito Federal ou do Estado algumas de notória competência em coisas de ensino, regulando-se depois tal nomeação pela Lei relativa aos inspetores de escola primária diurna.

#### Do Ensino Primário Subvencionado

Art. 15º - A municipalidade poderá subvencionar escolas primárias, mantidas por associações ou particulares, nos lugares em que não haja escolas públicas suficientes à população escolar respectiva, com a condição de ser o seu corpo docente composto, na sua maioria, por normalistas diplomadas pela Escola Normal do Distrito Federal.

#### Do Ensino Primário Particular

Art. 16º - Nenhum estabelecimento de ensino particular funcionará sem registro próprio, gratuito, na Diretoria Geral de Instrução Pública.

§ único – Para a obtenção desse registro incumbi ao professor, ou diretor do estabelecimento obrigações de ordem higiênica, pedagógica, moral e cívica que será determinada em regulamento baixado pelo Prefeito.

#### Da Inspeção Médico-Escolar

Art. 17º - a inspeção médico-escolar deverá ter em comissão um chefe para centralização dos serviços. (238)

Art. 18º - Será criado um corpo de visitantes (enfermeiros, ou assistentes da inspeção médica) as quais, sob a direção dos médicos, ficarão encarregadas de:

- a) Trabalhar nas escolas em benefício da saúde infantil;
- b) Conduzir os alunos às clínicas escolares ou as policlínicas;
- c) Visitar as famílias dos alunos para o conhecimento do meio familiar e social destes;
- d) Aconselhar as famílias dos escolares, medidas alimentares e higiênica úteis à saúde;
- e) Auxiliar o médico na preparação da ficha sanitária.

Art. 19º - Poderá ser criada, ajuízo da administração e onde forem necessárias, clínicas escolares para tratamento de olhos, ouvido, nariz e garganta.

§ único – As clínicas terão os laboratórios de exame necessários.

Art. 20º - Serão nomeadas para cada clinica dois especialistas de olhos e de nariz, garganta e ouvidos e um diretor de laboratório.

Art. 21º - O chefe da Inspeção terá os vencimentos de 1: 300\$000 por mês, os especialistas da clínica e o diretor do laboratório os mesmos vencimentos dos médicos inspetores e as enfermeiras três contos anuais.

Art. 22º - Deverá ser criada colônias de férias, ou preventórios infantis, para escolares pobres debilitados.

#### Do Ensino Normal

Art. 23º - O Curso Normal será de 5 anos, desdobrado em curso geral de três e especial de dois.

Art. 24º - O curso geral, que tem por fim a cultura geral do futuro professor terá além de datilografia e estenografia, o ensino de todas as disciplinas do curso atual, menos pedagogia e psicologia.

Art. 25º - O curso especial, cuja finalidade é ensinar a ensinar, compreenderá psicologia e pedagogia, metodologia e pratica de ensino, além de higiene escolar, desenho, trabalhos manuais e modelagem, música e pedologia e ciência da educação.

Art. 26º - Serão criadas três cadeiras: - datilografia e estenografia no curso geral, metodologia e prática de ensino, e pedologia e ciência da educação, no curso especial.

§ único - A cadeira de trabalhos manuais será acrescida modelagem e noções práticas de cozinha e de economia doméstica.

Art. 27º - As três cadeiras, ora criadas podem ser preenchidas por nacionais ou estrangeiros de notória competência e em comissão ou contrato.

Art. 28º - A admissão a Escola Normal continuará a ser feita por meio de um exame vestibular ao 1º ano, para o qual devem ser baixadas instruções de acordo com o espírito da reforma.

§ único – no primeiro ano do curso especial podem ser admitidos à matrícula um certo número de pessoas que, sem haverem cursado os três anos de cultura geral, se quiserem submeter a um exame equivalente ao ultimo ano do curso geral.

Art. 29º - Será criada em outra Escola Normal dos subúrbios, nas mesmas condições de que funcionam na cidade.

§ 1º - O corpo docente dessa Escola será constituído pelos docentes efetivos que não tiverem tido designação da Escola Normal existente e o mesmo diretor, sendo nomeado apenas um vice-diretor, escolhido dentro um dos docentes, de preferência de pedagogia, ou de metodologia e pratica de ensino.

§ 2º - O pessoal administrativo será transferido, quando possível, da Escola Normal atual, ou nomeado mediante prova de competência.

Art. 30º - Não será permitido aos professores catedráticos nem docentes efetivos de nenhum dos cursos de nenhuma das Escolas Normais a lecionar quer particularmente, quer em cursos, a alunos desses estabelecimentos, ou a candidatarem-se à matrícula em qualquer deles.

Art. 31º - Os trabalhos da Escola Normal se realizarão todos os dias úteis, inclusive às quintas-feiras.

Art. 32º - Enquanto não forem construídos os prédios para as Escolas Normais, capazes de comportarem a instalação de grupos escolar, escola isolada e jardim de infância modelos para a prática escolar das normalistas, essa pratica será feita em tantos grupos escolares, escolas isoladas e jardins quantos forem necessários a juízo do Diretor Geral de Instrução.  
(240)

#### Do ensino Profissional

Art. 33º - O ensino profissional será masculino e feminino e compreenderá:

- a) escolas profissionais femininas;
- b) escolas profissionais masculinas;
- c) cursos anexos para professores;
- d) escolas de aperfeiçoamento;

e) internato.

Art. 34º - Para os tipos de alíneas *a* e *b* deverão entrar, de preferência, os alunos das escolas primárias que tenham concluído os quatro primeiros anos dessa escola e mediante exame vestibular.

Art. 35º - Serão criados cursos de professores, em dois anos, anexo, um a uma escola profissional masculino e, outro, a feminina e neles se poderá matricular o que tiverem completado o curso profissional numa das escolas da Municipalidade, ou provado que cursaram estabelecimento profissional nacional ou estrangeiros, submetendo-se ainda assim a um exame vestibular.

#### Do Curso de Aperfeiçoamento

Art. 36º - O curso de aperfeiçoamento será uma escola de caráter transitório, sem oficinas e destinado a preparar os operários de profissões industriais ou agrícola, de modo a serem qualificados cada vez melhor na profissão abraçada.

Art. 37º - No curso de aperfeiçoamento se poderá matricular qualquer pessoa de um ou de outro sexo, maior de 14 anos, que necessite aprender ou aperfeiçoar em profissão industrial ou agrícola.

Art. 38º - Os cursos serão organizados nos pontos em que forem necessários, e à medida que o forem, de acordo com as especialidades exigidas no local.

Art. 39º - esses cursos serão de:

- a) Tecelagem;
- b) Madeiras;
- c) Metal;
- d) Folha de metal;
- e) Tinta e estuque;
- f) Eletro-técnica;
- g) livros;
- h) trabalhos agrícolas.

Art. 40º - O curso será de dois anos e compreenderá para as profissões determinadas até a letra g, português, desenho e modelagem, contas e mensuração e tecnologia de profissão.

§ único – Para alínea h – português, contas e mensuração, jardinagem, pomicultura, avicultura, sericultura e agricultura, nos soias anos.

Art. 41º - Haverá uma classe preliminar para os candidatos analfabetos onde se ministrará leitura e escrita, desenho, contas e mensuração.

Art. 42º - A atual Escola de Aperfeiçoamento será transformado em Escola de Comércio Municipal e funcionará durante o dia.

§ 1º - O curso de aperfeiçoamento industrial dessa Escola será extinto sendo, a critério da administração, aproveitados os seus professores noutros cursos profissionais.

Do curso anexo de Mestres e de Professores

Art. 43º - Este curso se destina à preparação de mestres e de professores de desenho, matemáticas e ciências físicas das escolas profissionais.

§ único - O curso normal anexo constará de:

- a) Inglês ou francês prático;
- b) Matemáticas;
- c) Metodologia das profissões e prática de ensino nas oficinas;
- d) Ciências físicas;
- e) Desenho figurado profissional;
- f) Tecnologia das profissões.

Em regulamento baixado pelo Prefeito serão indicadas quais as matérias que devem ser exigidas para mestres e para profissões das diversas especialidades.

Art. 44º - Enquanto não houver diplomados pelo curso anexo para mestres e professores de escolas profissionais, os professores adjuntos do curso de adaptação e do de aperfeiçoamento serão tirados dentre os diplomados pela Escola Normal.

Das pensões e estudantes pobres

Art. 45º - Serão instituídas anualmente seis pensões para estudo no estrangeiro a serem conferidas a seis estudantes pobres, na disposição seguinte:

- a) duas ou dois melhores estudantes do curso primário integral;
- b) duas ou dois melhores diplomados pela Escola Normal; e
- c) duas ou dois melhores diplomados pelo curso anexo de mestres e de professores para as escolas profissionais masculinas e femininas.

§ único - Essas pensões serão conferidas, de acordo com a vocação determinada pelo conhecimento preciso das aptidões individuais e preferindo-se sempre, em igualdade de condições, os alunos mais pobres e de origem mais humilde.

## ANEXO D

Esquema de organização do ensino para o Distrito Federal, do Jardim de Infância à Universidade (Leão, 1926, p. 219):

